



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ANTONIO RICARDO ROCHA DE ALBUQUERQUE

**O COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS DOCENTES
DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DO UNIPÊ E
DO CCJ - UFPB – CAMPUS I**

JOÃO PESSOA-PB
2014

ANTONIO RICARDO ROCHA DE ALBUQUERQUE

**O COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS DOCENTES
DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DO UNIPÊ E
DO CCJ - UFPB – CAMPUS I**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito final à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves

JOÃO PESSOA-PB
2014

A345o

Albuquerque, Antonio Ricardo Rocha de

O Comportamento Informacional dos Docentes dos Cursos de Graduação em Direito do Unipê e do CCJ-UFPB-Campus I/ Antonio Ricardo Rocha de Albuquerque. – João Pessoa, 2014. 000 p.; il.

Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal da Paraíba, 2014.

Orientador: Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves

1. Informação (Dissertação) 2. Pessoas com Deficiência 3. Inclusão Social 4. Responsabilidade Social 5. Ciência da Informação. Título.

CDU: 034.37

ANTONIO RICARDO ROCHA DE ALBUQUERQUE

**O COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS DOCENTES
DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DO UNIPÊ E
DO CCJ - UFPB – CAMPUS I**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito final à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Memória, organização, acesso e uso da informação.

Aprovada em: ____/____/2014

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves (PPGCI/UFPB)
Orientador

Prof.^a Dr.^a Francisca Arruda Ramalho (PPGCI/UFPB)
Examinadora Interna

Profa. Dra. Bernardina Juvenal Freire de Oliveira (PPGCI/UFPB)
Examinador Externo

JOÃO PESSOA-PB
2014

A Deus, que está no comando de tudo e sabe todas as coisas.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

Aos **Professores de todos os níveis de ensino e aos profissionais da área jurídica**, pela busca, pela luta por um mundo mais coerente.

Aos **sujeitos** que participaram desta pesquisa.

Em especial aos professores

Dr. Edvaldo Carvalho Alves, Ms. Ivandro Pinto de Menezes, Dr^a Francisca Arruda Ramalho, Dr^a Bernardina Freire de Oliveira, Dr. Marckson Roberto Ferreira de Sousa, sem os quais não teria sequer ingressado no PPGCI da UFPB.

Ao professor

Dr. José Washington de Moraes Medeiros, pelas contribuições diferenciadas.

Aos Professores do PPGCI-UFPB e aos amigos de Mestrado, pela presteza, solicitude, compreensão e paciência.

Ao meu pai, a minha mãe (*in memoriam*), a minha esposa e demais familiares, pelo apoio e pela torcida.

E, finalmente, a todas as outras pessoas que direta e indiretamente contribuíram para a realização deste sonho.

Sozinho, talvez tivesse saído do meu lugar de conforto, mas provavelmente só daria alguns passos e pararia em algum lugar medíocre do meio do caminho. “A gratidão é a mãe de todas as virtudes.”

MEU MUITO OBRIGADO!

RESUMO

Analisa o comportamento de busca e uso da informação dos docentes dos Cursos de Direito do CCJ – UFPB/Campus I e do UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa. De natureza quanti-qualitativa, quanto a abordagem, e de tipo descritiva, utilizou, para a coleta de dados o questionário misto criado pelo Google Docs e enviado por e-mail, associado com a aplicação em loco. Para a análise lançou mão da técnica de categorização em parceria com método o modelo Sense Making proposto por Brenda Derwin, que ressalta o papel ativo do sujeito no processo de busca e uso da informação, através da construção de sentido. No que se refere aos resultados, verificou-se, no que tange ao perfil, que os docentes são predominantemente do sexo masculino, com idade entre 25 e 55 anos de idade, cor da pele declarada branca e casados. Além disto, têm origem paraibana, a maioria da própria cidade de João Pessoa, onde residem predominantemente. Possuem mais de cinco anos de formação acadêmica e mais dois anos de atuação no ensino superior, compartilhada, simultaneamente com outras atividades jurídicas. Em relação a processo de busca, o fazem diariamente, tendo como objetivos suprir suas necessidades de natureza acadêmica e técnico-jurídica, em canais, predominantemente, digitais.

Palavras-Chave: Busca e uso da informação. Docentes. Cursos de Direito. Sense Making.

ABSTRACT

This inquiry analyses the search behavior and the information used by the teachers in Law Courses of the CCJ – UFPB/Campus I and of the UNIPÊ – João Pessoa University Center. It was used quantitative and qualitative nature approach and descriptive type for the data collection, using the mixed questionnaire created by Google Docs and sent by e-mail, associated with the application *in loco*. Examined by the partnership category technique, taking as a method the model Sense Making proposed by Brenda Derwin which emphasizes the active subject paper in the search process and the information use through the sense construction. Referring to the results, it can be noted that the teachers are predominantly men, age between 25 and 55 years old, white skin and all married. Besides this, they from Paraiba, most of them resides in João Pessoa. They have more than five years of academic formation plus two years acting in superior teaching, having, simultaneously, other legal activities. Regarding search process, it is done daily, aiming to provide academic nature needs and legal-technically, in digital channels specially.

Keywords: Search and use information. Teachers. Law Courses . Sense Making.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição de docentes de acordo com o tempo em que são formados em Direito por números e por números percentuais	72
Quadro 2 - Distribuição de docentes de acordo com o tempo em que lecionam no ensino superior por números e por números percentuais	74
Quadro 3 - Atividades outras exercidas ou não pelos docentes em números e em números percentuais	75
Quadro 4 - Distribuição de docentes por propósitos de uso da informação por números	76
Quadro 5 - Distribuição por números e por números percentuais das fontes utilizadas pelos respondentes	82
Quadro 6 - Distribuição por números e por números percentuais dos canais utilizados pelos respondentes	83
Quadro 7 - Distribuição por números e por números percentuais dos canais jurídicos utilizados pelos respondentes	83

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sense-Making	32
Figura 2 – Usos e necessidades de informação	47
Figura 3 – As necessidades e estoques de informação	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição por número percentual de docentes por instituição que lecionam: UFPB – CCJ – CAMPUS I; UNIPÊ – Curso de Direito	65
Gráfico 2 - Distribuição por número percentual de docentes por faixa etária – idade	66
Gráfico 3 - Distribuição por número percentual de docentes por gênero.....	67
Gráfico 4 - Distribuição por número percentual de docentes por estado civil	68
Gráfico 5 - Distribuição por número percentual de docentes por região/lugar de origem	69
Gráfico 6 - Distribuição por número percentual de docentes por local de residência.....	70
Gráfico 7 - Distribuição por número percentual de docentes por cor da pele	70
Gráfico 8 - Distribuição por número percentual de docentes de acordo com a renda mensal ..	71
Gráfico 9 - Distribuição por número percentual de docentes por frequência de busca da informação	76

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 METODOLOGIA.....	19
2.1 TIPO E NATUREZA DA PESQUISA	19
2.2 CAMPO EMPÍRICO E SUJEITOS DA PESQUISA	20
2.3 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	21
2.4 MÉTODOS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	27
2.4.1 O modelo Sense Making.....	28
3 OS ESTUDOS DE USUÁRIOS NO CAMPO DA CI.....	33
3.1 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E OS ESTUDOS DE USUÁRIOS	33
3.2 OS USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO	42
3.2.1 Usuário da Informação Jurídica	44
3.3 NECESSIDADES, BUSCAS E USOS DA INFORMAÇÃO.....	45
3.3.1 Principais barreiras verificadas no processo de busca da informação.....	48
4 O DIREITO, O PROFISSIONAL DO DIREITO E A INFORMAÇÃO JURÍDICA.....	51
4.1 O DIREITO: CONCEITO, FUNÇÃO E SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS.....	51
4.2 A ESTRUTURA DO DIREITO NO BRASIL	52
4.3 O PROFISSIONAL DO DIREITO	56
4.3.1 O Profissional da área jurídica	59
4.3.2 O Docente da área jurídica	61
5 O COMPORTAMENTO DOS DOCENTES DE DIREITO DA UFPB – CAMPUS I E DO UNIPÊ NO PROCESSO DE BUSCA E USO DA INFORMAÇÃO	64
5.1 OS DOCENTES DOS CURSOS DE DIREITO DA UFPB E DO UNIPÊ	64
5.2 AS NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO DOS DOCENTES QUE EXERCEM OUTRA ATIVIDADE JURÍDICA	75
5.3 AS BARREIRAS ENCONTRADAS NO PROCESSO DE BUSCA E USO DA INFORMAÇÃO	79
5.3.1 Fatores que mais influenciam no processo de busca da informação tanto para a atividade docente como para outras do campo do Direito	80
5.4 AS FONTES E CANAIS DE INFORMAÇÃO UTILIZADOS NA PRÁTICA DOCENTE E NA PRÁTICA JURÍDICA	82
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS	87
APÊNDICES	93
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO	93

1 INTRODUÇÃO

Vivencia-se desde, pelo menos, meados da década de 1970, com o advento da Guerra Fria, da corrida espacial, da corrida armamentista e de um inédito avanço tecnológico, em síntese do que se costumou denominar “globalização”, uma verdadeira explosão de informações. Isto se fortalece mais ainda com as novas tecnologias que têm sido incorporadas às atividades cotidianas, tornando-se cada vez mais acessíveis a todos.

Neste contexto, as fronteiras entre as nações, sejam geográficas, sejam culturais, passaram a ficar cada vez mais próximas, o que possibilitou e possibilita o estreitamento das relações entre povos anteriormente desconhecidos. Um exemplo, para ilustrar, é o da tecnologia da informação, que vem proporcionando uma aceleração nos processos de *globalização* ou *mundialização*, causando uma sensação de mal-estar (BAUMAN, 1998) e fazendo surgir, então, uma sociedade regida por uma nova relação espaço-tempo, orientada por meio de dois relógios: a) um *analógico*, definido pelo tempo físico (vinte e quatro horas), e; b) um *digital*, existente em um espaço virtual, a exigir a realização de vários processos simultaneamente (PINHEIRO, 2009). Trata-se de uma sociedade única, livre das barreiras culturais, econômicas e políticas, massificada pelas intensas e velozes trocas de informações que aponta para uma realidade global, ao invés de uma realidade local. Tal excesso de informação representa um problema social, o qual se verificou com a Ciência e se expandiu para todo ambiente do conhecimento humano, exigindo que se investisse em sistemas de recuperação da informação modernos. Esta sociedade requer doses cada vez mais elevadas de tecnologia; entretanto, repita-se, a relevância da questão está ligada a problemas humanos e sociais (SARACEVIC, 1995).

Ressaltamos, portanto, que “toda mudança tecnológica é uma mudança social” (PINHEIRO, 2009), ao que é possível concluir que as mudanças tecnológicas geram um impacto sobre a sociedade e, conseqüentemente, demandam das pessoas e das “instituições” públicas e privadas uma adequação aos novos processos, suportes e paradigmas trazidos. Entendamos tecnologia no sentido mais amplo, não somente no de uso de objetos e máquinas modernas de trabalho e comunicação!

Trata-se de uma nova realidade, representada por uma nova sociedade, a da informação – também chamada “pós-moderna” ou “sociedade em rede” (CASTELLS, 2007) – que requer, das instituições mencionadas, uma adequação às novas demandas e

necessidades, bem como às tecnologias vigentes. A informação pode ser entendida como uma prática social, realizada por um sujeito que é mobilizado pelo contexto do qual faz parte, buscando estratégias comunicativas (ARAÚJO, 1998). De acordo com Freire (1999, p. 38), a informação é entendida como “uma ação dos sujeitos em suas relações sociais”. É que a informação existe dentro de um contexto social, mais precisamente: na esfera das relações sociais, que tem padrões culturais prévios, dotando a informação de significado. Enquanto produto da cultura, a informação é o que torna possível a percepção e a construção dos valores do mundo ao nosso entorno, proporcionando a construção de nossas identidades. A informação interpreta a realidade, tornando-a lógica, possível de se compreender, capaz de ter significado para o conjunto de indivíduos, de fazer sentido ao mundo existente. Desta forma, o ser humano compreende, analisa e interpreta todas as dimensões da realidade, além de captar e expressar a totalidade (FERREIRA, 1995).

Logo, é possível afirmar que não há como compreender a informação senão como uma linguagem a ser apreendida dentro de processos históricos e sociais a ela inerentes, ou seja, que as constitui (FREIRE, 1999), o que possibilita falar em Sociedade da Informação, a qual é caracterizada segundo as interpretações correntes pela realização, sobretudo, de tarefas relacionadas com a informação, *editando, reunindo, armazenando, consultando e disseminando os dados disponíveis*, porquanto *os dados processados são formas de informação simbólica* (LYON, 1992) – nos hábitos, nas práticas e nas instituições culturais herdadas da modernidade (SILVA, 2002). Portanto, a informação está presente e é essencial, senão indispensável, às várias atividades presentes no cotidiano social e às mais diversas áreas do conhecimento.

A informação é, mais e mais, o principal instrumento, a ferramenta primeira dos profissionais de diferentes campos, como os do setor educacional: os professores, responsáveis pela formação de opinião dentro da sociedade, com o consequente aperfeiçoamento e melhoramento desta. Por este motivo, destes profissionais é exigido o acompanhamento desta evolução vivenciada na sociedade moderna, seja para a realização do seu ofício, seja para sobreviver dentro do seu mercado de trabalho. Portanto, a sua sobrevivência, em todos os aspectos, está relacionada à sua capacidade de se relacionar, interagir com este mundo, em que há uma constante explosão de informações e em que se vê obrigado a estar ciente e a dar conta de todas, senão quase de todas as “novidades”.

Dentro do setor educacional, no ambiente do ensino superior, encontram-se os mais variados cursos de graduação, a fim de atender às mais variadas especialidades que surgem com importância para a sociedade; dentre eles, os de Direito. Neste contexto está inserido um grupo de docentes: os dos Cursos de Direito, incluindo aqueles que exercem ou não outras atividades simultaneamente à docência. São profissionais que, provavelmente, vivenciam na prática a teoria que aprenderam e ensinam aos seus alunos. De acordo com Medeiros (2008, p. 184),

[...] rompendo com a tradição do pensamento tradicional, a pragmática supera as tendências redutoras da linguagem e a concebe não como instrumento de transmissão do conhecimento, mas como estrutura constituinte do próprio saber. Nessas dimensões, a linguagem passa a não depender da consciência como condição condutora de suas funções e assume aspectos de ação social. Na pragmática habermasiana da comunicação, não é a consciência que deve comandar as funções da linguagem, mas justamente o contrário, o que implica dizer que o conhecimento mantém uma relação intrínseca com a linguagem-mundo ao invés da consciência-mundo.

Trata-se de pessoas que necessitam por demais da informação como uma das principais ferramentas de trabalho. A informação jurídica, além de outras oriundas de outras áreas do conhecimento, é a principal matéria prima para o exercício da atividade do profissional do Direito (SILVA, 2010). Isto é válido, sobretudo, nos dias atuais, em que se vêem obrigados a acompanhar e a corresponder aos anseios da Sociedade Moderna e sua realidade tecnológica, onde a informação surge e se propaga numa velocidade nunca vista antes, mudando o ritmo de vida das pessoas e instituições. *O mundo onde a profissão se insere, muda de tal maneira que uma nova visão se torna necessária* (FIGUEIREDO, 1999).

Levando em conta este aspecto, consideremos a conhecida orientação básica de que Direito é fato, é valor e é norma (REALE, 2007). Os fatos acontecem hoje com muita intensidade e força, em todos os lugares do mundo, repercutindo muito mais e com muito mais velocidade, em função do avanço da tecnologia já mencionado anteriormente. Na mesma velocidade, mudam-se os pensamentos e os valores, alterando a norma e as demais fontes do Direito, como a doutrina e a jurisprudência. Segundo Barreto Júnior e Paesani (2009, p. 39),

[...] as evidências empíricas nas sociedades contemporâneas, marcadas pelo advento da Sociedade da Informação, revelam um estreitamento da dialética entre o contexto da realidade econômica, cultural e

política, as ações e relações sociais que dela advêm e as transformações no Direito Positivo.

As fontes do Direito, as quais se transmudam em informação jurídica, compõem o instrumento de trabalho dos que militam no campo do Direito, a exemplo dos advogados, subsidiando os argumentos que são utilizados por eles, para alcançar a tutela, a proteção do direito dos jurisdicionados pelo Estado. Neste contexto, Silva (2010, p. 12) salienta que

[...] um dos profissionais mais relevantes do setor jurídico do Brasil, o advogado, cuja principal matéria prima para o desenvolvimento de suas atividades profissionais é a informação jurídica, além de outras advindas das mais diversas áreas do conhecimento.

Também para exercer o seu ofício, pleiteando direitos de outrem perante o setor público ou privado, tais profissionais e outros da área jurídica precisam estar em sintonia com esta nova realidade. Um exemplo significativo decorre do necessário relacionamento que, naturalmente, devem ter com o Judiciário, Poder estatal que gerencia informação e a representa por meio dos autos processuais - suportes informacionais. A Lei 11.419 de 2006 dispõe sobre a implantação do processo judicial eletrônico, com a informatização do processo judicial, possibilitando aos órgãos do Judiciário o desenvolvimento de sistema eletrônico para processar ações judiciais, através de autos digitais, em parte ou totalmente, fazendo uso, de preferência, da rede mundial de computadores e também das redes internas (BRASIL, 2006).

Se, desde a origem, os autos processuais se materializavam no papel, atualmente se encontram em suporte eletrônico. O mesmo vem acontecendo com outros setores do Poder Público: Poder Executivo, Poder Legislativo, Ministério Público, Tribunais de Contas etc. Enfim, trabalha-se no ambiente do Direito fazendo uso de muita informação. Quem tiver mais informação, com mais qualidade e com possibilidade de busca, uso e acesso mais rápido, sai e permanece à frente no campo do Direito, com chances de obter êxito. Assim, “cada avanço tecnológico tem implicações maiores para os serviços de informação e, sem dúvida, oferece acesso aperfeiçoado à informação e maior flexibilidade para o seu uso” (FIGUEIREDO, 1999, p. 11).

Muitas vezes, de uma forma inevitável e por uma questão até de ética, os profissionais da área carregam para a sala de aula a sua vivência jurídica cotidiana; até porque a experiência vivenciada na prática jurídica e apresentada aos alunos facilita o

aprendizado dos conteúdos teóricos ministrados pelos respectivos profissionais na posição de professor. Portanto, as informações buscadas e utilizadas por estes como militantes da vida forense, que são para Ciência da Informação típicos usuários com necessidades informacionais, poderão ser as mesmas a serem repassadas para seus alunos, no exercício da docência. A informação pode ser entendida como uma dimensão fundamental da forma como os seres humanos compartilham o mundo com os outros. (CAPURRO, 1992).

No campo Ciência da Informação, existem correntes teóricas tratando do que seja informação e do que mais lhe diga respeito. Dentre elas, podemos citar a que se refere ao usuário da informação. Para Costa, Silva e Ramalho (2009), um usuário da informação ou grupo de usuários pode ser definido como aquele indivíduo ou coletivo que, necessitando de informação, utiliza-a. E também:

[...] com base nesses critérios, Guinchat e Menou (1994, p. 483) consideram que os usuários da informação podem ser divididos em três grupos principais: os usuários que ainda não estão na vida ativa profissional ou estudantes, os usuários engajados na vida ativa, cujas necessidades de informação se originam da sua vida profissional e o cidadão, cujas necessidades de informação são gerais e ligadas à sua vida social (COSTA; SILVA e RAMALHO, 2009, p. 5).

Portanto, podemos ter como exemplo de usuário da informação o profissional do Direito do tipo docente da área jurídica, quando, em função das necessidades informacionais que surgem quando do exercício de suas atividades. Trata-se determinado tipo de usuário e de necessidade informacional. Diante do exposto, pergunta-se: Como se comportam, nos processos de busca e uso da informação, os docentes dos cursos de graduação em Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba – Campus I e do UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa que atuam na docência?

Assim, objetivou-se, no sentido geral, analisar o processo de busca e uso da informação dos docentes dos cursos de graduação em Direito da UFPB e do UNIPÊ que exercem a docência e, concomitantemente, realizam ou não a prática forense. Especificamente, objetivou-se:

- Descrever o perfil dos docentes dos Cursos de Direito do UNIPÊ e CCJ da UFPB, campus I;

- Apreender as necessidades de informação e os principais obstáculos percebidos pelos docentes no processo de busca/uso da informação;
- Identificar as principais fontes de informação utilizadas pelos docentes, tanto na prática docente, como no exercício de outra atividade jurídica.

A pesquisa se justifica na medida em que a informação representa um instrumento de trabalho indispensável e muito utilizado no caso da docência, para possibilitar o aprendizado dos discentes dos cursos de Direito; e também pelos profissionais do Direito em geral para fundamentar, defender, proteger ou obter a concessão de direitos dos cidadãos; todos apresentam naturalmente necessidades e dificuldades, quando da busca da informação jurídica. Eles representam um grupo de pessoas em busca de determinadas informações – tipos de usuários que se relacionam em e com o seu ambiente informacional específico, apresentando um comportamento informacional passível de ser analisado.

Sem dúvida, trata-se de pontos que são objeto de estudo com importância para a Ciência da Informação e para a ampliação dos estudos voltados para os usuários da informação, suas necessidades, barreiras e comportamentos informacionais, mas que têm recebido pouca atenção. De acordo com Silva (2010, p. 13),

[...] pouca atenção se tem dado a profissionais brasileiros que atuam na área jurídica, tais como advogados, em pesquisas sobre o comportamento de busca e uso de informação, apesar da nítida importância destes estudos [...].

O recorte da pesquisa diz respeito aos sujeitos que se encontram na situação de docente do curso de Direito de duas instituições de ensino superior tradicionais; sempre em busca de informações, usando-as e as disseminando, no exercício de seus ofícios, enfrentando dificuldades inevitáveis de acesso aos tipos de informação que lhe interessam.

A estrutura do trabalho ficou assim distribuída: Capítulo 1, com a Introdução, onde tratamos do contexto histórico da Sociedade da Informação ou sociedade em rede (CASTELLS, 2007) e da explosão de informação dos dias atuais, em consonância com o aspecto sócio-informacional dos docentes e outros profissionais da área jurídica – sujeitos da pesquisa, com o Campo da Ciência da Informação, especificamente os Estudos de Usuários e os Usuários da Informação; e o campo empírico delimitado. Conclui-se com a contribuição a ser dada para pesquisa na área, na qual se inclui o

próprio pesquisador que a propõe. Já no Capítulo 2, encarregamo-nos de apresentar o tipo e natureza da pesquisa – quanti-qualitativa, descritiva, os sujeitos envolvidos, os instrumentos utilizados na coleta de dados, assim como o método aplicado para análise dos mesmos, a partir da análise de conteúdo e sua relação com a técnica da categorização; aliados ao modelo *sense making*, de construção de sentidos para aquele que necessita e está a buscar informação, proposto por Brenda Dervin, normalmente aceito e conceituado no ambiente da Ciência da Informação.

No Capítulo 3, trabalhamos a fundamentação ou o referencial teórico, como se queira, que foi utilizado a fim de alicerçar e compreender o tema que se abordou, ligado ao comportamento informacional dos docentes da área jurídica da UFPB – Campus I e do UNIPÊ em João Pessoa – PB, com a noção e o histórico da informação, da Ciência da Informação, dos Estudos de Usuários, dos Usuários da Informação e também da Informação Jurídica; além das necessidades, buscas, usos da informação e barreiras informacionais.

No Capítulo 4, procuramos fundamentar teoricamente, o Direito como Ciência e Ordenamento Jurídico, a ser observado no seio da sociedade, sua história e razão de ser. Abordamos o surgimento, a estrutura e a organização do Direito no Brasil, com as funções exercidas na prática jurídica pelos sujeitos e instituições que fazem parte do ambiente, como os docentes e os profissionais que militam na vida forense. E, também, algo já tratado como informação jurídica em pesquisas e trabalhos realizados, além da informação como instrumento de trabalho indispensável. Apresentamos, no capítulo 5, os resultados da análise dos dados da pesquisa, com a verificação do comportamento informacional dos sujeitos, no processo de busca e uso da informação: quem são – o perfil, as necessidades de informação observadas, as barreiras de informação encontradas, os fatores que mais influenciam no processo de busca da informação; e as fontes e canais, inclusive os específicos da área jurídica. Finalizamos com as devidas reflexões a respeito do que foi percebido durante o processo de pesquisa e a possibilidade de aplicabilidade para a Ciência da Informação, os Estudos de Usuários, os Usuários da Informação e a “Informação Jurídica”.

2 METODOLOGIA

2.1 TIPO E NATUREZA DA PESQUISA

A pesquisa feita foi do tipo descritiva, de natureza quanti-qualitativa. A pesquisa descritiva objetiva a solução de problemas, melhorando as práticas por meio da observação, análise e descrições objetivas, através de entrevistas, para a padronização de técnicas e validação de conteúdo, por exemplo. Nela ocorre o uso de padrões textuais como questionários para identificação do conhecimento. Quanto a estes, é importante se fazer uma análise completa, para que possa se chegar a uma conclusão. As pesquisas descritivas objetivam primordialmente descrever as características de uma população ou fenômeno, ou estabelecer relações entre variáveis (GIL, 2008). Vários estudos podem ser classificados sob este título, tendo como uma das características mais importantes a utilização de técnicas de coleta de dados padronizadas, como questionário e observação sistemática (GIL, 2008).

As pesquisas do tipo quantitativas são indicadas quando da possibilidade de medidas quantificáveis a partir de amostras numéricas ou da busca de padrões numéricos, relacionados a conceitos cotidianos, que representam determinado universo, de maneira que os dados obtidos possam ser generalizados para aquele universo, permitindo traçar um histórico de informação. Caracterizam-se pela utilização de quantificação nas modalidades de coleta de informações (RICHARDSON, 1985).

Já as pesquisas qualitativas têm uma característica exploratória. O pesquisador desenvolve entendimentos a respeito de fatos, pessoas e grupo de pessoas, a partir de padrões que são descobertos com os dados que são coletados: “[...] as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores [...]” (MINAYO, 2007, p. 57). Contudo, como se verifica em Chizzotti (2011, p. 232):

[...] os pesquisadores que optaram pela pesquisa qualitativa, ao se decidirem pela descoberta de novas vias investigativas, não pretenderam, nem pretendem furtar-se ao rigor e à objetividade, mas reconhecem que a experiência humana não pode ser confinada aos métodos nomotéticos de analisá-la e descrevê-la.

Com a evolução da pesquisa, em especial no ambiente científico, tornou-se possível um tipo de pesquisa que envolva tanto o método quantitativo, quanto o qualitativo. Ao se comparar com as abordagens quantitativas, cada um destes tipos de

métodos possui seu papel, lugar e adequação (MINAYO, 2010). Inclusive nas Ciências Sociais. Nenhum dos dois métodos é perfeito. O método quantitativo pode mostrar números que, muitas vezes, escondem ou até mascaram a realidade de quem ou do que está a ser observado. Assim, um método pode complementar o outro, de forma que a pesquisa se torne mais precisa e mais concernente com a realidade que se apura. Conforme Valentim (2005, p. 19),

[...] a articulação da pesquisa qualitativa e quantitativa elas devem ser complementares e não excludentes. Acredita-se que o desenvolvimento de pesquisas científicas, nas áreas das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, são plurais e, portanto, aceitam diferentes tipos de pesquisa.

E Alves e Aquino (2012, p. 90), ao analisarem a origem, o desenvolvimento e a utilização da pesquisa qualitativa do PPGCI da UFPB, verificaram que

[...] no entanto, também é significativa a presença das pesquisas mistas (quanti-quantitativas), que perfizeram um percentual de 37,9% das dissertações depositadas, o que indica uma compreensão aberta para as possibilidades de triangulação de métodos de abordagem, de coleta e análise de dados, fato que possibilita uma apreensão, ao mesmo tempo, mais ampla e profunda do recorte da realidade que se configurou como objeto de pesquisa.

No caso da pesquisa em questão, esta se caracteriza como quanti-qualitativa, uma vez que realizou, simultaneamente, uma análise horizontal, expressa em números, assim como, uma vertical, que fosse capaz de apreender o universo dos significados dos sujeitos nos processos de busca e uso da informação no exercício de suas profissões.

Quanto ao objetivo, de acordo com Sampiere e Collado (2011, p. 100), se configura como uma pesquisa de tipo descritiva, pois oferece um instantâneo de uma realidade, a partir da apresentação de algumas de suas características definidoras, ou seja, “busca dizer como é e como se manifesta determinado fenômeno”.

2.2 CAMPO EMPÍRICO E SUJEITOS DA PESQUISA

Pode-se entender campo empírico como o recorte espacial feito pelo pesquisador e que corresponde a uma realidade a ser estudada, a um grupo formado por sujeitos, em determinado espaço, campo a se estudar, investigar, analisar. Assim, partindo da construção teórica do objeto de estudo, o campo torna-se um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre o pesquisador e os grupos estudados, propiciando

a criação de novos conhecimentos (SILVA, 2012). De acordo com Minayo (2010, p. 201):

[...] entendo por *campo*, na pesquisa qualitativa, o recorte espacial que diz respeito à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto da investigação. Por exemplo, quando trato de entender as concepções de saúde e doença de determinado grupo social; quando busco compreender a relação pedagógica entre médico e paciente ou o impacto de determinada política de saúde para uma população específica, cada um desses temas corresponde a um campo empírico determinado.

Dentro do campo, encontramos os sujeitos da pesquisa a serem estudados. Os sujeitos/objetos de investigação primeiramente são construídos teoricamente enquanto componentes do objeto de estudo (MINAYO, 2010). Tendo como pressuposto os conceitos acima, recortamos, como campo empírico da presente pesquisa, os cursos de graduação em Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba – Campus I e do UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa, ambos localizados na cidade de João Pessoa. Trata-se dos cursos mais antigos e tradicionais da cidade de João Pessoa e também do Estado da Paraíba. O primeiro conta com de 40 (quarenta) professores, sendo vários a exercer outras atividades, afora a docência, tais como a de Advogados, Defensores Públicos, Membros da Advocacia Pública, do Ministério Público, Magistrados, Assessores Jurídicos, Analistas Judiciários; o que também acontece com o segundo, que tem 50 (cinquenta) professores. Enquanto sujeitos da pesquisa, a análise diz respeito aos docentes destes cursos que exercem, concomitantemente ou não à prática docente, outra atividade jurídica.

2.3 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

O instrumento utilizado para coleta dos dados foi do tipo questionário misto, elaborado e enviado aos sujeitos da pesquisa via e-mail, por meio das ferramentas do *google docs*, dado ser este um instrumento com algumas vantagens, como atingir um número razoável de pessoas que responderão às perguntas no momento que julgarem conveniente. Realizamos também contato pessoal com os sujeitos da pesquisa, de modo a solicitá-los para que respondessem aos questionários impressos a eles apresentados, no entanto sem interferir no conteúdo das respostas, que ficou a critério de quem estivesse a responder. Para Marconi e Lakatos (2008, p. 98),

[...] questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisador devolve-o do mesmo modo.

O questionário cumpre duas funções, sendo uma delas a de descrever as características e aferir determinadas variáveis de um grupo social (RICHARDSON, 1985). É, assim, um instrumento interessante e adequado para compreender o comportamento informacional dos sujeitos da pesquisa - docentes, advogados, procuradores, promotores de Justiça, magistrados e outros profissionais da área, pertencentes aos Cursos de Direito do UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa e do CCJ – UFPB – Campus I e apreender suas necessidades e dificuldades na busca da informação jurídica.

O trabalho foi feito através da técnica da categorização, abordando de forma descritiva, quantitativa e qualitativa, o que conseguimos coletar. De acordo com Bardin (1977), boa parte das análises é organizada em redor do processo de categorização. Trata-se de uma operação com a classificação de elementos constitutivos pertencentes a um conjunto, por diferenciação e, seguida, por reagrupamento segundo o gênero, ou seja, em analogia com os critérios previamente definidos (BARDIN, 1977).

Tanto o Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba – Campus I, quanto o Curso de Direito do UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa, representam os dois cursos de graduação em Direito mais tradicionais do Estado da Paraíba. Por eles passaram grandes nomes da Sociedade no Estado em todos os segmentos e instituições. Contam com uma estrutura física, acadêmica, científica e cultural mais que suficientes, até hoje, para corresponder a um campo empírico formado por pessoas que, também, bem se podem enquadrar como sujeitos de uma pesquisa científica; a exemplo de seus docentes, inclusive os que militam em outras áreas do Direito. Tais sujeitos apresentam, portanto, condições de retratar o comportamento informacional de importante grupo de usuários de informação, a jurídica, para o campo da Ciência da Informação.

O Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, conhecida como “Faculdade de Direito da UFPB”, é resultado da luta de vocacionados para as Ciências Jurídicas, hoje Centro de Ciências Jurídicas da UFPB, que o viram instituído em 11 de agosto de 1949. Lutaram para que o Estado da Paraíba tivesse uma Faculdade de Direito. Aliás, este ideal vinha já do século XIX – 1885, 58 anos após a criação dos

cursos jurídicos no Brasil, quando o Barão do Abiaí empenhou-se em apresentar o projeto de criação de uma Escola de Direito, por ocasião da Assembleia Constituinte Provincial (GOMES, 2007).

Contudo, o início das atividades docentes, depois da realização do primeiro vestibular, ocorreu em 1951. Tais atividades se realizavam em um prédio que foi doado por José Américo de Almeida, Governador do Estado, em que funcionava o Grupo Escolar Antônio Pessoa, na Av. Beaurepaire Rohan, numa área da cidade de João Pessoa tida como a mais importante área comercial da Capital e, por isto mesmo, um local inadequado para funcionar uma escola superior (GOMES, 2007). Assim sendo, aconteceu uma permuta pelo monumento de construção secular de rara beleza arquitetônica, construído pelos jesuítas que habitaram na província paraibana, tendo à frente o padre Gabriel Malagrida, lugar que abrigava e formava religiosos em ciências eclesiásticas e que passou, então, a servir para a formação, daí em diante, de graduados em Ciências Jurídicas. Depois das adaptações do prédio, em 1953, a Faculdade de Direito foi transferida para tal lugar (GOMES, 2007).

A Universidade da Paraíba foi federalizada em 1960, por meio do Decreto nº 3.835/60, expedido pelo Presidente Juscelino Kubistchek. A Faculdade de Direito passou, então, a pertencer à Universidade Federal da Paraíba, da mesma forma que as escolas de ensino superior existentes no Estado (GOMES, 2007).

Com o Governo Militar, a UFPB implantou a dita Reforma Cêntrica em 1973 e, assim, a Faculdade de Direito foi extinta. E em 1980, Tarcísio de Miranda Burity, seu ex-aluno, ex-professor e ex-diretor e então Governador do Estado, tomou as providências para que o prédio da antiga Faculdade de Direito fosse tombado. (GOMES, 2007). Por intermédio da Portaria nº 90/1988, que foi baixada pelo Reitor Antônio de Sousa Sobrinho, foi criado o Centro de Ciências Jurídicas, agora sem vinculação com o Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Em 1989, a Professora Onélia Rocha Setúbal Queiroga trabalhou no sentido de que o prédio da antiga Faculdade de Direito fosse restaurado. Em 1990, a diretora Onélia Rocha Setúbal Queiroga, o Reitor Antônio de Sousa Sobrinho, Tarcísio de Miranda Burity, professores de Direito, enfim, a comunidade jurídica paraibana trouxe o Curso de Direito de volta à sua antiga sede, com a denominação de Centro de Ciências Jurídicas da UFPB – CCJ (GOMES, 2007).

Em 1996 foi criado o Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas, com o Professor Manoel Alexandre Cavalcanti Belo, que foi o seu primeiro coordenador. E, em 2003, ocorreu a transformação do Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas em Programa de

Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, com a instalação de uma nova área de concentração em Direitos Humanos. Cerca de 10 anos depois – 2006 – o reitor Rômulo Soares Polari anunciou a transferência do Centro de Ciências Jurídicas para a nova sede, localizada no Campus I da Universidade Federal da Paraíba (GOMES, 2007).

Com o Programa REUNI, ocorreu a Ampliação da UFPB pelo Governo Federal - Decreto nº 6.096, de 24.04.2007. Foi criado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), com a expansão da Universidade Federal da Paraíba projetada para o período de 2008 a 2012 e um orçamento de até R\$ 136 milhões (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2013, *on-line*).

Através do REUNI, o Centro de Ciências Jurídicas ampliou 80 vagas para o curso antigo e criou mais 200 vagas para o novo curso de Direito, pensado para funcionar na cidade de Santa Rita, Região Metropolitana de João Pessoa. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2013, *on-line*).

Em 2009, ocorreu a mudança do curso de Direito do antigo prédio da Faculdade de Direito para o Campus I da UFPB e o primeiro vestibular do Programa REUNI, mas, provisoriamente, o CCJ funcionou no prédio da Faculdade de Direito; e o prédio novo, no campus de Santa Rita, teve suas obras iniciadas. O Curso de Direito do CCJ-UFPB recebeu, num dos últimos anos, a pontuação máxima do ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2013, *on-line*). E o Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas conseguiu autorização da Capes para funcionar, agora com o Doutorado em Direitos Humanos e Desenvolvimento.

O professor Eduardo Ramalho Rabenhorst, em 2012, então Diretor do CCJ, foi eleito Vice-Reitor da UFPB. A partir de 2013, os professores Maria Luiza Alencar Mayer Feitosa e Robson Antão de Medeiros passaram a exercer os cargos, respectivamente, de Diretora e Vice-Diretor do CCJ-UFPB, após eleição para mandato de quatro anos. O Curso de Direito participou da Competição Interamericana de Direitos Humanos da American University Washington College of Law, pela segunda vez, no período de 19 a 24 de maio de 2013, em Washington D.C., ficando entre as cinco melhores equipes do mundo e ganhou o prêmio de MELHOR MEMORIAL DO ESTADO (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2013, *on-line*).

Já o UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa surgiu como o “IPÊ – Institutos Paraibanos de Educação”, em 21 de junho de 1971, quando foi lavrada a ata

de sua fundação - ousada iniciativa cujo grande capital, valorizado ainda mais na perspectiva de hoje, não ia além da fé e da autoconfiança dos seus fundadores: Marcos Augusto Trindade, José Trigueiro do Vale, Afonso Pereira da Silva, Flávio Colaço Chaves, José Loureiro Lopes e Manuel Batista de Medeiros, todos com experiência no magistério. O pensamento inicial foi no sentido de fundar uma Universidade Católica, principalmente o do Professor Marcos Trindade, ao deixar a Reitoria do Seminário Arquidiocesano; o qual, juntamente com o amigo e confrade de ministério Padre José Trigueiro do Vale, levaram o propósito ao exame do Senhor Arcebispo. Mas não obtiveram êxito (UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa, 2013, *on-line*).

Incorporaram, então, suas ideias com outros companheiros de magistério, como Manuel Batista de Medeiros, que articulavam o objetivo de fundar uma escola autônoma do mesmo nível. A formalização desta união foi justamente a assinatura da ata de 21 de junho, realizada em uma sala do Mosteiro de São Bento que, por sinal, estava abandonado e precisava de restauração. Assim, foi cedido à nova entidade: Institutos Paraibanos de Educação; em regime de comodato pela Arquidiocese, no dia consagrado a São Luiz de Gonzaga (UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa, 2013, *on-line*).

Talvez não fosse a época ideal para a ideia, tendo em conta que o Governo Militar de então investiu consideravelmente na Universidade pública, através de uma reforma que envolveu desde a criação de novos cursos e especializações até a construção do *campus* universitário. Inclusive o Orçamento da UFPB, à época, chegou a ser o quarto, em termos de recursos, do País (UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa, 2013, *on-line*). Assim, quem iria acreditar na viabilidade de um ensino superior patrocinado por seus fundadores, por seis padres e "padres casados", cujo único capital era a simples experiência de magistério?

Foi feita uma consulta de opinião entre alunos do Básico, curso de preparação para o acesso à Universidade, instituído e incrementado na época para suprir as deficiências do ensino médio, para escolha das escolas do "IPÊ". Assim, deveu-se aos primeiros alunos do IPÊ a escolha dos quatro primeiros cursos (UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa, 2013, *on-line*).

Interessante notar que as primeiras turmas a se formar foram de alunos, candidatos excedentes do vestibular da Universidade Federal, alguns vindos do Ceará e outros do Rio Grande do Norte. Uma quantidade bastante razoável. Hoje, são cerca de sete mil alunos que estudam no antigo "IPÊ", hoje UNIPÊ – Centro Universitário de

João Pessoa; tendo já colocado mais de dezoito mil no mercado de trabalho (UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa, 2013, *on-line*).

O curso de Direito do UNIPÊ, um dos maiores, foi reconhecido pelo Decreto nº 79.020, publicado no D.O.U. de 27.12.1976. Sob a Coordenação de Oswaldo Trigueiro do Valle, o curso tem cinco anos de duração, com turmas pela manhã e à noite. E, por meio do convênio firmado entre o UNIPÊ - Centro Universitário de João Pessoa e o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, foi instituído e instalado, em 2000, o II Juizado do Consumidor e da Microempresa da Capital, que funciona em local juridicamente estratégico da cidade de João Pessoa, próximo ao Prédio do Tribunal de Justiça, dos Fóruns da Capital, do Ministério Público - Procuradoria Geral de Justiça e da Defensoria Pública. Tal convênio tem como um dos objetivos recrutar alunos que estejam cursando o 7º, 8º, 9º ou 10º períodos para desenvolverem as atividades de Assistente de Cartório, Assistente de Escrivão, Assistente de Juiz, Assistente de Conciliação e Juiz Conciliador, ou seja, aprenderem a prática forense diária de um Juizado Especial, o dia-a-dia forense. (UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa, 2013, *on-line*). Existe, também, o Núcleo de Prática Jurídica, lugar em que são fomentadas as ações curriculares de extensão universitária. Trata-se da principal unidade de operacionalização e supervisão das atividades concernentes ao estágio dos alunos, lugar em que a teoria e a prática se unem para proporcionar um aprendizado com significado. Além do mais, é um espaço onde se amplia a integração da Universidade com a Sociedade Civil, ao se prestar assessoria jurídica à comunidade, inclusive à parcela de pessoas menos favorecidas (UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa, 2013, *on-line*).

Através de outro Convênio - Convênio de Cooperação Técnico-Científica celebrado com a Università degli Studi di Milano - o UNIPÊ, por meio da Resolução n.º 01, de 16 de janeiro de 2001, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, criou o Núcleo de Documentação e Pesquisa sobre Organizações Supranacionais (NUPEOS), com o objetivo de criar linhas de pesquisa de colaboração científica. E, pelo Núcleo de Orientação Acadêmica ao Discente do Curso de Direito, tem-se acesso a informações complementares, didáticas e pedagógicas, para o completo entendimento das disciplinas curriculares, extracurriculares e de prática jurídica. Há, ainda, o Núcleo de Monografia para oferecer orientação técnica e científica para os alunos que estejam trabalhando o TCC - Trabalho de Conclusão do Curso (UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa, 2013, *on-line*). Existem, também, as Salas de Prática Jurídica e a Sala das Pesquisas de

Direito Constitucional, Direito do Trabalho e Direito Agrário, climatizadas e com computadores, recursos audiovisuais e acesso à internet. O curso de Direito possui uma Revista – “Direito e Desenvolvimento”, inserida no portal de periódicos científicos do Unipê e no Open Journal Systems (UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa, 2013, *on-line*).

A Universidade possui um Auditório, que tem o nome do ex-governador Tarcísio Miranda Burity, com 120 lugares, igualmente estruturado, climatizado e com equipamentos modernos para se ministrar aulas e palestras, inclusive o Programa de Nivelamento Discente. A Biblioteca é central, com amplas instalações, informatizada e com acesso à internet e acervo atualizado, para os usuários que dela necessitarem. (UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa, 2013, *on-line*).

O UNIPÊ e o seu curso de Direito são um dos mais tradicionais e reconhecidos do Estado, com projetos importantes para a comunidade jurídica local. O curso apresenta índice bastante considerável de aprovação, por seus alunos, no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil e foi ganhador de todas as edições do Selo OAB Recomenda, da Ordem dos Advogados do Brasil nacional. Saliente-se que um novo prédio do Complexo funcionará em um casarão, na Avenida João Machado, em frente ao Fórum Cível da Capital, resultado de mais um convênio do UNIPÊ com o Tribunal de Justiça da Paraíba (UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa, 2013, *on-line*). Segundo se noticia, será o maior Complexo Jurídico do Norte/Nordeste e abrigará, pelo menos, mais dois Juizados Especiais, entre eles, o 6º Juizado, com trezentos e cinquenta (350) estagiários do curso de Direito. Estes Juizados vão integrar a estrutura jurídica que já possui, em parceria com o TJ-PB.

2.4 MÉTODOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Utilizamos os recursos de estatística básica para análise dos dados quantitativos e a técnica de categorização em parceria com o modelo *Sense Making* para a análise dos dados qualitativos.

De acordo com a ideia de Marconi e Lakatos (2008), o processo de categorização inicia-se logo após a coleta das informações. Estando com os dados não somente coletados, mas, também, selecionados e revistos, parte-se para o processo de categorização, que poderá vir a ser antecipado no questionário. Categoria é o grupo dentro de uma série classificada. Devem-se observar princípios de classificação, a fim

de serem estabelecidas categorias importantes (MARCONI; LAKATOS, 2008). Minayo (1996) ressalta três princípios básicos que devem ser seguidos quando da construção de categorias: 1) o conjunto de categorias deve ser construído a partir de um único princípio de classificação; 2) o conjunto das categorias deve ter um caráter exaustivo, ou seja, tem que ser capaz de incluir qualquer resposta; e 3) o conjunto das categorias deve ser mutuamente exclusivo, isto é, uma mesma resposta não pode ser incluída em mais de uma categoria.

2.4.1 O modelo *Sense Making*

Com o desenvolvimento dos estudos sobre a informação, usuários da informação e estudos de usuários, dentro do campo da CI, passou-se a dar maior ênfase ao usuário que aos sistemas de informação. As abordagens tradicionais que enfatizavam estes ao invés daquele foram sendo superadas pelas abordagens alternativas.

Dentro do contexto das abordagens mais modernas – alternativas – em se tratando de usuário da informação e estudos de usuários, encontra-se a teoria do *Sense-Making* – “fazer sentido”, que se refere a uma concepção metodológica de Dervin (1983), apresentando a metáfora da “situação-lacuna-uso”, dentre outros argumentos e recursos, para fundamentar as suas ideias: quando necessitando de uma informação para resolver um problema, para satisfazer uma carência do seu conhecimento, o usuário busca determinada informação para preencher o vazio de informação em que se encontra e daí solucionar o problema que deseja ou ocupar o espaço de conhecimento que antes não tinha, usando a informação que encontrou.

A proposta de Brenda Dervin (1983) - dentre os estudos e abordagens centradas nos usuários, possibilita o indivíduo compreender, construir a realidade e decidir sua utilização em uma dada situação, a partir da metáfora “situação-lacuna-uso” (SILVA, 2012). O uso de tal abordagem se justifica por possuir níveis de aceitação quantitativos e qualitativos bastante consideráveis para, segundo Silva (2012), entender o ser humano com suas devidas necessidades e as lacunas existentes no processo de busca e uso da informação. Em síntese, tal modelo – construtivista, segundo Figueiredo (1999) ou da “criação de significados” (CHOO, 2006) – lastreia-se em premissas, conceituais e teóricas, com o objetivo de analisar como as pessoas “constroem sentido” dentro do seu mundo e como, neste processo de construir sentido, fazem uso da informação e de outros recursos neste processo. Procura lacunas cognitivas e de sentido expressas em

forma de questões que podem ser codificadas e generalizadas, a partir de dados diretamente úteis para a prática da comunicação e informação (COSTA; SILVA; RAMALHO, 2009). Silva (2012, p. 83) explica:

Dervin (1983), metaforicamente, representou o estado cognitivo do ser humano numa estrada em movimento contínuo, sempre em frente, visualizando o usuário em sua posição atual de onde já esteve (ambiente e as experiências), de onde está (no presente) e para onde vai (futuro). Entretanto, as lacunas (vazio) existentes que frequentemente aparecem na vida do usuário ao buscar a informação permitem a adoção de estratégias para ultrapassar as barreiras informacionais, buscando para isso a utilização de fontes potenciais de informação para solução do problema.

O caminho, na Ciência, trilhado por Dervin, surgiu no campo da comunicação social, envolvendo temáticas de metodologia de pesquisa na comunicação, comunicação participativa e campanhas de comunicação pública. Contudo, foi se aproximando da Ciência da Informação, principalmente com e a partir do desenvolvimento da abordagem da “metodologia Sense-Making”, a qual foi sendo por ela construída, na verdade, desde 1972 e ganhando uma formulação mais definida no início dos anos 1980. Daí em diante, não mais parou de discutir, de problematizar, de natural e inevitavelmente fazer avançar as pesquisas, por meio da tal metodologia de abordagem, tanto através de textos teóricos como de várias pesquisas de campo.

Trata-se de metodologia largamente utilizada no Brasil, quiçá no âmbito da Ciência da Informação, mais propriamente nos estudos que abordam as necessidades, a busca, o uso, os usuários e as barreiras encontradas na transmissão e no recebimento da informação pelos que desta necessitam, como mensagens de usuários, patrocinadores, público, pacientes, clientes, cidadãos, instituições públicas e privadas. O *sense making* tem a informação como sendo uma construção do sujeito, a partir de suas experiências sociais, culturais, políticas e econômicas, vendo-a como algo subjetivo, que somente se torna significativo dentro do contexto no qual está inserido (DERVIN, 1983).

A expressão *sense making* deve ser analisada, pelo menos, em dois sentidos: corresponde ao objeto de estudo, ao processo empírico por meio do qual os usuários de informação atribuem sentido às situações em que se encontram, às lacunas cognitivas, às necessidades de informação sentidas, ao engajamento no processo de busca da informação; contudo, refere-se, também, às informações que encontram, que utilizam e das quais se apropriam (DERVIN, 1983). Além de corresponder, também, à forma, à maneira de estudar o comportamento informacional dos usuários, quer dizer: ao tipo de

metodologia preparada para analisar os processos pelos quais os usuários atribuem sentido às situações em que se encontram e às informações que utilizam. É bom que se tenha em consideração que esta metodologia está ligada, de forma direta, com o estabelecimento de categorias ou tipos ideais de situações, de parada de situação, de busca de informação e de uso da informação, dentro do contexto das descontinuidades do real, as quais são encontradas pelos usuários no centro das suas vivências e atuações.

“Sense-Making”, etimologicamente, entende-se como: “Sense” corresponde a significado; e “Making” à atividade de criar ou construir algo. A referida abordagem foi sistematizada a partir de maio de 1983, ao ser publicado documento com a base tanto filosófica, quanto conceitual, teórica e metodológica desta abordagem. De acordo com Silva (2010, p.43):

A base conceitual teve suporte na teoria de Bruner e Piaget (cognição); Kuhn e Habermas (ciências tradicionais e alternativas); Ascroft, Beltran e Rolins (teoria crítica); Jackinns e Roger (terapia psicológica) e Carter (teórico da comunicação).

Dervin pretende perceber como os usuários da informação fazem sentido, por meio de uma perspectiva subjetiva, como as pessoas formam as ideias ou retratam subjetivamente a realidade. Fornece uma maneira de ver como a informação é traduzida, depois de processada e a relação entre o usuário da informação e a própria informação, a depender de uma situação particular, tendo-o como aquele que constrói ativamente a sua informação, a sua própria informação. A nosso ver, e conforme Ferreira (1997, p.13), trata-se de modelo para avaliar a forma como o usuário compreende, sente e interage como a situação de vazio informacional em que se encontra e como usa a informação.

Conforme já se mencionou, Dervin (1983) apresenta a cognição, ou melhor, o estado cognitivo do sujeito, do ser humano, em uma estrada, em um contínuo movimento, em frente, sempre em frente, em uma posição atual, no seu ambiente e com as experiências de onde já esteve, no presente em que se encontra e para onde vai. Só que, na vida do usuário, do sujeito que precisa de informações para solucionar os seus problemas, atender às suas necessidades e interesses, natural e inevitavelmente, ele encontra barreiras informacionais que precisam ser transpostas, adotando as estratégias que forem possíveis e inerentes. Com muita propriedade, Silva (2012), com base em Choo (2006), expõe:

Em outras palavras, Choo (2003, p. 85) reconstitui essa trajetória feita por Dervin, visualizando o usuário no espaço e no tempo através do movimento voluntário dos passos em direção à criação de significados próprios iniciados pela busca da informação, ou seja, enquanto há a

construção de significados o usuário é impulsionado para frente, seu movimento é satisfatório; porém, em intervalos de tempo, se houver impedimento, ocorrerá um vazio cognitivo, uma descontinuidade e este mesmo usuário perde o sentido e a necessidade de criar significados, gerando então as lacunas ou vazios informacionais (SILVA, 2012, p. 44)

E complementa:

Este fenômeno Dervin caracterizou como a chamada tríade: **“situação - lacuna - uso”**, gerando um modelo de compreensão no processo de relacionamento entre o usuário, o sistema e a informação desejada. (Grifos nossos).

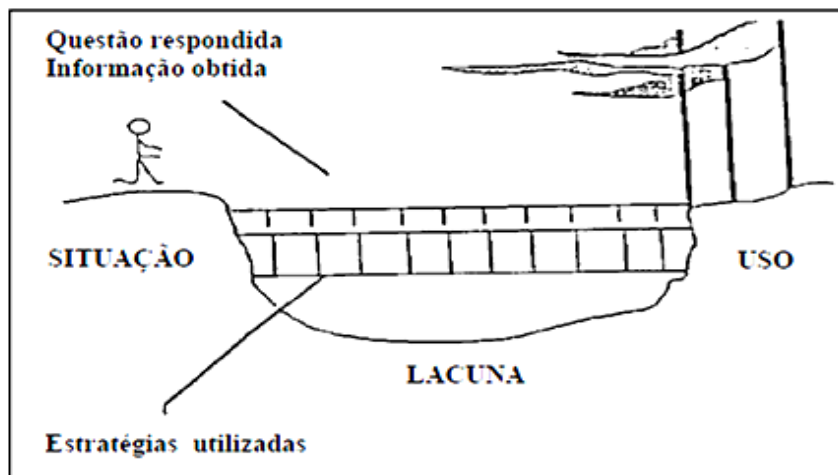
O sense-making tem como pressupostos a atribuição de subjetividade ou individualidade; o histórico pessoal ou situacionalidade; a utilidade da informação, para se compreender a situação em que se encontra o indivíduo que a busca e os processos cognitivos comuns, inerentes (SILVA, 2012).

Para Dervin (1983), são enunciados básicos da sua proposta, resumidamente, o de que a realidade é incompleta e inconstante, circundada de descontinuidade, fundamental e difusa, em função das mudanças constantes – “vazio”; a informação advém da observação humana, é produto desta observação, não existindo de forma independente e externa ao ser humano; a informação pode ser guiada internamente e é subjetiva; a busca e o uso da informação são criação do sentido individual do ser humano, através de atividades construtivas; é importante o foco - a maneira como são usadas as observações pelos indivíduos com relação aos outros e também as próprias, para construir sua realidade e direcionar o seu comportamento; o prognóstico do comportamento dos indivíduos será mais exitoso levando-se em conta as suas situações de mudança, muito mais características de personalidades ou demográficas; a pesquisa é feita por padrões, analisando muito mais do que assumindo ligações entre situações e necessidades de informação, entre a informação e o uso; existem “compreensões universais da realidade”, as quais possibilitam melhores explicações e prognósticos do que seria possível conseguir através de abordagens positivas tradicionais.

Enfim, estes enunciados proporcionam o desenvolvimento de estudos de usuários direcionados a uma avaliação verdadeira, real, tanto da realidade quanto da necessidade de informação dos usuários, nas mais diversas situações e pelos mais variados interesses. Os usuários reais necessitam da informação e, por isto, buscam-na, utilizam-na, têm a intenção, no mais das vezes, de diminuir suas incertezas, informar ou buscar instrução, sair de situações que sejam contraditórias. Quando verificam a

realidade lastreada numa informação confiável, verdadeira, fidedigna, surge uma nova direção entre eles (usuários reais) e o sistema de informação, possibilitando que se criem novos significados para se alcançar o que se almeja, os fins desejados.

Figura 1 – Sense-Making



Fonte: Dervin (1992, p. 69).

Com base nas ideias de tal abordagem – *Sense-Making*, ou seja, entendendo o modelo construtivista, da metáfora “situação-lacuna-uso” foi que pretendemos estabelecer parâmetros para compreender o comportamento informacional dos docentes do curso de Direito do UNIPÊ e CCJ da UFPB, Campus I, pretendendo dar voz aos usuários, quando se quer entender as necessidades e usos que estes indivíduos fazem da informação (GONÇALVES, 2012), neste caso dos docentes dos cursos de Direito do UNIPÊ e CCJ da UFPB Campus I, quando buscam as informações que necessitam, para exercer suas atividades; preenchendo seus vazios de conhecimento em que muitas vezes se encontram e resolvendo problemas (parágrafo deslocado).

Portanto, tal concepção corresponde a uma metodologia de pesquisa interessante para ser utilizada quando da escolha por uma pesquisa do tipo descritiva, qualitativa ou quanti-qualitativa, pois,

[...] a base teórica para a construção desta metodologia de pesquisa, por ter buscado referência na ciência da cognição, na teoria crítica, na terapia psicológica e, principalmente, na teoria da comunicação, demonstra que a informação não é algo que exista independente e externamente ao ser humano. Pelo contrário, a informação é um produto da observação humana (GONÇALVES, 2012, p. 9).

3 OS ESTUDOS DE USUÁRIOS NO CAMPO DA CI

3.1 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E OS ESTUDOS DE USUÁRIOS

A Ciência da Informação é uma ciência voltada para o estudo da produção, organização, armazenamento, disseminação e uso da informação (ARAÚJO, 2009). De acordo com este autor (2009, p. 200),

[...] os primeiros conceitos de CI surgiram na década de 1960 (TAYLOR, 1966; REES; SARACEVIC, 1967; BORKO, 1968) e possuem, quase todos, a mesma ideia. Destacam que a CI é uma ciência voltada para o estudo da produção, organização, armazenamento, disseminação e uso da informação. Nesse sentido, entendem a CI como uma disciplina voltada para os processos envolvidos com a informação – processos normalmente entendidos como processos técnicos, aplicados, de intervenção. O conceito de informação que sobressai de tais definições é a ideia de informação como uma “coisa”, um ente da realidade dotado de objetividade.

Entretanto, a informação corresponde a uma dimensão de como os seres humanos vêm e compartilham o mundo (CAPURRO, 1992). Trata-se de seres humanos usuários e compartilhadores de informação. Não se pode tratar de assuntos referentes a Estudos de Usuários ou Usuários da Informação, sem antes avaliar o que vem a ser informação e a Ciência da Informação – CI. Informação é algo indispensável a todos, à vida em sociedade, às instituições. Dificilmente se vive ou convive sem informação, seja em função do mais simples até o mais importante e abrangente motivo ou necessidade. O termo informação vem de *informare*, que significa dar forma, criar, construir ideia, noção (COSTA, SILVA e RAMALHO, 2009, p. 2). Segundo Wurman (1991, p.42, *apud* COSTA, SILVA e RAMALHO, p. 1),

[...] a palavra “informação” sempre foi ambígua e literalmente empregada para definir diversos conceitos. Os dicionários registram que a palavra tem sua raiz no latim *informare* [...]. A definição mais comum é “a ação de informar, formação ou moldagem da mente ou do caráter, treinamento, instrução, ensinamento, comunicação de conhecimento instrutivo”.

E, de acordo com Barreto (2002, p. 1),

[...] a informação é qualificada como um instrumento modificador da consciência e da sociedade como um todo. Aqui a informação é qualificada como um instrumento modificador da consciência do homem e de seu grupo.

Em 1627, Naudé e, em 1834, Otlet, enfatizaram o caráter humano e libertário do acesso à informação (PINHEIRO, 2005). Paul Otlet era belga e nasceu em 1868. Tornou-se advogado, mas sempre teve a preocupação de possibilitar a todos um sistema de armazenamento de informação, com todos os dados dissecados e individuais de todos os ramos científicos, atualizados de forma constante, ou seja, de maneira que todo o mundo tivesse condições de acesso ao conhecimento e, com isto, alcançar a paz mundial. Foi um visionário, com uma ideia fantástica, embora não muito facilmente aplicável no que se refere à paz entre as pessoas, entre todos os povos, como pretendia. Verifica-se, hoje, que a sua ideia implicava uma rede com ligações - “links” - que distribuíssem as informações entre o centro que as produzissem e os usuários. Quer dizer, entre pessoas possuidoras de dados, de informações, enfim, de conhecimento podendo fazer comunicação, ao mesmo tempo, com várias outras; contudo, com o esforço mínimo, com “uma garantia de segurança e qualidade” (PINHEIRO, 2005) e com a capacidade de recuperação da informação!

Otlet criou a CDU - Classificação Decimal Universal, conjuntamente com Henri La Fontaine, seu amigo pessoal. Destaque-se que a CDU era muito mais que um método para organizar livros em estantes. Tornou-se a base da documentação - uma linguagem universal para a Ciência (PINHEIRO, 2005). A intenção, a ideia era a de que todos os livros, ou todos os artigos trouxessem o número da CDU – Classificação Decimal Universal, que correspondesse ao assunto daquele documento, servindo como meio de comunicação e de relacionamento entre os cientistas do mundo.

Entretanto, naquela época, a documentação caiu no esquecimento. A Segunda Grande Guerra criou um momento muito pouco propício para os ideais pacifistas, que se pautassem, principalmente, numa cooperação internacional que fosse necessária para o surgimento de instrumentos de acesso ao conhecimento registrado. (SARACEVIC, 1996). Otlet sonhava com a ideia fantástica de um espaço informacional internacional; atualmente, verificada e vivenciada pela “sociedade em rede” (CASTELLS, 2007).

A importância e a contribuição de Otlet foram e são indiscutíveis. Não poderia ser diferente. Ele deixou uma discípula: Suzanne Briet, nascida em 1894, no fim de um século que prenunciava aquele que mudaria o mundo sensivelmente: o Século XX. Digamos com justiça que, alicerçado em, pelo menos, outros dezenove séculos. Pois bem, já no século XX, em 1951, Briet escreveu *Qu'est-ce que la documentation*. (PINHEIRO, 2005). Ela definiu a documentação como

[...] todo indício concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com o fim de representar, reconstruir ou provar um fenômeno físico ou intelectual, baseado no entendimento sociológico e cultural das necessidades dos usuários, expressas por seus modos de vida e seu vocabulário. A documentação é uma técnica de trabalho intelectual, é uma profissão distinta, e uma necessidade de nossos tempos. O documento não é mais caracterizado pelo seu suporte, mas pela sua condição de registro que garante a permanência no tempo, e que pode estar em qualquer lugar, e acessado por qualquer pessoa, para isso o documentalista teria que conhecer outras línguas para garantir que a tradução de um documento fosse de alta qualidade para que o usuário pudesse compreender o assunto (BRIET, 1951, p.26).

Nos anos que se passaram, após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu uma grande busca pela informação científica, nos principais pontos do globo, tanto do lado Ocidental, quanto do lado Oriental. Esforços de pessoas de renome para o ambiente da Informação foram significativos: Mikhailov; Chernyi e Gilyarevskii, que se dedicaram à criação de uma disciplina Informatik (SARACEVIC, 1996). Do lado do Ocidente, verificou-se uma preocupação com o armazenamento e a recuperação da informação. Observe-se, por ser importante, que se tratavam de verdadeiras contribuições de químicos, físicos, matemáticos, biólogos que, aliás, se intitulavam Cientistas da Informação, a fim de não perderem o *status* acadêmico em suas áreas correspondentes (SARACEVIC, 1996).

Depois da Segunda Grande Guerra, ocorreu uma fase de desenvolvimento tecnológico e científico, provocando preocupações com a recuperação da informação. A partir de 1960, alguns acontecimentos indicaram o surgimento de uma nova Ciência, com os primeiros artigos envolvendo conceitos, fundamentos e teorias sobre Ciência da Informação. Podemos mencionar a conferência realizada no Georgia Institute of Technology em 1962, o Relatório Weinberg em 1963, o trabalho Informatik de Mikhailov em 1966 e a definição de Borko, em seu artigo *Information Science: what is it?*, de 1968 (PINHEIRO, 2005).

Assim, de acordo com Araújo (2009, p. 200), “Os primeiros conceitos de CI surgiram na década de 1960 (TAYLOR, 1966; REES; SARACEVIC, 1967; BORKO, 1968) e possuem, quase todos, a mesma ideia”.

A noção de Ciência da Informação é a que diz respeito a uma ciência voltada para o estudo tanto da produção, quanto da organização, do armazenamento, da disseminação e do uso da informação (SARACEVIC, 1967). Um ramo, em outras palavras, voltado para os processos envolvidos com a informação. Processos técnicos, processos aplicados, de intervenção (TAYLOR, 1966). Ressalta a ideia de informação

como sendo uma coisa ou um ente da realidade, dotado de objetividade. Trata-se de uma ciência interdisciplinar, com o fim de estudar as propriedades e o comportamento da informação, as forças que dirigem o fluxo e o uso da mesma e as técnicas, sejam manuais ou mecânicas, de processo para armazenagem, recuperação e disseminação da informação (BORKO, 1968).

Para alguns, a Ciência da Informação é pós-moderna, por ser inter e multidisciplinar. Além de ser naturalmente perceptível, certamente a CI – Ciência da Informação – relaciona-se com outras áreas, aliás, a ciência não é um fim, mas uma busca pela verdade (POPPER, 1972). E que, embora viva ainda uma fase de conceitos questionados e a se complementar, tem fundamentos, fundamentação suficiente, com o objeto definido: nada mais, nada menos que a origem, o fluxo, a recuperação e o uso da informação. Inclusive passando de forma mais intensa e evidente a ter uma conotação inevitavelmente social, em função das necessidades sociais (WERSIG; NEVELING, 1975). E quem sabe mais flexível, que apresenta a ideia de que nenhuma forma de conhecimento é, em si mesma, racional, ou seja, há um diálogo com outros ramos do conhecimento.

Há quem leve em conta a CI como conhecimento comunicado, a exemplo de Tarapanoff (2006). Vê-se, portanto, que a Ciência da Informação é um campo que tenta se relacionar com vários outros tendendo, por sua vez, a ter múltiplas faces, mas nem por isto, sendo menos importante. Ao contrário, visto que seu objeto é algo inerente a tudo: informação! Seja no que se refere à determinada área, seja no que se refere à determinada abordagem. As possibilidades temáticas são as mais variadas, ensejando a participação de estudiosos com formações acadêmicas diversas. O seu campo de pesquisa assim o é, inevitável e naturalmente; ou, no mínimo, se tornou e assim provavelmente será. Por isto, melhor vai se caracterizando como um campo de pesquisa rico. Ousamos dizer que é a cara da realidade que vivemos hoje, no cotidiano: tem as dimensões social, política, econômica, profissional, acadêmica e não somente científica.

Dentro do contexto da CI, estão os usuários da informação, que representam parte importante e integrante, senão indispensáveis, de áreas de estudo relevantes do campo da Ciência da Informação, mais especificamente as de “Usuários da Informação” e as de “Estudos de Usuários”. Estes últimos correspondendo às investigações para se verificar o que os indivíduos – sujeitos que se relacionam com os sistemas de informação - precisam no que se refere à informação, ou se as necessidades de

informação estão sendo satisfeitas de uma forma adequada pelos usuários de um centro de informação, como os de uma biblioteca (NICE FIGUEIREDO, 1979, p. 79).

Conforme se verifica na literatura, os trabalhos sobre Estudos de Usuários e Usuários da Informação surgiram na década de 1940 – pesquisas publicadas na Conferência de Informação Científica da *Royal Society* em 1948; cujo principal objetivo foi conhecer as necessidades dos usuários e como conseguem a informação que necessitam (FIGUEIREDO, 1979); também agilizar e aperfeiçoar tantos os serviços, quanto os produtos prestados pelas bibliotecas. Saliente-se que tais estudos se restringiam à área de Ciências Exatas (FERREIRA, 1997).

Os estudos evoluíram com o passar do tempo. (FERREIRA, 1997, p. 91). Na década seguinte, ocorreu uma intensificação no que se refere ao uso da informação entre grupos específicos de usuários. No entanto, já com abrangência para as Ciências Aplicadas. A década de 1960 foi marcada por estudos que enfatizavam o comportamento dos usuários – fluxo de informação, canais de informação - que podiam ser do tipo formal ou informal. Importante observar que os educadores começaram a ser pesquisados! A preocupação com o usuário e a satisfação das suas necessidades de informação passaram a ser levadas em consideração, com mais propriedade. Aliás, a propriedade que merecem. E atendendo a áreas outras do conhecimento, surgindo os primeiros trabalhos a respeito nesta década (FERREIRA, 1997): humanidades, ciências sociais e administrativas. As décadas de 1980 e 1990 apresentaram, respectivamente, estudos em torno da avaliação de satisfação e desempenho e do comportamento informacional; ou seja, a necessidade, a busca, o fornecimento e o uso da informação em diversos contextos, inclusive no ambiente de trabalho e na vida diária (FERREIRA, 1997).

Chegou-se à primeira década do século XXI, com os estudos direcionados para o comportamento informacional e, igualmente, para a avaliação de satisfação e desempenho; com ênfase na relação entre usuários e sistemas de informação, ou seja, com uma conotação social. Os Estudos de Usuários passaram a ser construídos, então, sob duas abordagens importantes já mencionadas: a “abordagem tradicional”, com estudos voltados para o sistema de informação (FERREIRA, 1997); e a “abordagem alternativa”, conforme Costa, Silva e Ramalho (2009, p. 7), voltando-se para o usuário da informação.

Seguindo o norte do que já foi exposto, passemos a adentrar e a apreender, um pouco mais, que o campo que corresponde aos estudos de usuários evoluiu, passando

por diversas configurações, inicialmente com os “estudos de comunidade”, cujo objetivo era mapear características de uma população determinada, de modo a planejar as informações que se adequassem mais para fins de educação e socialização. Estudos seguintes cuidaram de verificar a utilização e satisfação dos sistemas de informação. Ou seja, nas duas perspectivas citadas, têm-se os usuários analisados sob a perspectiva sistêmica (ARAÚJO, 2009). Após estas fases, os estudos de usuários começaram a se desenvolver dentro do contexto da comunicação científica – fluxos de informação entre cientistas. Segundo Araújo (2009, p. 198), “nas décadas seguintes, extensas pesquisas quantitativas são realizadas para tentar correlacionar certos perfis sociodemográficos dos usuários com padrões de comportamento informacional”.

A partir da década de setenta, começaram a surgir, de forma efetiva, abordagens direcionadas aos usuários da informação (ARAÚJO, 2009). O marco do desenvolvimento deste tipo de estudo foi a Conferência de Copenhague, em 1977. Embasado em teorias como a “construção de sentido” e outras com algo em comum, a saber: apresentar uma perspectiva cognitivista; quer dizer, entender a informação sob o aspecto das estruturas mentais dos usuários no seu relacionamento com a informação. A informação passa a ser vista como algo na perspectiva do sujeito (*idem*). Para Figueiredo (1999) é perceptível, portanto, uma mudança de paradigma: do acesso à informação através do modelo centrado na informação, para o modelo centrado no usuário.

Entende-se por estudos de usuários as

[...] pesquisas que objetivam, sobretudo, desvendar quem são os usuários da informação, quais suas reais necessidades e como se dão suas buscas e usos da informação e, também, pesquisas que ressaltam aspectos da interação entre usuários e unidades de informação que, por sua vez, devem colocar o conteúdo e a tecnologia a serviço dos seus usuários (COSTA; SILVA e RAMALHO, 2009, p. 10).

Se analisarmos de uma maneira um pouco mais detalhada, arriscamo-nos a dizer “cronológica”, a respeito dos estudos de usuários, verificaremos que os modelos de análises, as abordagens a respeito dos estudos dos usuários, seguiram um caminho, desenvolveram-se, em matéria de pesquisa, tratando do clássico e depois do moderno com relação aos “usuários da informação”. De acordo com Costa, Silva e Ramalho (2009, p. 7):

Ferreira (2002) e Figueiredo (1999) também tratam dessa temática com bastante propriedade. Na realidade, trata-se de duas abordagens aplicadas aos estudos de usuário:

- a) *abordagem tradicional* – estudos dirigidos ao sistema de informação;
- e
- b) *abordagem alternativa* – estudos dirigidos ao próprio usuário da informação.

Impõe-se, por ser necessário, esclarecer que a abordagem “tradicional” tem como enfoque o “*conteúdo*” ou a “*tecnologia*”; esta última relacionada, como afirmam Costa, Silva e Ramalho (2009, p. 11), “*às linhas temáticas de interesse de grupos de usuários, com base nos modelos tradicionais de classificação do conhecimento*”, ou seja, estudos direcionados à tecnologia, a focalizar o uso tanto de livros, como fontes, base de dados, obras de referência, computador ou o próprio sistema; mas tendo o usuário apenas como um informante!

Já a abordagem “alternativa” corresponde aos estudos mais novos de comportamento dos usuários, que têm como intenção observar o ser humano como um ser construtivo, ativo e orientado na situação em que se encontra, quando da busca de informação, com aspectos cognitivos que devem ser levados em consideração, dentro do contexto a que estiver fazendo parte (DERVIN e NILAN, 1986).

Compreende-se o usuário como elemento central do sistema (GUINCHAT e MENOU, 1994). Daí a necessidade de conhecer o usuário com mais acuidade dentro da situação a se verificar, quando se relaciona com a informação. Com a necessidade e uso da informação. Sendo, por isto, interessante, e quem sabe indispensável, o contato direto com o usuário. Os estudos que se dirigem aos usuários não ficam limitados a uma instituição; procuram investigar o comportamento de toda uma comunidade, quando da obtenção de informação (FIGUEIREDO, 1979).

Claro é que há um foco, digamos, inicial: o problema individual dos usuários, posto que algumas questões, inevitavelmente, dependerão deles, de acordo com o seu propósito de buscar a informação e de usá-la: qual a informação quer encontrar; qual uso fará dela (TAYLOR, 1968).

Trata-se da ideia de analisar os usuários da informação e, naturalmente, os estudos de usuários, sob o enfoque de duas possibilidades, inclusive no tange a uma cronologia, uma história de tais assuntos, que são representadas pela abordagem tradicional e pela alternativa citadas, sendo esta última a que mais nos interessa. Costa, Silva e Ramalho (2009) apresenta, com muita propriedade, uma revisão na literatura a respeito do tema, a ser mencionada sem nenhum receio; proporcionando uma visão geral e bem suficiente, levando em conta os estudos sobre as necessidades, o

comportamento, a busca e o uso da informação nas últimas décadas, inclusive observando que:

As revisões do Annual Review of Information Science Technology, a partir de 1966, sobre “*necessidades e usos da informação*” mostram a preocupação com os diferentes aspectos dessa temática. Alguns estudos vêm marcando a tendência dos estudos de usuários, uma fase voltada para os estudos centrados no usuário e que se utilizam de abordagens qualitativas (COSTA, SILVA e RAMALHO, 2009, p.10).

Portanto, há vários modelos propostos, por alguns autores de relevância na área, que espelham os estudos e abordagens correspondentes ao que analisamos. Como os que expõem que as necessidades de informação têm a sua origem em necessidades dos sujeitos que são básicas, como fisiológicas, cognitivas e afetivas. Assim, não se trata de uma necessidade primária, mas secundária podendo, pois, se deparar com barreiras individuais, pessoais, interpessoais e ambientais (WILSON, 1982). Há a abordagem *Anomalous States of Knowledge* - anômala do estado de conhecimento - de Belkin e Oddy Brooks (1982), que tem como foco pessoas em situações problemáticas, visões incompletas ou limitadas, de alguma maneira, das situações; usuários, em estados anômalos de conhecimento, sem condições de reconhecer o que não está certo, enfrentando lacunas, faltas, incertezas e incoerências, sem, por isto, terem capacidade de especificar o que é necessário para resolver o que precisam.

A “Abordagem do Valor Agregado” - *User-values* ou *Value-added* - focaliza a apreensão da utilidade e valor que o usuário pode trazer ao sistema de informação Taylor (1986). Com a pretensão de fazer do problema em que se encontra o usuário o foco central; esta abordagem passa a identificar classes de problemas e faz a ligação entre estes problemas e os traços que os usuários valorizam, ao enfrentar os problemas. Já Ellis (1989) apresenta um modelo de comportamento de busca de informação partindo do pressuposto de que a busca da informação acontece através de aspectos cognitivos, por etapas. Levando em conta, assim, seis categorias de análise, que são as de: iniciar, encadear, vasculhar, diferenciar, monitorar e extrair. Posteriormente, foram acrescentadas mais duas categorias: verificar e finalizar.

O modelo de Kuhlthau (1994) - *Information Search Process* - é potencializado pela teoria do construtivismo, na qual a aprendizagem de um conhecimento novo se realiza pela construção individual e ativa (COSTA, SILVA e RAMALHO, 2009). O desenvolvimento do processo ocorre em seis estágios, quais sejam: a iniciação, a seleção, a exploração, a formulação, a coleta e a apresentação. Detalhe: cada estágio

vem a caracterizar o comportamento do usuário no campo emocional, no cognitivo e no físico (COSTA, SILVA e RAMALHO, 2009). Outro modelo construtivista importante e usado no ambiente das organizações é o de Choo (2006), ao ressaltar três propriedades no que respeita à busca e ao uso da informação. Em resumo, o uso da informação é estabelecido a partir do significado que o indivíduo lhe impõe, à luz de suas estruturas emocionais e cognitivas e o uso da informação é situacional. Assim, o importante é o indivíduo, que faz parte do seu meio profissional, ou meio social; afetando de forma direta tais meios, nas suas escolhas quando do uso da informação. Vale salientar, também, que o uso da informação não é estático, é dinâmico, pois há uma interação com os elementos cognitivos, emocionais e situacionais do ambiente do sujeito, capazes de impulsionar a busca da informação, de maneira a modificar a percepção do indivíduo no que se refere ao papel de informação e aos critérios através dos quais a informação é obtida, sobre determinado assunto. Trata-se de uma busca pela informação, implementada pelo indivíduo, a fim de ver modificado o estado anterior (COSTA, SILVA e RAMALHO, 2009).

Não poderia ficar de fora a menção a Dervin (1977), responsável pela relevante, posto que lúcida e coerente, Teoria da Metáfora da *situação-lacuna-uso*, que analisa como ocorre a construção de sentido de mundo pelas pessoas, por sua vez, nos seus mundos e a maneira como utilizam a informação e outros recursos, neste processo, utilizada de forma essencial e metodologicamente na presente pesquisa e já devidamente explicitada no capítulo anterior correspondente à metodologia utilizada.

Enfim, os estudos dos usuários se desenvolveram e passaram a ser analisados sob novas perspectivas, diferentemente das abordagens tradicionais, as quais colocavam os usuários da informação em uma posição passiva, que exigia deles uma adaptação aos mecanismos de processos que levam à informação e que, com o tempo, foi tendo que se adequar às realidades dos usuários e não o contrário. O usuário não era tido como o foco central, mas sim o sistema. Devia-se treinar o usuário para se relacionar com o sistema. Com a automação, foram surgindo os sistemas amigáveis para facilitar a interação, evoluindo assim para abordagens mais modernas, as atuais. Com efeito, estas abordagens enfatizam os usuários e as suas habilidades de processar ativamente a informação, em detrimento de sistemas de informação (FIGUEIREDO, 1999).

A propósito, se analisam os três paradigmas da área da CI, apresentados por Capurro (1992) – físico, cognitivo e social, facilmente se identificam as fases de estudos de usuários da informação: os estudos da abordagem tradicional que são, na sua

maioria, quantitativos e realizados a partir de uma visão funcionalista, correspondem ao paradigma físico, o qual privilegia a dimensão material da informação; já os estudos da abordagem alternativa, que passa a considerar os aspectos cognitivos dos usuários nos estudos, tem correspondência com o paradigma cognitivo, o qual percebe a informação construída na mente dos sujeitos, sem interferência exterior; com relação à ampliação das análises, a contemplar o contexto sociocultural dos usuários, aproxima-se do paradigma social, vindo a compreender a informação como uma construção intersubjetiva (GANDRA e DUARTE, 2012).

3.2 OS USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO

O tema “usuários da informação” corresponde à importante área de estudo do campo da Ciência da Informação - CI. Tem-se registrado que este relevante objeto de estudo para a CI originou-se em 1930, aproximadamente, quando se passou a estudar os hábitos de leitura dos usuários de bibliotecas. Daí em diante, outras questões, também, tornaram-se foco de estudo. De início, surgiram dois tipos de estudos: os de uso, correspondentes às fontes, aos serviços, aos sistemas e centros de informação, mais voltados para os sistemas; e os estudos direcionados para os usuários, investigando como um determinado grupo obtém a informação que necessita para realizar o seu trabalho (FIGUEIREDO, 1994). No final da década de 1970 e início da década de 1980, a abordagem alternativa de estudos de usuários começou a se desenvolver (MARTUCCI, 1997), voltando-se para os processos cognitivos dos usuários e, de acordo com Gandra e Duarte (2012),

[...] buscando compreender a necessidade de informação do sujeito a partir de suas perspectivas individuais, contextualizando a situação real que desencadeou tal necessidade de informação do sujeito a partir de suas perspectivas individuais, e vendo a informação sendo construída na mente do usuário.

A partir do início da década de 1990, começaram a se desenvolver estudos com uma nova postura, um olhar novo sobre os sujeitos, de maneira a compreendê-los. Melhor: compreender suas ações, que são indissociáveis do seu contexto, tanto histórico, quanto sociocultural (GANDRA e DUARTE, 2012). Tratam-se, inclusive, de estudos que vêm a reforçar a ampliação da pesquisa na Ciência da Informação (ARAÚJO, 2007; REIS, 2007), envolvendo sujeitos do tipo usuário da informação.

O usuário da informação é aquele que necessita de informação para desenvolver atividades que lhe cabem (SANZ CASADO, 1994). É a razão de um sistema de informação; o principal elemento. O usuário contribui de maneira essencial, avaliando, enriquecendo, estimulando o funcionamento do sistema quando da busca e do uso da informação, proporcionando inclusive a formação de concepções a respeito de usuário, de sistemas de informação e de necessidades, buscas, usos e comportamentos informacionais. Também podem ser tidos como sujeitos com necessidades informacionais únicas (FIGUEIREDO, 1999), o que implica dizer que existem vários tipos de usuários; cada tipo com necessidades específicas, diferentes, cada tipo com características intelectuais, psicológicas, sociológicas diversas; cada tipo correspondendo a um grupo diferente; por exemplo: grupo de um determinado ambiente profissional, social, político, econômico etc.

Ao levarmos em conta a necessidade de informação dos que a buscam, teremos o usuário do tipo “potencial”: pessoa ou grupo com atividade vinculada, de forma direta ou indireta, para cumprir objetivos comuns, na qual está inserida a unidade de informação. E o do tipo “real”, o qual representa os que já fizeram alguma solicitação de serviço a uma unidade de informação. (NUÑEZ PAULA, 2000, p.109-115). O usuário pode ser ainda considerado “interno”, quando se encontra subordinado administrativa ou metodologicamente à mesma gerência da unidade de informação; enquanto que o usuário “externo” não se encontra subordinado ou, encontrando-se subordinado a uma unidade de informação, é através de uma entidade intermediária. Há ainda o que se chama de usuário “intermediário”, aquele que corresponde a toda pessoa ou grupo que utiliza as unidades de informação com o objetivo de cumprir uma missão similar com respeito a outros usuários; e o “final” que, em oposição ao “intermediário”, recebe as informações, mas não com o fim de oferecê-las a outros usuários. Existe ainda o usuário “cliente”; “cliente potencial” e “cliente interno”, sendo o primeiro advindo da prática comercial, dos mercados; o segundo corresponde a um mercado potencial, termo utilizado como uma estratégia do mercado; e o terceiro, originado da literatura que trata das análises de sistemas, sistemas de qualidade e reengenharia, isto é, refere-se a pessoas, a grupos ou entidades dentro da organização, tornando-se referência para a análise do sistema (NUÑEZ PAULA, 2000, p.109-115).

Portanto, o usuário pode se encontrar tanto na posição de provedor como na de receptor da informação, na prática; no entanto, como peça principal de uma interação que envolva informação. Ele pode ser denominado de uma forma ou de outra, a

depende da sua necessidade e do contexto em que estiver inserido. E, para Nuñez Paula (2000), a informação de cada segmento pode gerar uma nova terminologia a acompanhar a palavra “informação”, designando o segmento a que diz respeito, podendo acontecer, conseqüentemente, o mesmo com o termo “usuário da informação”. Exemplo: “usuário da informação jurídica”. Neste caso, o último termo designa o tipo de usuário do ambiente do Direito, como os docentes dos cursos de Direito das instituições de ensino superior.

De acordo com Guinchat e Menou (1994), o conceito de usuário é ainda mal definido e os papéis de cada indivíduo em relação à informação são complexos e mudam muito. Entretanto, embora seja conhecido que os estudos de usuários sempre tenham se voltado mais para alguns grupos sociais, como engenheiros e cientistas, tem-se verificado, e não poderia acontecer de outra forma, a ampliação da agenda de pesquisas da Ciência da Informação, possibilitando que grupos outros façam parte das investigações (ARAÚJO, 2003). Até porque, com tal ampliação, incluem-se objetos novos de pesquisa; com novos olhares para a Ciência, novos e diferentes sujeitos, novas e diferentes comunidades, novos e diferentes contextos, a dizer o que faz ou não sentido, para eles – “os novos”, a informação que buscam e de que necessitam.

A propósito, importante é a classificação dos usuários em “potenciais” ou “reais” (SANZ CASADO, 1994). Os primeiros representando os que necessitam de informação para o desenvolvimento de atividades, mas não têm noção, consciência disto e, por isto, não expressam suas necessidades; ao contrário dos usuários reais, que têm necessidade de se informar, sabem disto e não só buscam a informação frequentemente, mas também a disseminam e compartilham, reforçando a justificativa de que o usuário é o elemento mais importante das unidades, dos sistemas informacionais, conforme já se mencionou. Assim, possível é a aceitação do termo “usuário” com outro termo que se crie para designar um tipo de usuário da informação, de acordo com a posição que ocupa quando busca determinada informação que necessita, quer dizer: onde a busca, que tipo de informação busca, como o exemplo citado de “usuário da informação jurídica”.

3.2.1 Usuário da Informação Jurídica

Os usuários da informação jurídica são os profissionais do Direito; dentre eles os docentes da área jurídica que venham ou não a exercer uma atividade jurídica fora da

Academia, os quais são os sujeitos da presente pesquisa. E que buscam informações mais específicas da sua área, embora, por vezes, busquem informações de outros campos, haja vista lidarem com fatos que dizem respeito às pessoas que os requisitam. Procuram informações em diversas fontes, tendo em conta o grau de dificuldade de suas necessidades.

Os sujeitos que realizam as buscas por informações jurídicas o fazem em livros e revistas da área, ou em jornais de publicação oficial, para verificar projetos de lei, leis, atos normativos em geral etc., presentes em suportes físicos ou no ambiente virtual. Necessitam de informações confiáveis e atualizadas, pois o trabalho que executam exige bastante veracidade e responsabilidade. Trabalham fundamentando suas opiniões e argumentos, tanto com o intuito de informar – como docente; como o de procurar resguardar, proteger ou obter a concessão de direitos dos jurisdicionados, no exercício de uma atribuição jurídica, perante os mais variados setores do Poder Público e da sociedade. A informação jurídica está presente nas fontes do Direito: leis e atos normativos do Poder Público; doutrina, que é o entendimento dos juristas a respeito de assuntos jurídicos; jurisprudência, conjunto de decisões judiciais sobre casos semelhantes; costumes, desde que não contrários à lei; analogia, usada em casos jurídicos semelhantes; equidade, que implica justiça e bom senso; princípios do Direito, orientações-regras para a elaboração das normas e que devem ser observados quando da aplicação do direito de cada um ou a cada um.

Tais fontes estão em constante mutação, principalmente no Brasil, tendo em conta que o Direito acompanha os fatos que vão acontecendo, na medida em que os valores vão mudando e vice-versa, interferindo na elaboração e mudança das regras a serem aplicadas aos cidadãos e ao próprio Estado - encarregado de elaborá-las e modificá-las. Direito é fato, valor e norma (REALE, 2007).

Os sujeitos da pesquisa – docentes que exercem ou não outras atribuições da seara do Direito – identificam-se como usuários da informação porque representam indivíduos com necessidades de informação específicas, únicas, com características educacionais, psicológicas, sociais a necessitar de conhecimento prático, intelectual e profissional (FIGUEIREDO, 1999).

3.3 NECESSIDADES, BUSCAS E USOS DA INFORMAÇÃO

O indivíduo procura a informação quando da necessidade de saber algo, a fim de resolver algum problema, de satisfazer um interesse, mas não tem conhecimento teórico,

prático ou de qualquer outro tipo para tais desideratos. É o momento em que reconhece vazios em seu conhecimento ou noção a respeito de algo. Por isto, busca a informação para preencher este vazio. Uma vez verificada a ausência de uma informação, o usuário passa a buscá-la, para preencher uma lacuna, para satisfazer uma ausência. Costa, Silva e Ramalho (2009) destacam dois motivos pelos quais as pessoas buscam a informação: o primeiro refere-se à “existência de um problema a resolver, de um objetivo a atingir e/ou a constatação de um estado anômalo de conhecimento, insuficiente ou inadequado”; o segundo corresponde a dois tipos de necessidades de informação, uma em função do conhecimento e a outra em função da ação.

Trata-se de uma necessidade a ser atendida, para mudar este estado de falta de conhecimento, de modo a se sentir útil consigo mesmo e com o grupo do qual faz parte. De acordo com Choo (2006, p. 26),

[...] a busca da informação é o processo pelo qual o indivíduo busca intencionalmente informações que possam mudar seu estado de conhecimento. O uso da informação ocorre quando o indivíduo seleciona e processa informações ou mensagens que produzem uma mudança em sua capacidade de vivenciar e agir ou reagir à luz desses novos conhecimentos.

O processo de uso da informação, segundo Choo (2006), passa por três estágios: a necessidade, a busca e o uso da informação; onde se examinam as necessidades cognitivas, as reações de caráter emocional e as situações que demandam sobre o indivíduo. (CHOO, 2006). A princípio, as necessidades de informação não são bem definidas. Surge uma incerteza, uma certa intranquilidade no indivíduo. Em seguida, vão se tornando algo mais forte, mais presente. Transformam-se em verdadeiras questões, a serem respondidas. E o comportamento do usuário, quando busca a informação de que necessita, está carregado de características da comunidade, do grupo ao qual pertence.

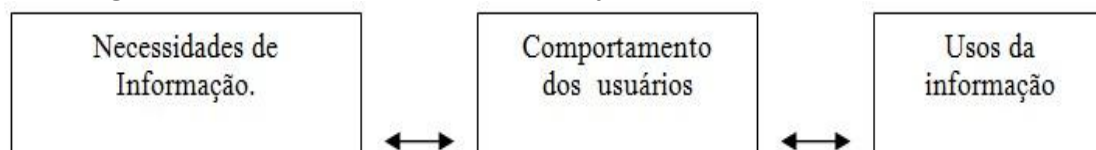
O comportamento de busca, segundo se verifica da literatura, como em Choo (2006), é avaliado sob a ótica de oito categorias: iniciar, encadear, vasculhar, com importância para o desenvolvimento de um foco pelo indivíduo para uma pesquisa e uma estratégia para executar; além de diferenciar, monitorar, extrair, verificar, finalizar, as quais dependem do tipo de ambiente no qual está inserido o indivíduo, que pode, por exemplo, apresentar uma maior ou menor disponibilidade de acesso à informação e que poderá responder a várias perguntas, dependendo do caso.

Já o uso da informação implica selecionar, escolher e processar informação, gerando os novos conhecimentos e provocando novas ações. Serve para responder a uma questão ou, como já se disse, solucionar um problema; ou, ainda, ajudar na tomada de alguma decisão, às vezes de extrema importância. Também no trabalho de Choo (2006), verificam-se oito classes de uso: esclarecimento, compreensão, instrumental, factual, confirmativa, projetiva, motivacional, pessoal e política. Assim,

[...] na metáfora transpor o vazio/criar significado, o uso da informação é visto como uma ajuda que o indivíduo deseja da informação para continuar em sua trajetória de vida. Quando a busca consegue produzir informações úteis, o indivíduo sente satisfação e confiança, mas, se a busca não é bem-sucedida, o resultado são sentimentos de decepção e frustração (CHOO, 2006, p. 119).

Há uma interdependência entre as necessidades e usos. E de maneira complexa se influenciam, a determinar o comportamento do usuário e suas práticas (LE COADIC, 1996, p. 39, apud COSTA, SILVA e RAMALHO, 2009)

Figura 2 – Usos e necessidades de informação

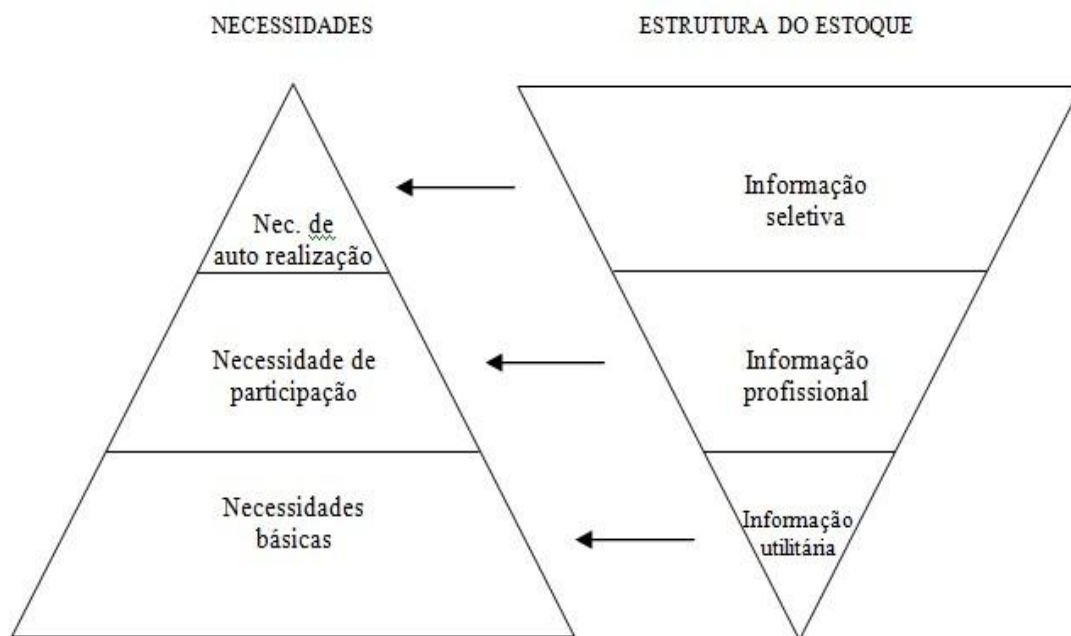


Fonte: Le Coadic, Yves-François (1996, p. 39).

Fundamental mencionarmos, igualmente que, de acordo com COSTA, SILVA e RAMALHO (2009):

Barreto (2002), baseado na pirâmide das necessidades humanas e comportamentos, desenvolvida pelo estudioso A. Maslow, adaptou-a numa dupla relação piramidal para analisar o que seria, possivelmente, a demanda e a oferta de informação em sua estrutura básica, relacionadas às necessidades informacionais. Tal relação dar-se-ia numa situação inversamente proporcional entre necessidades e estoques de informações para satisfação das necessidades destas.

Figura 3 - As necessidades e os estoques de informação.



Fonte: Barreto, Aldo (2002, p. 6)

3.3.1 Principais barreiras verificadas no processo de busca da informação

O usuário busca a informação porque precisa preencher o vazio de conhecimento que, por muitos motivos, pode surgir. Possivelmente poderá encontrar, como já se fez menção, alguma barreira – ou “obstáculo” (GUINCHAT; MENOUE, 1994), alguma dificuldade ou limitação do sistema informacional, como demora, insatisfação ou até impossibilidade de alcance (SILVA, 2012).

Já na década de 1970, Wersig apresentou modelos com o fim de abordar as barreiras na comunicação da informação, que entendemos se verificarem ainda hoje, como a barreira “de tempo”, que implica a necessidade de se buscar novas fontes de informação pelo usuário, haja vista a sua possível obsolescência; “de eficiência”, que diz respeito a dois pontos de vista: o do agente de informação, que se esforça para informar, mas que não consegue ser produtivo e o do usuário da informação, cujas necessidades não são atendidas no sentido “de consciência e conhecimento da informação”, no caso de haver atendimento à demanda dos usuários com notícias já conhecidas, sem agregar novas informações. Importante observar que esta barreira agrava a barreira “de tempo” e, por sua vez, ambas agravam a “de eficiência”, complicando a comunicação da informação; “de responsabilidade” – a informação deve se voltar para os interesses de quem a usa, seja pessoal, seja profissional; “de recursos

financeiros” – que está relacionada ao impedimento da implementação de novas tecnologias, contratação de recursos humanos para aperfeiçoar e agilizar a produção da informação; “tecnológicas” – relacionadas à necessidade de tecnologia, para implantar meios eficientes de produção e transmissão da informação e, também, a interação entre usuários.

As barreiras presentes na comunicação da informação, depois de Wersig, na década de 1970, foram agregadas em categorias mais amplas, possibilitando a formulação de explicações mais abrangentes para os problemas (NATHANSOHN e FREIRE, 2005). Constataram-se as “barreiras estruturais”, ou seja, problemas na adaptação com a tecnologia, política e social do usuário em relação ao novo meio; “barreiras institucionais” – falta de preparo, como dos sítios da internet para atender a demandas dos usuários, falta de infra-estrutura, como recursos financeiros, humanos e tecnológicos, além das “barreiras pessoais”, como a resistência e a falta de hábito de leitura, diante de instrumentos de transmissão de informação via internet, como o computador (NATHANSOHN e FREIRE, 2005).

As dificuldades para acessar a informação podem ser provocadas pelo sistema de informação com o qual se tem contato. Elas são tidas como “obstáculos à comunicação”, que podem ser: “institucionais”, ligados ao *status* das pessoas e de organismos, às estruturas hierárquicas, aos segredos – proteção – de certas informações; “financeiras”, as quais correspondem a um valor que a informação tem, relacionado a despesas para se ter acesso a ela; “técnicas”, que se referem à disposição e à utilização de aparelhos de leitura, de alteração da informação; “linguísticas” - informações expressas em idiomas desconhecidos; e “psicológicas”, relacionadas à própria pessoa do usuário, como a resistência a mudanças, posse e falta de transferência inconsciente da informação (GUINCHAT e MENOUE, 1994).

Araújo (1998), por sua vez, entende que as “barreiras da informação” podem ser muitas, como: “interpessoais”, haja vista a relação dos usuários com os profissionais responsáveis que fazem a intermediação da informação entre aqueles e o sistema e “intraorganizacionais”, ligadas aos cargos de hierarquia dentro das organizações, os quais podem dificultar a obtenção da informação pelo usuário – e o usuário é destinatário da informação, importante peça do contexto, senão a principal; “terminológicas”, a indicar o desconhecimento, pelo usuário, no que atina a termos técnicos, muitas vezes utilizados para identificar o documento; “geográficas” – localização da informação em áreas, em ambientes, em lugares diferentes aos do usuário

e em que se verificam grupos sociais com ideologias diferentes; “econômicas” - informação como um produto, como algo de valor para o mercado; “legais”, que resultam na restrição ao acesso e ao uso da informação, em alguns casos, pelo Estado; “financeiras” - despesas, custos financeiros para se obter a informação, por meio da compra de livros, da assinatura de revistas etc.; “idioma” - dificuldades de compreender a informação presente em documentos de línguas estrangeiras, que são desconhecidas pelo usuário; “de capacidade de leitura” – aptidão do usuário para selecionar e ler os materiais que tenham informação para suprir as suas necessidades informacionais. Antropólogos, sociólogos, administradores, bibliotecários, cientistas da informação, ao se esforçarem para compreender as potenciais relações a existir entre os vários papéis e barreiras na comunicação da informação, vêm desenvolvendo modelos para reduzir o processo de transferência de informação para os seus elementos essenciais (FREIRE, 1991).

Em Figueiredo (1999) encontramos, também, várias barreiras que limitam a utilidade da informação disponível, tais como: demora da publicação; informação de qualidade inferior; excesso de informação; dispersão da informação em diferentes canais; desconhecimento da informação; literatura não convencional; estratégias fracas de busca; restrições de tempo, restrições à informação, isolamento geográfico; terminologia; língua estrangeira e atraso na biblioteca.

Até mesmo com o advento das tecnologias, as dificuldades de manuseio ainda sobrevivem na sociedade da informação (SILVA, 2012). Ou seja, a relação entre os usuários dos sistemas de informação, mesmo com a revolução tecnológica, não está isenta das barreiras informacionais, dos obstáculos encontrados quando da tentativa de acessar um conteúdo informacional. Isto também ocorre com o acesso à informação jurídica, dentro do contexto a ser analisado com a pesquisa proposta.

4 O DIREITO, O PROFISSIONAL DO DIREITO E A INFORMAÇÃO JURÍDICA

Dentro do campo do Direito, encontramos as mais variadas atividades e encargos, no âmbito do Poder Público ou do Setor Privado. Quando do exercício de atividades ligadas a este ambiente, necessita-se muito da informação como instrumento de trabalho; como ferramenta não só importante, mas indispensável. Os usuários da informação jurídica são os profissionais do Direito; como os docentes da área jurídica, inclusive os que exercem ou não outras atribuições na sua área de conhecimento, os quais são os sujeitos da presente pesquisa e que buscam informações mais específicas do seu ambiente, embora, por vezes, busquem-na também em outros campos, haja vista lidarem com fatos que dizem respeito às pessoas que os requisitam. Vale salientar que estes sujeitos procuram informações em diversas fontes, tendo em conta o grau de dificuldade de suas necessidades. Para se traçar o perfil, é importante apreender as suas necessidades e dificuldades informacionais e verificar as fontes onde buscam a informação; enfim, descrever seu comportamento informacional. Para tanto, faz-se necessário ter uma noção de Direito, sua estrutura, sua relação com o Estado, sua importância para o cotidiano das pessoas e o desenvolvimento da sociedade; sua evolução, seu contexto histórico, no mundo e no Brasil; quem são os profissionais do Direito e o que fazem, como fazem e por que fazem.

4.1 O DIREITO: CONCEITO, FUNÇÃO E SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

Para a vida em sociedade exige-se do sujeito, como membro dela, uma conduta adequada para a vida em comum. E o meio utilizado para conseguir tal intuito é a norma. As normas são dispositivos de segurança que disciplinam, orientam as atividades, fazendo com que se desenvolvam de forma normal e pelo modo mais eficiente (NÓBREGA, 1965). Tem-se, como sistema normativo, dentre outros, como a religião, a moral e os usos sociais, o Direito, que é “um conjunto de normas estruturado em torno de um interesse básico – a necessidade de segurança e de ordem na vida social” (NÓBREGA, 1965, p. 21).

O Direito, como sistema normativo para a manutenção da ordem, é utilizado pelo Estado para atingir os seus objetivos; aliás, os objetivos do Estado são atingidos pelo Direito, através de suas instituições e órgãos, os quais representam os aparelhos do Estado para o controle social. O Estado representa a coletividade, a personificação de

uma ficção jurídica – pessoa jurídica – constitucional e legalmente instituída, constituída, que representa o interesse de todos os cidadãos, que a ela devem submissão.

Com a evolução histórica da figura do Estado, ele foi se tornando menos correspondente à força, àquele que mantém a ordem, para ocupar uma posição de Estado de Direito, como no final do século XIX e mais fortemente no século XX, com a ideia de Estado do Bem-estar Social, que não só deve se ocupar de reprimir, mas de dar assistência a seus súditos, hoje cidadãos; de resguardar seus direitos - quando tolhidos por outrem ou pelo próprio Estado - através do Poder Público, seja em se tratando de Poder Executivo, ou Judiciário, em último caso; ambos representantes de parte do Estado, do Estado Democrático de Direito (REALE, 2007).

4.2 A ESTRUTURA DO DIREITO NO BRASIL

No Brasil, quando da condição de colônia de Portugal, as normas seguidas pela sociedade e pelo governo local eram as Ordenações do Reino de Portugal, como as Afonsinas, as Manuelinas e Filipinas. Depois de o Brasil tornar-se independente, constituiu-se como Estado, através da primeira Lei Maior do País – a Constituição de 1824, a Constituição do Império, outorgada pelo Imperador de então, Dom Pedro I; em seguida, foram surgindo as normas infraconstitucionais como Leis e Códigos (SILVA, 2010). De lá para cá, o Brasil passou por vários momentos históricos e evoluções sociais, os quais foram acompanhados pela elaboração de novas Constituições e Leis, de modo a haver uma adequação normativa às novas realidades que iam surgindo. É que o fato vem primeiro que a nova norma que surge. Este dá causa ao surgimento desta (REALE, 2007).

De toda sorte, o Direito brasileiro, com suas fontes, tem sofrido a influência do Direito Europeu, que tem seu fundamento no Direito romano-germânico, por ter sido colonizado por Portugal (REALE, 2007). Somente nos momentos atuais é que se verifica uma influência, por sinal benéfica, do Direito anglo-saxão, com uma característica menos, digamos, legalista e mais consuetudinária, costumeira, com força na jurisprudência, uma das fortes fontes do Direito (SILVA, 2010). Um exemplo disto são os remédios constitucionais como o direito de petição, o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data*, remédios processuais para assegurar os direitos dos cidadãos; e, mais recentemente, a súmula vinculante, confirmando a força da jurisprudência, como se disse anteriormente (SILVA, 2010).

Atualmente a estrutura do Direito brasileiro é corresponde a um ordenamento jurídico que tem como Lei Maior a “Constituição Cidadã” de 1988 e, abaixo dela, em nível hierárquico, as demais Leis infraconstitucionais, sejam federais, estaduais ou municipais, conforme o caso; as regras de competência dos entes federados; e de processo legislativo (MORAES, 2002). A Constituição de 1988, com seus princípios, é o norte a ser seguido. Foi elaborada para sustentar um Estado Democrático de Direito. Nela estão presentes, de forma implícita ou explícita, os princípios maiores e primeiros a serem observados por todos – pelo Estado, pelos cidadãos, pela sociedade.

Um Estado desta natureza é repartido entre três Poderes independentes e harmônicos entre si, seguindo as lições de Montesquieu que, para alguns, já tinha sido uma ideia de Aristóteles: Executivo, Legislativo e Judiciário. Bem, constitucionalmente, juridicamente esta é a estrutura do Estado com implicações na estrutura do Direito no País. Assim, um Poder governa – o Executivo – fazendo uso do sistema jurídico de então, da estrutura jurídica, enfim, do Direito; outro Poder se encarrega de elaborar as Leis – Legislativo; e outro é encarregado de aplicar a Lei ao caso concreto, quando provocado – o Judiciário, a quem compete dizer o direito (MORAES, 2002). É bom que se ressalte que estas atribuições são típicas de cada um, podendo cada Poder exercer a função de outro, mas de forma atípica, ou seja, não constantemente, como no caso do Judiciário, ao criar uma norma de funcionamento em um Fórum localizado em alguma comarca do País; ou no caso do Legislativo instruir, investigar e até julgar determinados agentes políticos; e o Executivo, ao julgar, por exemplo, processos, em âmbito administrativo, como a defesa de um cidadão em face de uma suposta infração cometida por este; além de poder editar normas e decretos para regulamentar a aplicabilidade de alguma Lei que surgiu com o trabalho do Legislativo (PAULO; ALEXANDRINO, 2009).

Quanto ao Poder Judiciário, que é onde se vê de forma mais emblemática a presença do Direito como sistema jurídico, este segue uma estrutura oriunda das Constituições Federal e Estadual, das leis e dos atos infraconstitucionais. E que está relacionada, também, à estrutura federativa do Brasil. Vivemos sob a realidade de uma República Federativa, a República Federativa do Brasil, formada por quatro espécies de entes federativos e a previsão constitucional de Territórios, os quais não se enquadram na categoria de entes federados, mas de autarquias da União (MORAES, 2002). Tais entes são: a União, soberana; os Estados, os Municípios e o Distrito Federal,

autônomos, ou seja, com vida própria, independentes, com governo e orçamento próprios.

A estrutura do Poder Judiciário brasileiro segue basicamente, como normas, a Constituição Federal, as Constituições dos Estados, as Leis de Organização Judiciária de cada Estado-membro e do Distrito Federal, a Lei Orgânica da Magistratura, os Regimentos Internos dos Tribunais em todas as esferas nos níveis estadual e federal (PAULO; ALEXANDRINO, 2009). Além disto, temos as normas que regulam as instituições intimamente ligadas ao Judiciário, como a Ordem dos Advogados do Brasil, as Defensorias Públicas, Federal e Estadual, os Ministérios Públicos, Federal e Estadual.

Já a estrutura orgânica da Justiça, do sistema jurídico brasileiro, é basicamente a seguinte: no âmbito estadual e com repercussão municipal – a Justiça Comum Estadual, dividida em Comarcas distribuídas pelos Estados, com os Juízos de Primeira Instância – Varas Cíveis, Criminais, Especiais, Tribunais do Júri e Juizados Especiais, e o Tribunal de Justiça Estadual, em Segunda Instância, dividido em Câmaras e Tribunal Pleno; o Ministério Público Estadual, dividido em Promotorias, por todo Estado e atuando perante a Justiça Comum Estadual de Primeira Instância, e as Procuradorias, funcionando perante a tal Justiça Comum, mas de Segunda Instância – Tribunal de Justiça. Na defesa dos necessitados, atuam os componentes – Defensores – das Defensorias Públicas Estaduais (MORAES, 2002).

Em nível Federal, encontramos a Justiça Comum Federal, dividida em Seções Judiciárias em vários lugares dos Estados, em nível de Primeira Instância, e o Tribunal Regional Federal, uma Corte de Segunda Instância de nível regional, como o da Quinta Região, que engloba Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará. Perante a Justiça Federal, atua parte do Ministério Público da União, com as Procuradorias da República, através de seus membros. Os necessitados podem ser defendidos pela Defensoria Pública da União, conforme o caso (MORAES, 2002).

Existem as Justiças Especiais: Justiça Eleitoral – Juntas Eleitorais, Juízes Eleitorais, em Primeira Instância; e os Tribunais Regionais Eleitorais de cada Estado, em Segunda Instância; a Corte Maior é o Tribunal Superior Eleitoral. O Ministério Público Eleitoral atuará perante a Justiça Eleitoral e é composto por membros do Ministério Público Estadual e do Ministério Público Federal (PAULO; ALEXANDRINO, 2009). Tem-se ainda a Justiça do Trabalho, com as Varas e Juízes do Trabalho, em Primeira Instância e os Tribunais Regionais do Trabalho de cada Estado, em Segunda Instância; a corte maior é o Tribunal Superior do Trabalho. Perante a

Justiça do Trabalho, atuarão os membros do Ministério Público do Trabalho – Procuradorias e Procuradores do Trabalho; a Justiça Militar – Auditoria de Correição, Conselhos de Justiça, juízes-auditores (PAULO; ALEXANDRINO, 2009). A Corte Maior é o Superior Tribunal Militar. O Superior Tribunal de Justiça se encarrega de guardar a Legislação Federal, a ele podendo chegar questões das Justiças Comum e Especial. A Corte Maior do País, guardiã da Lei Maior, que é a Constituição Federal, é o Supremo Tribunal Federal (MORAES, 2002).

É perante todas essas instituições e outras mais, inclusive os Poderes Executivo e Legislativo, que atuam os membros da advocacia e outros operadores do Direito, sejam como Procuradores do Município, do Estado, Federais, da Fazenda Nacional, Advogados da União, membros do Ministério Público, Magistrados. Os que compõem a advocacia privada trabalham como profissionais liberais, defendendo direitos e interesses de pessoas físicas ou jurídicas, sendo todos inscritos e representados por sua instituição de classe: a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, dividida em Seções nos Estados da Federação.

Imaginemos que, somente para se comunicar com todo este organismo, quanto acesso à informação é necessário e, para lidar com toda esta estrutura, quanta informação jurídica: leis, atos, doutrina, jurisprudência. É preciso estar ciente de todas as novidades, de todos os entendimentos. É que os fatos transmitidos, muitas vezes em tempo real – informação imediata – interferem no comportamento, no funcionamento e na cultura de toda esta estrutura. Como afirma Barreto Júnior e Paesani (2007, p. 61),

[...] o Direito é fato social. Tomando-se como pressuposto o clássico conceito formulado por Émile Durkheim, o fenômeno jurídico é resultado da realidade social, emanando desta por meio dos instrumentos e instituições destinados a formular o Direito e que refletem a realidade social, sua conformação e os processos de interação e inter-relacionamentos sociais. Alterações na estrutura social, nos pactos estabelecidos para sua sustentação e existência, assim como movimentos de mudança cultural, política e econômica, provocam transformações também nas estruturas jurídicas, não apenas nos seus aspectos dogmático e positivo, mas principalmente enquanto reflexo da norma pactuada para resolução dos conflitos e partilha do poder em torno do aparato do Estado em sociedades complexas.

A sociedade é plural e o direito é fato, fato social, além de ser valor e norma, como já se disse. Segundo Nóbrega (1965, p. 24) “em relação ao conteúdo, os fatos sociais classificam-se em religiosos, morais, jurídicos, políticos, econômicos, domésticos, educacionais e artísticos”. Muitos dos fatos ocorridos no mundo dos vivos

têm importância para o Direito, dos mais variados tipos, o que o leva a ser dividido, por questões didáticas e pragmáticas, em ramos, em especialidades. Inicialmente, há a classificação do Direito em dois ramos: Público e Privado. E cada um destes subdivide-se em Direito Constitucional, Administrativo, Penal, Tributário, Processual – Direito Público; e Direito Civil, Direito Comercial, do Trabalho, do Consumidor – Direito Privado. Há ainda os ramos de Direito Internacional Público e Internacional Privado (COTRIM, 2008). Portanto, vários são os segmentos dentro da seara jurídica, a depender de que tipo de direito estiver sendo discutido, buscado, pleiteado. Assim, verifica-se que há uma infinidade e variedade de informações, de informações jurídicas.

4.3 O PROFISSIONAL DO DIREITO

As carreiras jurídicas apresentam um leque amplo, variado de atribuições, de carreiras na Magistratura, no Ministério Público, na Defensoria Pública, na Advocacia Pública, como membros, funcionários ou assessores jurídicos; na Docência e na Advocacia Privada (HADAD; WAGNER JUNIOR, 2012).

Pleiteando pelos direitos dos “súditos do Estado” – cidadãos, encontra-se a figura do advogado, muitos deles professores, um dos operadores do Direito que age com base em argumentos plausíveis presentes nas fontes do Direito, como as normas, a doutrina, a jurisprudência e até os costumes e princípios gerais. Usa destes argumentos para buscar e obter proteção dos direitos daqueles por eles patrocinados, de modo a assegurar o que lhes é devido.

Para bem argumentar e alcançar o fim perseguido, precisa-se de informação, muita informação jurídica. Afirma Atienza (2003, p. 19):

Ninguém duvida que a prática do Direito consista, fundamentalmente, em argumentar, e todos costumamos convir em que a qualidade que melhor define o que se entende por um “bom jurista” talvez seja a sua capacidade de construir argumentos e manejá-los com habilidade.

A informação é indiscutivelmente, não só importante, mas indispensável para o exercício da profissão, como no caso dos profissionais do Direito. Embora haja poucos estudos ainda sobre usuários da informação na área jurídica, já se pode encontrar conceitos de “informação jurídica”, tida como unidade de conhecimento humano, cuja finalidade é o embasamento de manifestações de pensamento dos juriconsultos, sejam advogados, legisladores, desembargadores, juízes, enfim, os que lidam com assuntos

jurídicos, quando procuram estudar ou regulamentar situações, relações, comportamentos humanos; ou interpretar e aplicar dispositivos legais (PASSOS, 2001).

Quando do pleito, defesa, opinião ou decisão sobre algum direito perante alguma instância, seja judicial ou não, o profissional jurídico necessita de fundamentos, embasamentos, ou seja, precisa fundamentar aquilo que está apresentando, propondo, alegando, como argumento, assim como ocorre em outras áreas do conhecimento humano. O instrumento para tal fundamentação é a informação jurídica, presente nos mais diversos suportes informacionais, como jornais, livros, periódicos, documentos existentes em setores públicos e privados, *cd-rom*, *pendrive*, “internet” etc. (SILVA, 2010). Ademais, as informações podem ser classificadas e ordenadas no âmbito jurídico em categorias: basicamente a legislação, a doutrina, a jurisprudência, os costumes, os princípios do Direito e a analogia. Na Ciência Jurídica, tais suportes são conhecidos como Fontes do Direito.

No sistema jurídico brasileiro, as fontes do direito são categorizadas em materiais e formais. As primeiras têm fundamento na origem e na história do Direito e também na ética, na política, na sociologia e no costume (GONÇALVES, 2002). As formais, por sua vez, representam meios, instrumentos do Direito, tais como leis, regulamentos e decretos – legislação; jurisprudência, doutrina, costumes, princípios do Direito, entre outras (REALE, 2007). A legislação e o costume são classificados como fonte direta; a doutrina e a jurisprudência como fonte indireta e os princípios, juntamente com a analogia, fontes de explicação ou de integração (BRANCATO, 2003).

A lei se inclui dentro de um universo mais amplo, o das normas jurídicas, das regras jurídicas (COTRIM, 2008). Refere-se à norma emanada do Poder Legislativo encarregado de elaborá-la, posto ser o Poder encarregado pela população para tal mister. Representa regras a serem observadas por todos, a fim de se manter a ordem e de assegurar o direito de cada um, inclusive do Estado e outras instituições. Existem ainda as normas emanadas dos demais Poderes, como os atos normativos, os quais terão validade e poder de imposição e respeito perante a sociedade, desde que de acordo com a Lei que pretende regular e com a Constituição Federal - Lei Maior do País (MORAES, 2002). O conjunto de tais espécies normativas corresponde a uma legislação sobre determinado assunto (REALE, 2007). Segundo o art. 59 da CF, são espécies legislativas – de Leis - Emendas à Constituição, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Leis Delegadas, Medidas Provisórias, Decretos Legislativos, Resoluções (MORAES, 2002). O costume é, para Cotrim (2008, p. 97), “a norma jurídica que não

faz parte da legislação. É criado espontaneamente pela sociedade, sendo produzido por uma prática geral, constante e reiterada”.

Já as fontes doutrinárias são representadas pelos entendimentos de jurisconsultos a respeito de assuntos jurídicos em livros, artigos, monografias e trabalhos apresentados em eventos (REALE, 2007). A jurisprudência corresponde aos entendimentos de parte destes jurisconsultos em decisões e pareceres judiciais, como Juízes e Procuradores. Os princípios de Direito representam o ideal de Justiça a ser concretizado na elaboração das normas e na aplicação do Direito (BRANCATO, 2003). A analogia, em síntese, é a adaptação de uma situação jurídica a outras semelhantes e que já foi cogitada e apresentada em uma ou mais decisões; quer dizer, semelhança, nivelamento. (BRANCATO, 2003).

Os profissionais do Direito como o advogado, por exemplo, no exercício de sua profissão, fazem uso de tais fontes em suas petições, pareceres e demais peças e atos jurídicos por eles elaborados, os quais são dotados de informação jurídica e sempre buscam estar em harmonia, em sintonia com a tendência dos julgamentos por Juízes e Tribunais. Portanto, estas fontes – legislativas, jurisprudenciais, doutrinárias; costumes e princípios – são as mais relevantes, produzindo o que podemos classificar como documentação jurídica, nas quais se encontram informações importantes, por vezes indispensáveis para a área (SILVA, 2010).

Igualmente, na condição de professor, os operadores do Direito fazem uso destas informações, para apresentar e esclarecer o conteúdo a ser ministrado para os seus alunos. O aprendizado destes se efetiva através do uso da doutrina, da literatura jurídica, mas estas apresentam entendimentos embasados nas outras fontes da área, como a jurisprudência. Deve-se, inclusive, estar em dia com os novos entendimentos, haja vista se tratar de um ramo em que as opiniões mudam constantemente, cada dia mais, acompanhando as mudanças sociais (SILVA, 2010). O Direito, como já se disse, tem esta característica. Conforme observa Barreto Júnior e Paesani (2007, p. 61),

[...] alterações na estrutura social, nos pactos estabelecidos para sua sustentação e existência, assim como movimentos de mudança cultural, política e econômica, provocam transformações também nas estruturas jurídicas, não apenas nos seus aspectos dogmático e positivo, mas principalmente enquanto reflexo da norma pactuada para resolução dos conflitos e partilha do poder em torno do aparato do Estado em sociedades complexas.

Encontramos um tipo de informação jurídica, obviamente de caráter mais científico, na doutrina; ou seja, na opinião sobre determinado assunto jurídico, em obras e artigos, seja em meio documental, em livros ou na rede mundial de computadores. Isto interessa mais aos operadores jurídicos, quando da atividade da docência e da pesquisa científica, embora algumas vezes seja utilizado quando da postulação ou aplicação do Direito perante o Poder Público, Juízes e Tribunais.

Como já se disse antes, direito é fato, valor e norma. A norma acompanha os fatos sociais, os quais geram as mudanças sociais (SILVA, 2010). Logo, a informação jurídica corre sempre o risco de se tornar desatualizada, devendo o operador da área manter-se sempre “antenado”, verificando-se aí muitas das suas dificuldades informacionais. O Direito, por sinal, começa não somente quando a Lei surge e passa a ser interpretada pelo Judiciário ou comentada pela doutrina, mas quando da sua elaboração pelo Poder Legislativo, ou pelos demais Poderes de forma atípica, quando da expedição de atos normativos. No entanto, está sempre acompanhando o andamento da sociedade e da cultura vigente. Por isto, a *internet* tornou-se uma grande aliada do profissional do Direito, desde que se faça uma seleção do conteúdo informacional do que se está acessando, haja vista que, na rede mundial de computadores, existem conteúdos com informação duvidosa e até equivocada (SILVA, 2010).

O profissional da área jurídica não deve só se manter atualizado, mas em sintonia com os demais ramos de atividades. Direito, repita-se, é fato, ou seja, tudo aquilo que acontece no mundo dos vivos. Assim sendo, o operador jurídico deve estar sintonizado com outras informações, além das jurídicas. E, quanto a isto, é bom que se observe que a informação de outra área vai subsidiar o surgimento de mais informações de caráter jurídico.

4.3.1 O Profissional da área jurídica

O profissional da área jurídica exerce um papel social importante, pois é quem postula em nome dos cidadãos, opina ou decide a respeito do destino dos seus direitos, em Juízo ou fora dele, dentro da seara jurídica, como os Advogados, Magistrados, Membros do Ministério Público, Componentes da Advocacia Pública – Procuradores do Estado e do Município, Autárquicos, Advogados da União, etc. - e Defensores Públicos.

Trata-se de funções das mais antigas de que se tem notícia, levando-se em consideração o pleito, a defesa, a opinião ou a decisão sobre o destino dos direitos das

peessoas, dos seus bens e interesses. Para uns, este profissional surgiu na Suméria, três mil anos antes do nascimento de Cristo (LOBO, 2002), com a atividade da advocacia. Já para outros, teve origem em Roma. Recebia-se, ao invés de salários, honrarias, diante da importância e da nobreza do que se fazia. Daí a origem do termo “honorários”, os quais passaram a corresponder a uma expressão remuneratória.

Para outros ainda, o berço foi a Grécia, mais especificamente Atenas, onde compromissos eram firmados perante um *Areópago*, com juramentos, embora fosse exigido que os cidadãos fizessem suas defesas pessoalmente (ACQUAVIVA, 2002). Existiam causas consideradas públicas em que se elegia um orador para atuar como acusador, cuja eleição se realizava com os votos do povo, que só depois passou a ser representado por um terceiro.

Em 1827 surgiram, no Brasil, os históricos e tradicionais cursos de Direito em São Paulo e Olinda; entretanto, mais com a intenção de preparar pessoas para exercer cargos de dirigentes políticos do que para formar profissionais do campo do Direito. (AGUIAR, 1994).

Momento histórico importante foi o da regulamentação da atividade da advocacia, o que somente ocorreu, segundo dados históricos, no século XIII, na França, respaldando o surgimento e a regulamentação das demais atividades e funções do Direito hoje exercidas. A propósito, foi no século XIV que os profissionais da área, reunidos em sociedade, deram origem à Ordem dos Advogados (LOBO, 2002). Antes, no período colonial, a atividade do advogado não era organizada, e quem exercia encargo do profissional que hoje é representado pelo bacharel, que é aprovado no exame da Ordem dos Advogados do Brasil, eram os “rábulas”, que aprendiam o Direito diretamente com a Prática, pois não tinham uma formação jurídico-acadêmica, na maior parte dos casos (SILVA, 2010). As “Ordenações Filipinas” vieram tratar a atividade do advogado no Brasil: aquele que tivesse a pretensão de advogar deveria cursar Direito na Universidade de Coimbra, escolhendo o Direito Canônico, o Direito Civil, ou ambos. A regulamentação da profissão aconteceu com a criação da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, em 1930. Os dois primeiros “Estatutos da Ordem” foram o Decreto nº. 20.784, de 14 de dezembro de 1931; e a Lei nº. 4.215, de 27 de abril de 1963, em seguida (CASTRO, 1987). A Lei nº 8.906/1994 corresponde ao Estatuto da OAB em vigor.

O Poder Judiciário vive uma realidade em que, embora se tente, não consegue acompanhar o dinamismo dentro do qual se encontram imersos os sujeitos sociais e a

sociedade (GOMES, 1993). Por sinal, em função deste dinamismo, a atividade jurídica passou a ter que se adequar à realidade. As pessoas postulam, hoje, muito mais em Juízo que outrora; e quase tudo que vão fazer tem uma implicação legal, jurídica. A cada dia, o profissional do Direito vai tomando posição mais relevante socialmente, tornando-se mais comum e mais próximo do povo, necessitando e usando em demasia da ferramenta “informação”.

4.3.2 O Docente da área jurídica

Podemos entender “professor” como aquele que transmite conhecimento, que ensina. Ensina uma disciplina, ciência, arte ou técnica. Por isto, sua profissão exige qualificação, tanto no aspecto acadêmico como no pedagógico, haja vista que deve passar as informações que possui aos alunos, da melhor maneira possível, de modo a facilitar o aprendizado. Trata-se de uma das profissões mais antigas do mundo e das mais, senão a mais, importantes (COSTA, 1995).

Ora, alguém que tem formação em alguma Ciência ou Especialidade foi preparado, formado pelos docentes da área de conhecimento escolhida pelo até então discente. As palavras “professor” e “profissão” têm a mesma raiz etimológica – do latim *professum*: professar, manifestar, declarar, dar a conhecer, ensinar etc. O dia mundial dos professores é 05 de outubro. No Brasil, a data é comemorada no dia 15 de outubro. A educação oficial no Brasil começou em 15 de outubro de 1827, por meio de um Decreto Imperial de Dom Pedro I. Contudo, tal data comemorativa somente foi oficializada em 1963. A educação, na época de Dom Pedro, era privilégio de poucos. Nos anos trinta do século XX foi possibilitada, viabilizada para mais pessoas, com os Grupos Escolares mantidos pelo Poder Público. Começaram a surgir as licenciaturas. (COSTA, 1995).

A docência exige iniciativa, responsabilidade e segurança. O professor exerce um papel de líder e de formador de opinião. É uma profissão muito nobre, embora ainda não seja devidamente valorizada. Entretanto, não corresponde ao exercício de uma função solitária, pois só se completa através da interação com os alunos, os quais são os destinatários da missão de ensinar (COSTA, 1995).

Os primeiros Cursos de Direito surgidos no Brasil, ainda no século XIX, sofreram a influência dos ideais iluministas e do positivismo jurídico, oriundos de Portugal, mais especificamente da Universidade de Coimbra, praticamente com a intenção de expandir o ensino jurídico no País, sem nenhuma preocupação com a

formação pedagógica dos docentes da área. Ou seja, o que existia era uma pedagogia tradicional, que se manteve por um bom tempo no século XX, com o Estado Novo e a Ditadura Militar implantada após o Golpe de 1964 (SANTOS, 2011).

Mesmo após o processo de abertura política e a posterior implantação do Estado Democrático de Direito, com a Nova Ordem Constitucional – entrada em vigor da Constituição Democrática, Cidadã, de 1988, a visão tradicionalista se manteve, apesar da contínua expansão dos Cursos de Direito no Brasil. Há ainda uma situação que, de alguns anos pra cá, começou a ser observada, levada em consideração e vem sendo modificada: os docentes da seara jurídica eram considerados qualificados de acordo com o seu desempenho em outras atividades relacionadas à área; pior, de acordo com o “status” que porventura ocupassem ou ocupem, como de grandes e renomados advogados, magistrados, membros do Ministério Público, da Advocacia Pública, da Defensoria e ainda de outros cargos ligados ao ambiente do Direito. Ocorre que tal atitude cai na realidade do despreparo e da falta de compromisso de alguns destes profissionais com a atividade docente, com a verdadeira missão de ensinar, que exige segurança, capacidade, instinto de compartilhamento de conhecimento e humildade para aprender novos métodos que sejam capazes de aperfeiçoar a atividade docente. Segundo Freire (2009, p. 92),

[...] não há nada que mais inferiorize a tarefa formadora da autoridade do que a mesquinhez com que se comporte. A arrogância farisaica, malvada, com que se julga ou com que julga os seus. A arrogância que nega a generosidade nega também a humildade, que não é virtude dos que ofendem nem tampouco dos que se regozijam com sua humilhação. O clima de respeito que nasce de relações justas, sérias, humildes, generosas, em que a autoridade docente e as liberdades dos alunos se assumem eticamente, autentica o caráter formador do espaço pedagógico.”

Portanto, o sucesso de um profissional na área jurídica não reflete, necessariamente, o seu êxito automático na docência. Necessária se faz a transmissão de conhecimento aos alunos e de forma didática, estimulando o raciocínio crítico. Assim, as instituições de ensino superior, principalmente as do setor privado, vêm trabalhando a formação pedagógica do docente, por ser direito do discente que, a cada dia, torna-se mais exigente, diante do que o mercado de trabalho vai exigir dele e ciente do seu direito a um ensino verdadeiro, real e de qualidade (SANTOS, 2011). Logo, o professor da área deve saber relacionar a teoria com a prática, mostrando e fornecendo meios, através das estruturas fornecidas pelas Universidades, que agora representam uma fatia

importante do mercado de prestação de serviços, que exige, e vai exigir cada vez mais, comprometimento e qualificação da classe docente. Assim sendo, precisa-se de muita informação.

5 O COMPORTAMENTO DOS DOCENTES DE DIREITO DA UFPB – CAMPUS I E DO UNIPÊ NO PROCESSO DE BUSCA E USO DA INFORMAÇÃO

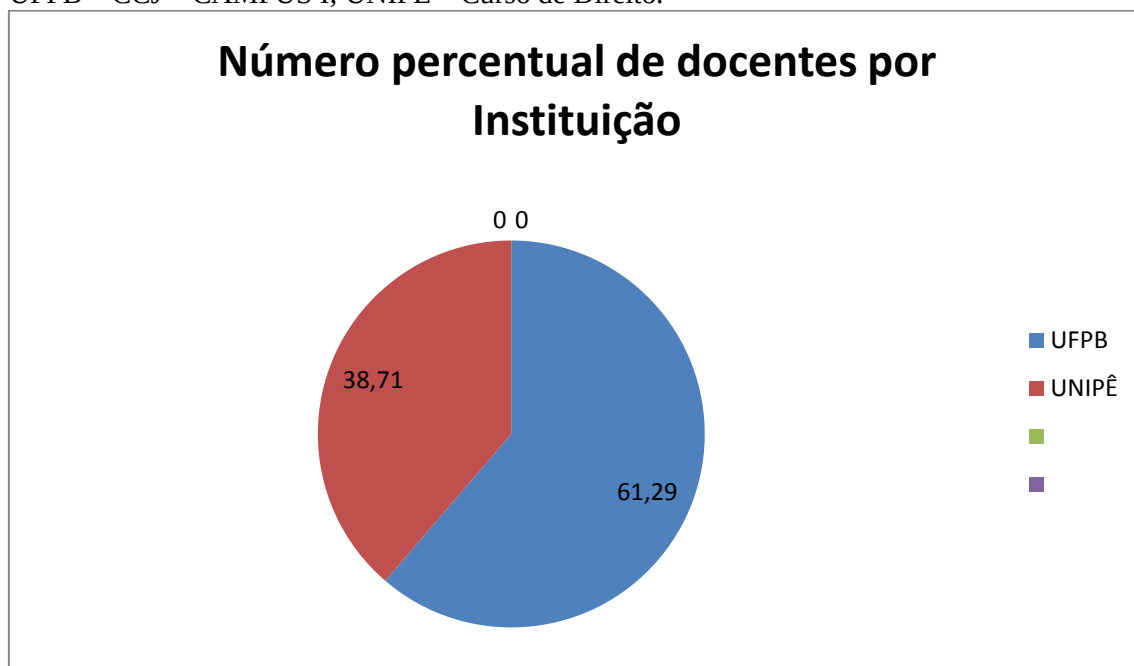
Neste capítulo, serão apresentados os resultados que foram obtidos com a pesquisa feita - análise e interpretação dos dados coletados; dentro do campo empírico que foi delimitado. Este trabalho foi feito através da técnica da categorização, abordando de forma descritiva, quantitativa e qualitativa, o que conseguimos coletar. De acordo com Bardin (1977), boa parte das análises é organizada em redor do processo de categorização. Trata-se de uma operação com a classificação de elementos constitutivos pertencentes a um conjunto, por diferenciação e, seguida, por reagrupamento segundo o gênero, ou seja, em analogia com os critérios previamente definidos (BARDIN, 1977).

5.1 OS DOCENTES DOS CURSOS DE DIREITO DA UFPB E DO UNIPÊ

Com a análise dos dados buscamos verificar o perfil dos docentes dos cursos de Direito do Unipê – Centro Universitário de João Pessoa e do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba – Campus I, além das suas necessidades, buscas e usos da informação e, também, as barreiras informacionais encontradas, tanto no exercício das atividades docentes, quanto no de outras que, porventura, também realizem.

De um universo de noventa (90) professores que ensinam nas duas instituições que foram escolhidas com o devido recorte - campo empírico, sendo cinquenta (50) do Curso de Graduação do CCJ – UFPB e quarenta (40) do UNIPÊ, conseguiu-se apresentar questionário e obter as respostas correspondentes de vinte e nove (29) professores, que dizem respeito aos sujeitos da pesquisa, sendo dezessete (17) por meio da ferramenta “google drive”, com o envio de e-mail para os sujeitos pesquisados, que continha um “link” para acesso ao sistema “google”, onde se encontrava o questionário. E doze (12) com a entrega aos sujeitos pesquisados do questionário impresso para que estes respondessem de forma manuscrita. Dos respondentes, dezenove (19) são docentes do CCJ – UFPB – Campus I; doze (12) são do UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa.

Gráfico 1 - Distribuição por número percentual de docentes por instituição que lecionam: UFPB – CCJ – CAMPUS I; UNIPÊ – Curso de Direito.



Fonte: pesquisa direta.

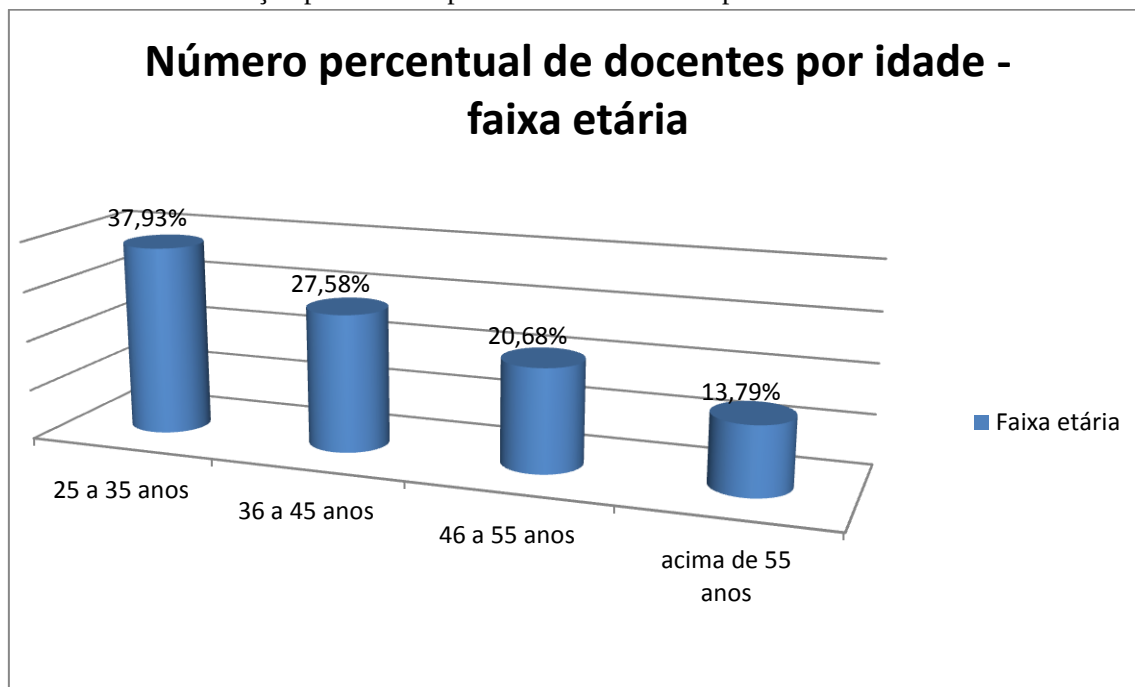
Dos vinte e nove (29), dois lecionam nas duas Instituições. Isto equivaleu aos percentuais de 61,29% e 38,71%, respectivamente, conforme podemos observar do gráfico acima – distribuição por número percentual da amostra de docentes por instituição que lecionam: Universidade Federal da Paraíba – Centro de Ciências Jurídicas – CAMPUS I; Curso de Direito do UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa.

Dos pesquisados, onze (11), ou seja, 37,93% têm entre 25 e 35 anos; oito (8) - 27,58%, têm entre 36 e 45 anos. Entre 46 e 55 anos, verificamos uma quantidade de seis (6) – 20,68%. Com idade maior que 55 anos, foram encontrados quatro (4) pesquisados - 13,79%. Constatou-se, assim, uma predominância de profissionais com idade entre 25 e 55 anos; e uma quantidade menor, embora ainda considerável, de sujeitos com idade superior a 55 anos de idade, demonstrando um número de professores mais jovens lecionando, o que corresponde a uma realidade, a uma exigência do mercado de trabalho e também à aposentadoria natural dos docentes mais antigos, ao passo que ingressam os mais jovens na Academia.

Atente-se para o fato de que 86,21% têm menos de 55 anos de idade, ou seja, dos vinte e nove (29) pesquisados, vinte e cinco (25). A seguir, apresentamos o gráfico com a distribuição por número percentual dos docentes por faixa etária – idade,

conforme verificamos durante a pesquisa: de 25 a 35 anos; de 36 a 45 anos; de 46 a 55 anos; e daqueles com mais de 55 anos de idade.

Gráfico 2 - Distribuição por número percentual de docentes por faixa etária - idade



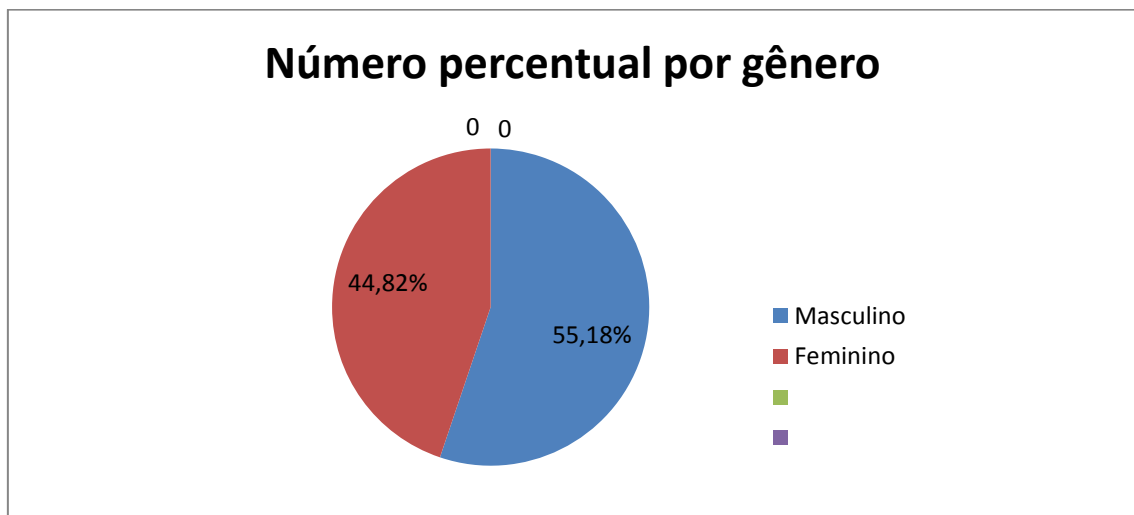
Fonte: pesquisa direta.

Com relação ao gênero dos sujeitos pesquisados, treze (13) – 44,82% são do sexo feminino e dezesseis (16) – 55,18% do sexo masculino. Percebemos, através destes números, uma quantidade não muito maior de pessoas do sexo masculino, embora ainda predominante. Se fôssemos comparar com épocas outras, estes números percentuais provavelmente seriam bem diferentes, ou seja, muito mais homens que mulheres estariam lecionando e exercendo outras atividades, principalmente nos Cursos de Direito, mais tradicionais, se bem que a seara jurídica, muitas vezes, se não inova, recebe de outros ambientes culturais as mudanças que vão surgindo. De acordo com Luz e Fuchina (2009, pag. 1887),

[...] as relações históricas que envolveram as mulheres, sempre foram pautadas em condições que traduziam costumes patriarcalistas, e conseqüentemente, a submissão do sexo feminino perante o masculino. O papel das mulheres estava bem definido. Responsabilizadas pela educação dos filhos, pela coesão familiar e por todos os afazeres domésticos, as mulheres estavam distanciadas do mercado formal de trabalho.

A distribuição de docentes por gênero melhor ainda se visualiza no gráfico que segue, por números percentuais, com base nos dados que foram coletados durante a pesquisa.

Gráfico 3 - Distribuição por número percentual de docentes por gênero

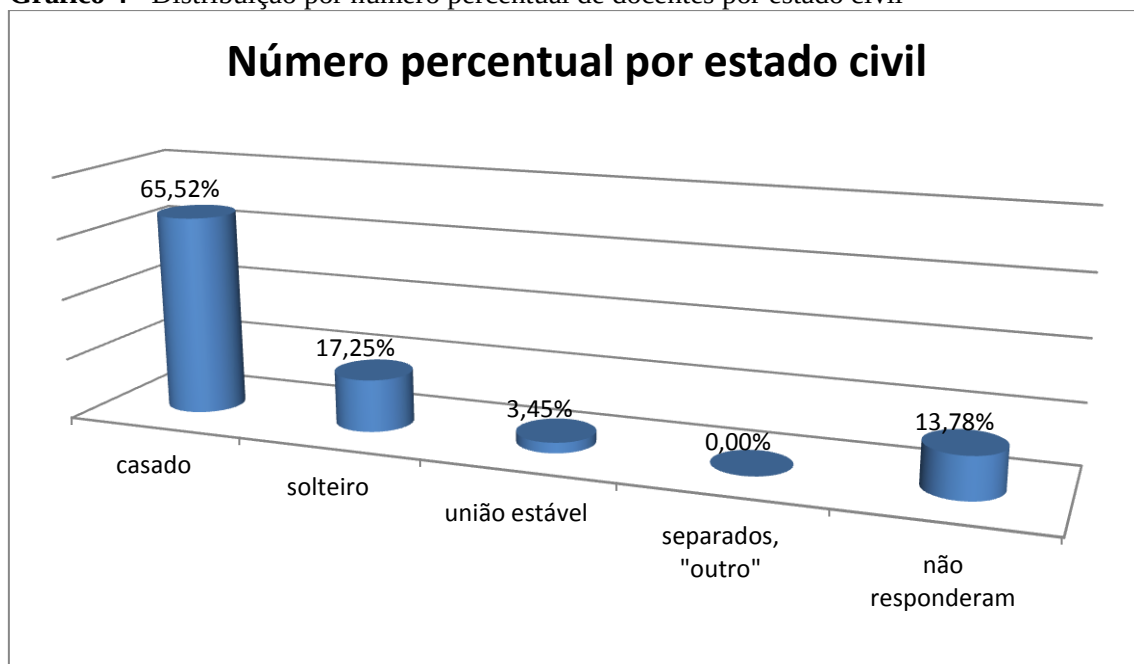


Fonte: pesquisa direta

Entretanto, tais percentuais mostram também que, a cada dia, as mulheres ocupam mais espaço na sociedade e no mercado de trabalho, realidade esta presente em todos os demais setores e não somente acadêmicos. Tem-se observado um progressivo aumento do número de mulheres no mercado de trabalho, com crescente qualificação e capacitação profissional (LUZ e FUCHINA, 2009, pag. 1898). As mulheres vêm cada vez mais ocupando cargos de destaque nas instituições privadas, no setor público e nos três Poderes do Estado, em níveis federal, estadual e municipal. Caminho sem volta, mas muito bom pra sociedade.

Quanto ao estado civil, verificamos uma quantidade considerável de docentes casados, 65,52%. Já o número de solteiros correspondeu a 17,25 % e, 3,45%, declaram-se em união estável.

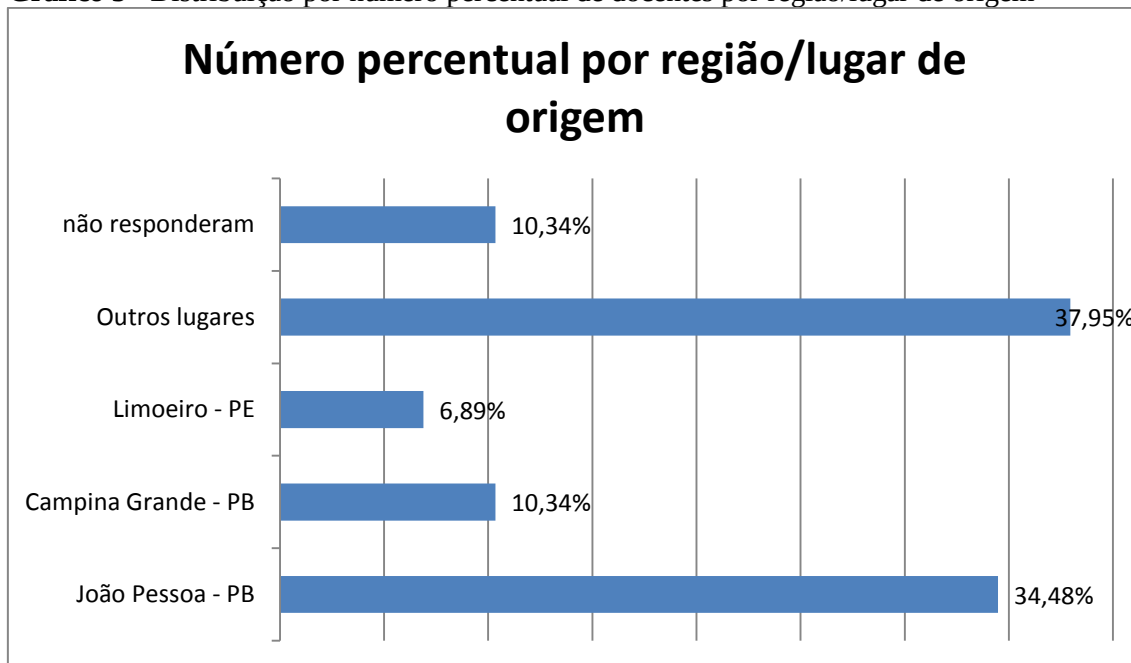
Estes dados causaram um pouco de surpresa, embora 13,78% não tenham respondido. O que corresponde a um estilo de vida doméstico ainda tradicional. Pelo gráfico a seguir, constatamos de forma mais evidente, por número percentual de docentes, levando em consideração o estado civil.

Gráfico 4 - Distribuição por número percentual de docentes por estado civil

Fonte: pesquisa direta.

No que se refere à origem – naturalidade – dos pesquisados, verificamos uma quantidade a se considerar de pessoas que são da região nordeste: Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte – estados vizinhos. E também de pessoas de outras regiões, como Sudeste e Centro-Oeste, contudo em número menor.

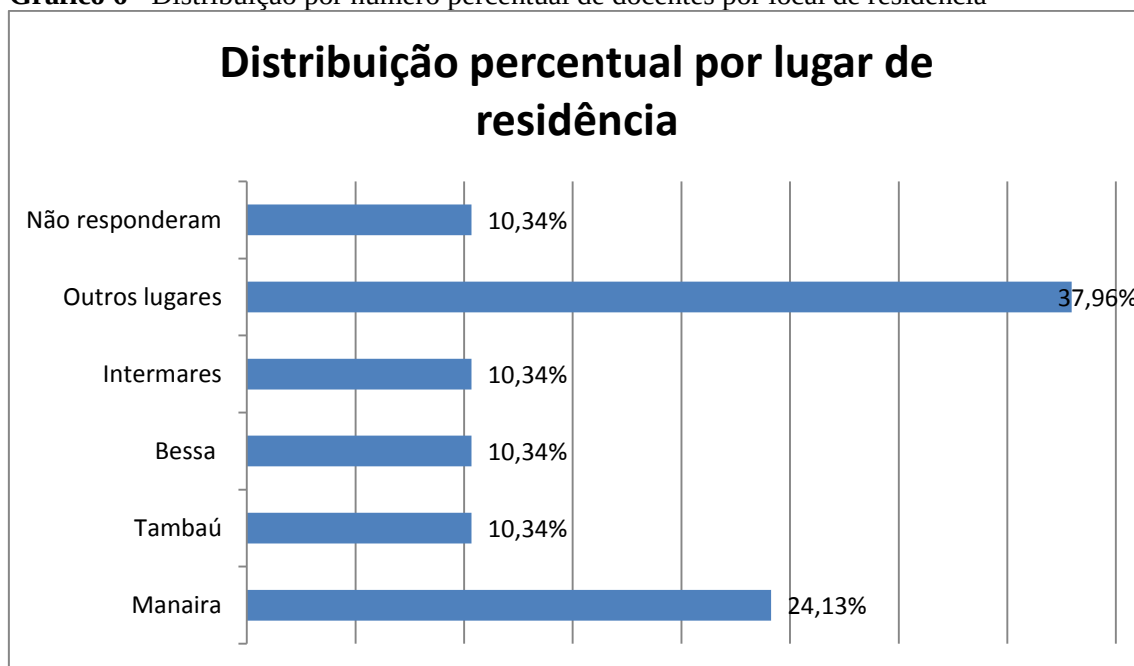
Segue o gráfico, com os números percentuais dos que não responderam, de Limoeiro – PE, de Campina Grande – PB, de João Pessoa – PB e também de “outros lugares” em número considerável. Tem-se observado, na realidade da Academia, um número maior de pessoas de outros Estados da Federação trabalhando em João Pessoa: 37,95%, embora boa parte dos docentes seja da Paraíba: 34,48% de João Pessoa e 10,34% de Campina Grande, do total de 100% - vinte e nove (29) dos docentes. Não responderam às perguntas 10,34%. E 6,89% são da cidade de Limoeiro no vizinho Estado de Pernambuco.

Gráfico 5 - Distribuição por número percentual de docentes por região/lugar de origem

Fonte: pesquisa direta

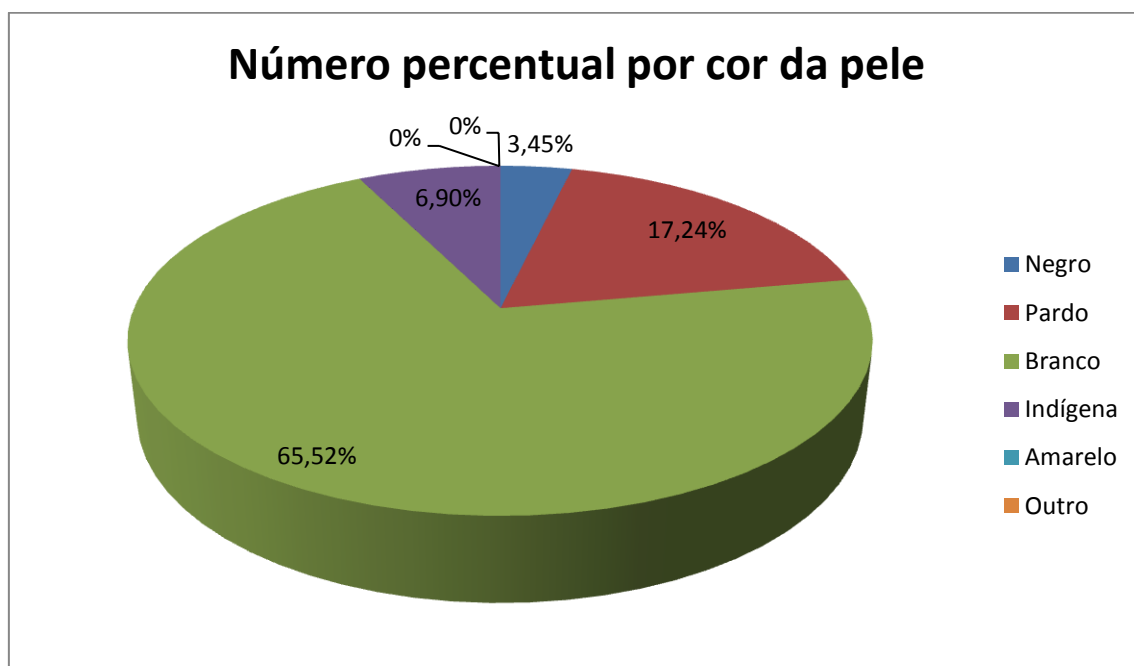
Tem-se observado, na realidade da Academia, um número maior de pessoas de outros Estados da Federação trabalhando em João Pessoa: 37,95%, embora boa parte dos docentes seja da Paraíba: 34,48% de João Pessoa e 10,34% de Campina Grande, do total de 100% - vinte e nove (29) dos docentes. Não responderam às perguntas 10,34%. E 6,89% são da cidade de Limoeiro no vizinho Estado de Pernambuco.

Quanto aos locais onde residem os pesquisados, segue gráfico. De acordo com o que apresentam os dados do gráfico abaixo residem, os respondentes, em bairros de classe média e até de classe alta, se levarmos em conta o aspecto sócio-econômico. Pode ser que, se não pertenciam a estas classes, passaram a pertencer, provavelmente em função também do “status” adquirido no ambiente da Academia. Moram, a grande maioria, de acordo com as respostas, em João Pessoa e Região Metropolitana. Apenas dois afirmaram quem têm residência no vizinho Estado de Pernambuco. Não se pode deixar de ressaltar que 37,96% dos sujeitos pesquisados residem em “outros lugares”, de acordo com o gráfico, quer dizer: em outros bairros de João Pessoa e da Região Metropolitana.

Gráfico 6 - Distribuição por número percentual de docentes por local de residência

Fonte: pesquisa direta.

Quanto à cor da pele: um (1) se declarou “negro” – 3,45%; cinco (5) deles, “pardos” – 17,24%; dezenove (19) “brancos” – 65,52%; dois (2) indígenas – 6,90%; nenhum “amarelo” – 0%; e da mesma maneira, nenhum optou pela alternativa “outros”; 2 (dois) – 6,90% não desejaram declarar. Eis os dados percentuais a seguir no gráfico, por cor da pele:

Gráfico 7 - Distribuição por número percentual de docentes por cor da pele

Fonte: pesquisa direta.

Observamos uma quantidade bem maior de sujeitos com a cor da pele branca, mesmo comparando-se o percentual daqueles de pele branca com os de pele não branca juntos, como negros, pardos, indígenas e outros - 34,49%. A propósito, de acordo com o lúcido pensamento de Aquino (2011, p. 44),

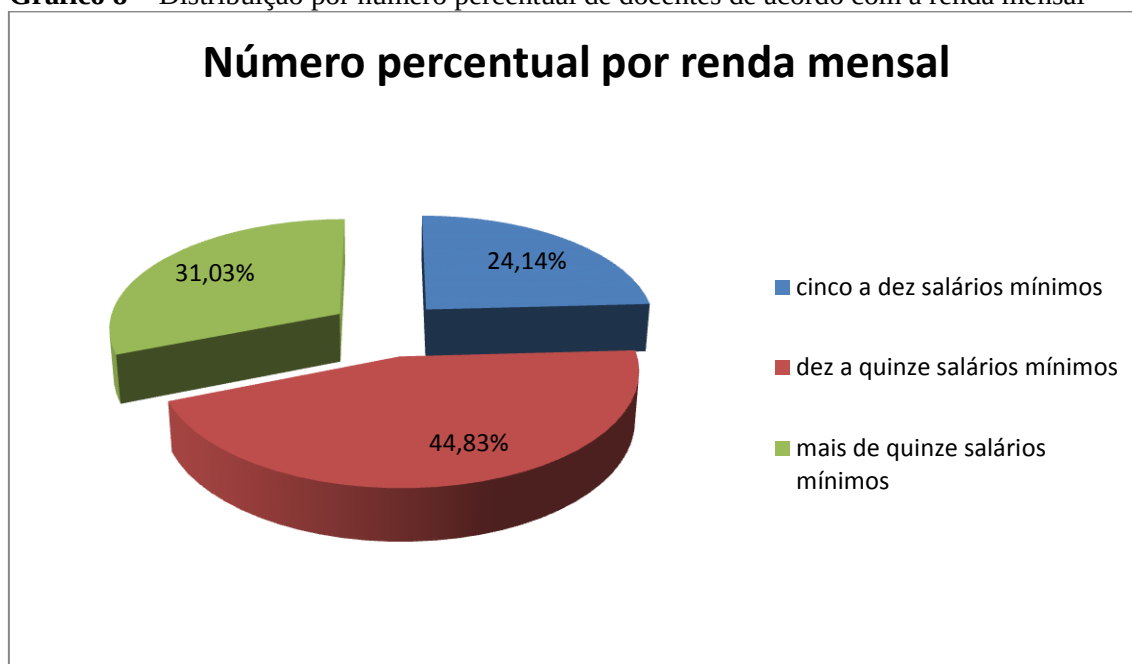
[...] o cenário de profundas desigualdades sociais que desembocam nas desigualdades raciais tem excluído negros (as) das reais condições de acesso aos direitos fundamentais – direitos civis e políticos; direitos sociais, culturais e econômicos; direitos coletivos e direitos inerentes às obrigações do Estado Brasileiro – liberados, em doses homeopáticas, nas formas de assistência social, educação, informação, saúde, cultura, trabalho e mediados pelas reivindicações e pressões do Movimento Negro.

Aquino chama ainda a atenção para o fato de que

a responsabilidade ético-social do Governo, da Sociedade Civil e das Universidades Públicas com os(as) negros(as) não findou com a Abolição porque a libertação dos ancestrais foi uma decisão frágil, descompromissada, sem uma política de inclusão. Incluir é pensar que ética e responsabilidade são inseparáveis para resolver as desigualdades sociais em todos os níveis (AQUINO, 2011, p. 55).

No que se refere à renda mensal, segue o gráfico:

Gráfico 8 – Distribuição por número percentual de docentes de acordo com a renda mensal



Fonte: pesquisa direta.

Sete (7) dos respondentes, ou seja, 24,14%, auferem de cinco a dez salários mínimos; já treze (13) – 44,83%, percebem de dez (10) a quinze (15) salários mínimos; e nove (9) – 31,03% recebem mais de 15 salários mínimos.

Comprovamos também, com estes resultados, o poder aquisitivo de classe média e até de uma classe mais abastada economicamente dos sujeitos, embora os professores, não só os de nível superior, não recebam, ainda, o que verdadeiramente merecem em termos de remuneração e benefícios outros, tanto das instituições públicas quanto das privadas, haja vista a qualificação que têm e o esforço para chegar a tê-la, além da sua importância para o engrandecimento de uma Nação e contribuição para uma sociedade melhor. Bem melhor. É possível e faz certo sentido achar que tais condições financeiras existem, em função de atividades outras que realizam além da docência. Ressaltamos, ademais, quanto ao que se analisa: o ambiente social exige deles um aumento dos seus “status” sociais e, conseqüentemente, do custo de vida mais elitizado. De fato, a cada dia, vão sendo acrescidas, às atividades docentes, outras incumbências que outrora não cabiam aos professores, principalmente nas instituições de ensino superior privado.

No que se refere ao tempo em que são formados em Direito, apresentamos o quadro a seguir.

Quadro 1 - Distribuição de docentes de acordo com o tempo em que são formados em Direito por números e por números percentuais.

Tempo de formação em Direito	Números de docentes	Número percentual de docentes
De cinco (5) a dez (10) anos	9	31,03%
De 10 (dez) a 15 (quinze) anos	5	17,24%
Mais de quinze (15) anos	10	34,49%
Não responderam	5	17,24%
Total	29	100%

Fonte: pesquisa direta.

Constatamos, pois, por meio dos resultados obtidos, um tempo de experiência na área jurídica variado, entre os respondentes. Entretanto, há pessoas com, no mínimo, cinco anos de formação em Ciências Jurídicas. Ou seja, os docentes pesquisados são

razoavelmente experimentados no mundo do Direito. Boa parte deles tem entre dez (10) e quinze (15) anos de formação e outros têm até mais de quinze (15) anos de graduação.

Com relação à qualificação, muitos dos docentes possuem pós-graduação. O mercado da educação veio a exigir mais e mais a qualificação deste nível dos professores de nível superior. E a exigência, nos últimos anos, passou a ser a de uma pós-graduação do tipo *stricto sensu*: Mestrado ou mesmo Doutorado, em muitas Instituições. A elevação do nível dos profissionais da área é cada vez mais exigida, seguindo uma realidade de todos os setores da sociedade e do Estado. Não poderia ser diferente, porque a ferramenta de trabalho neste segmento é o conhecimento – informação! Os resultados demonstram a variedade de especializações e de Pós-Graduações; uns possuem Especialização, outros Mestrado e outros até Doutorado. Mais especificamente, de acordo com as respostas dos sujeitos pesquisados, Especialização, Mestrado ou Doutorado: em Direito, quatro (4) sujeitos; Direito do Trabalho, dois (2); Direito Processual do Trabalho, um (1); Direito Processual, dois (2); Processo Civil, um (1); Ciências Jurídicas, três (3); Direito Penal, um (1); Direito Penal e Criminologia, um (1); Direito Econômico, quatro (4); Direitos Humanos, um (1); Dogmática Jurídica e Direito Público, um (1); Direito Público e Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes, um (1); Direito Internacional, um (1); Mestrado em Direito, três (3); Mestrado em Direito Processual e Cidadania, um (1); Direito Civil, um (1); Criminalística, um (1); Doutorado em Direito, Estado e Constituição e Mestrado em Teoria e dogmática do Direito, um (1); Empresarial e Tributário, um (1); Especialização em Direito Público, Direitos Humanos e Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes, um (1).

No que se refere ao tempo em que lecionam no ensino superior, o resultado obtido denota um corpo docente com uma experiência de média de 10 anos ensino, como se ver no quadro abaixo:

Quadro 2 - Distribuição de docentes de acordo com o tempo em que lecionam no ensino superior por números e por números percentuais.

Tempo em que lecionam no ensino superior	Números de docentes ao todo	Número percentual de docentes
De cinco (5) a dez (10) anos	13	44,82%
De dez (10) a quinze (15) anos	4	13,79%
Mais de quinze (15) anos	6	20,69%
Não respondeu	6	20,69%
Total	29	100%

Fonte: pesquisa direta

As disciplinas que são lecionadas também são as mais variadas. Os profissionais da área procuram se especializar no segmento jurídico que os atrai, com que se identifica e lhe interessa, conforme se observas das respostas fornecidas: Seguridade Social e Direito Econômico; Prática Jurídica; Direito do Trabalho; Processo do Trabalho e Prática Jurídica; Processo Civil; Direito Penal, Processo Penal, Prática e Ética Jurídica; Introdução do Direito e Direitos Humanos; Direito e Processo do Trabalho; Direito Administrativo; Direito do Trabalho e Metodologia; Processo Penal e Prática; Direito e Processo do Trabalho; Direito Civil e do Consumidor; Direito Empresarial e Direito Civil; Direito Administrativo, Municipal e Ambiental; Direito Empresarial e Direito do Trabalho; Direito do Trabalho; Direito Processual Penal e Prática Jurídica; Direito Civil (Família e sucessões); Medicina Legal; Direito Financeiro; Direito Processual Civil, do Trabalho; Direito do Trabalho; Direito Empresarial e Prática Penal; Direito de Família e Sucessões; Direito das Mulheres e Proteção Internacional contra Violência de Gênero (UV - Espanha) e Direito Econômico; Direito Processual Civil, Direito Internacional (UEPB); Introdução ao Direito, Hermenêutica jurídica e metodologia da pesquisa jurídica; Direitos dos Grupos Socialmente Vulneráveis; Direito Civil.

No que se refere a atuação como docente e em outras atividades do campo do Direito, a maioria, 41,38%, responderam que exercem, no entanto, o percentual dos que não exercem, também chama a atenção, 37,93%, principalmente se levarmos em consideração os 20,69% que não responderam esta questão.

Quadro 3 - Atividades outras exercidas ou não pelos docentes em números e em números percentuais.

Atividades outras da área jurídica e atividade docente	Número de docentes	Número percentual de docentes
Não exercem	11	37,93%
Exercem	12	41,38%
Não responderam	6	20,69%
TOTAL	29	100%

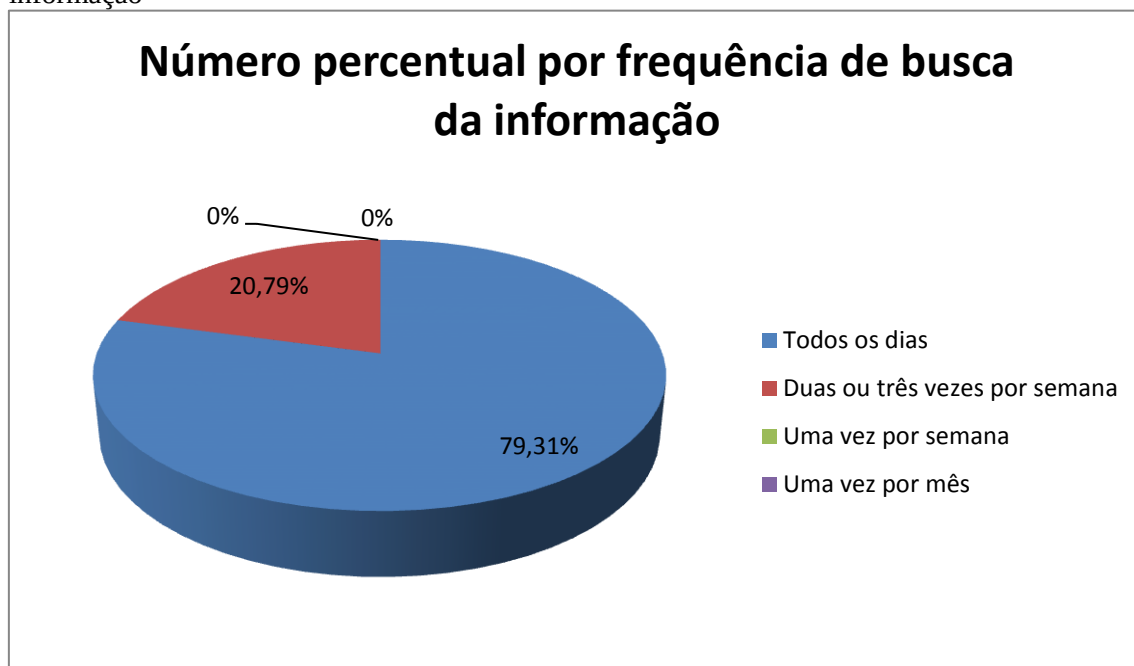
Fonte: pesquisa direta.

Dos que responderam afirmativamente, sobressaiu-se as seguintes atividades do campo do Direito: a advocacia, advocacia privada, ou a advocacia trabalhista; advocacia pública - procuradoria de município; promotoria de Justiça Criminal; magistratura do Trabalho.

5.2 AS NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO DOS DOCENTES QUE EXERCEM OUTRA ATIVIDADE JURÍDICA

Quanto às necessidades e usos informacionais dos sujeitos que responderam aos questionários apresentados – vinte e nove (29), vinte e três buscam informações todos os dias – 79,31%, o que comprova uma grande necessidade e, portanto, uso da informação como ferramenta de trabalho; seis (6) a usam pelo menos duas ou três vezes por semana – 20,69%. Nenhum sujeito respondeu que usa informação apenas uma vez por semana, muito menos uma vez por mês.

Gráfico 9 - Distribuição por número percentual de docentes por frequência de busca da informação



Fonte: pesquisa direta.

Na verdade, o uso da informação é indispensável. Não há como compreender que se possa exercer algum trabalho jurídico sem ela. E, provavelmente, o mesmo ocorre com outros campos do conhecimento. Que dirá se se estiver fazendo uma análise envolvendo docentes?

Com relação ao uso da informação com propósitos acadêmicos, comprovamos que dezoito (18) sujeitos disseram que usam a informação com estes propósitos, para ministrar aulas, elaborar trabalhos e avaliações com os alunos; nove (9) utilizam a informação com finalidade técnico-jurídica, como elaboração de peças jurídicas, pareceres e realização de audiências no Fórum; cinco (5), para atender a necessidades científicas; cinco (5) dos sujeitos ainda usam a informação com outros fins. Deve-se observar que alguns fazem uso da informação com mais de um propósito.

Quadro 4 - Distribuição de docentes por propósitos de uso da informação por números e por números percentuais

Propósito de uso da informação	Números de docentes	Números percentuais de docentes
Acadêmicos	18	62,06%
Técnico-jurídico	9	31,03%
Necessidades científicas	5	17,24%
Outros fins	5	17,24%

Fonte: pesquisa direta.

Verificamos que os pesquisados buscam informação em outras áreas que não sejam as jurídicas, tais como: Literatura e Letras, três (3) docentes; Pedagogia/Educação, três (3); Economia, cinco (5); Administração, um (1); Marketing, um (1); Informática/computação/internet, quatro (4); Política e Ciência Política, dois (2); Contabilidade, Exercício da Advocacia, “áreas afins ao Direito”, Direitos Humanos, História, Antropologia, um (1) cada; Sociologia, sete (7); Filosofia, três (3); Medicina, Medicina Legal, Deontologia Médica, cinco (5); Psiquiatria Forense, um (1); Psicologia, cinco (5); Ecologia, Música, Ciência Quântica e Espiritualidade, um (1) cada; não utiliza: dois. Vinte e duas (22) áreas/especialidades outras em cinquenta e uma (51) opções apresentadas pelos respondentes ao todo.

A maioria das respostas, dezesseis (16) – 55,18% dadas pelos sujeitos nos questionários foi no sentido de que as informações colhidas em outras atividades são significativamente úteis para o exercício da atividade docente, embora treze (13) – 44,82% sujeitos não tenham respondido ou afirmado que exercem outra atividade afora a atividade docente, conforme segue:

[...] sim, atualização de legislação, doutrina e jurisprudência; Sim, para ministrar aulas; Não possuo outra atividade; sim, jurisprudência; Como auto no magistério, todas as informações sobre Educação são úteis e necessárias, assim como Direitos Humanos; não exerço outra atividade; Jurisprudência; Sim, visão prática do conteúdo lecionado; Sim – Artigos e doutrinas relacionadas com minhas atividades docentes; Sim, para o aprofundamento prático e discussões em sala de aula. Além de estudos de casos; Sim, auxiliam a realizar as conexões necessárias entre a teoria e a realidade; Sim. Todas as informações obtidas para a advocacia enriquecem o conteúdo exposto em sala de aula; sim. Exemplificação com casos práticos engrandece a atividade docente; Sim. Concretização através de exemplo da teoria ministrada em aula; Não; Sim. Elaboração de aulas; Sim; sim. A advocacia proporciona tanto para mim, quanto para o aluno, a união entre teoria e prática; sim, complementa; Sim, mecanismo para emprego com a academia; Sim, são ambas humanas; Sim. Conhecimento e Aperfeiçoamento; Sim. Pareceres jurídicos nos fornece um vasto material de discussão.

Perguntamos, também, se as informações colhidas, como docente, auxiliam na prática de atividades outras, ao que a maioria disse que sim – dezoito (18) – 62,06%, mais ainda que no caso das informações colhidas em outras atividades servirem ou não pra docência. Seguem as respostas:

Para o embasamento de petições, sustentações orais e resoluções de problemas; A leitura e atualização permanentes para o exercício da docência naturalmente me ajudam na advocacia; Não possuo outra atividade; Doutrina e Jurisprudência; Sim. Todas; não tenho outra atividade; Sim - Nas perícias que faço quando sou convocado; Sim, maior domínio da matéria. Sim, na elaboração de peças e pareceres, defesa de direitos dos clientes, como advogado; Não exerço; Doutrina e Psicologia da Criança e do Desenvolvimento Humano; Sim, o aprofundamento dos temas auxiliam na forma como se raciocina juridicamente em casos concretos e favorece a atividade interpretativa inerente a esse ramo de atuação; Sim. Conhecimento detalhado da doutrina auxilia a formulação de peças bem consubstanciadas; Sim. Suporte teórico para peças judiciais; Não; Não se aplica; Sim. A leitura de textos doutrinários e a preparação das aulas me ajudam na advocacia; Sim, pelos mesmos motivos anteriores; Sim, na literatura; Sim, por ampliar o conhecimento; Sim. Direito é importante para todas as aulas; Sim. Relacionamento pessoal; Sim, todos os ensinamentos da sala de aula são aplicados na Procuradoria.

Enfim, há uma verificação, uma confirmação preciosa oriunda dos dados: é que aquele exerce atividade do campo do Direito trabalha com fatos que acontecem no cotidiano das pessoas, os quais procura enquadrar dentro das regras do ordenamento jurídico. Ora, fato é tudo que acontece no mundo dos vivos. E Direito, segundo Reale (2007) é fato, valor e norma. Assim, tanto utiliza informação da área jurídica, como de outras áreas. Além do mais, na prática forense, se faz muito uso das informações que são transmitidas dentro de uma sala de aula. Por outro lado, a prática é muito preciosa, como já se comentou, para a compreensão dos assuntos ministrados para os alunos. Portanto, tudo é muito entrelaçado, interligado, tanto é que a quantidade de uso da informação para um ou outro fim citado alhures é muito equilibrada – entre 29% e 35%.

No mais, observa-se que, dependendo da realidade, da necessidade do contexto em que se encontre determinado sujeito respondente, é que se constata o seu vazio informacional específico, que precisa ser transposto para que ele, ao conseguir a informação que precise, para que atinja seu objetivo, satisfaça seu interesse, supra a sua necessidade como profissional. O que quer dizer que ele, de início, não tem a resposta ou as respostas que precisa, verificando a lacuna de conhecimento interno e aí parte para transpô-la e conseguir satisfazer a carência de informação, como pensa Dervin (1983), na Teoria do *sense-making*, do fazer sentido, seja no mesmo ramo do conhecimento ou em outro. Ao percorrer o caminho o sujeito que procura informação até encontrá-la e alcançar o que almeja vê-se enquadrado na metáfora da “situação-lacuna-uso”, conforme já se explicitou antes, quando da fundamentação desta pesquisa. E, mais

concretamente, quando da coleta dos dados através dos questionários apresentados aos sujeitos da pesquisa.

5.3. AS BARREIRAS ENCONTRADAS NO PROCESSO DE BUSCA E USO DA INFORMAÇÃO

De acordo com Araújo (1998), as barreiras encontradas podem ser intraorganizativas, financeiras, interpessoais, de idioma, ideológicas, terminológicas, geográficas, econômicas, legais, de tempo, de eficiência, capacidade de leitura, consciência e conhecimento da informação, de responsabilidade. Já para Figueiredo (1991): de atraso na biblioteca, da língua estrangeira, terminologia, isolamento geográfico, restrições à informação, restrições de tempo, estratégias fracas de busca, informação de qualidade inferior, demora da publicação, excesso de informação, desconhecimento da informação, dispersão da informação em diferentes canais, literatura não convencional. Para Guinchat e Menout (1994) existem obstáculos informacionais do tipo institucionais, financeiros, psicológicos, linguísticos, técnicos. Os principais obstáculos/barreiras encontrados quando da busca da informação para uso na atividade docente se coadunam com esta literatura. Eis as respostas extraídas dos próprios questionários, as quais foram dadas pelos sujeitos da pesquisa:

Falta de bases de dados disponíveis na Universidade; Baixo investimento em tecnologia informacional; preço do acesso aos periódicos especializados. Informações atualizadas; A ausência de ferramentas de tecnologia da informação adaptadas para as atividades em sala de aula; Fazer uma triagem do farto material disponível. Nenhum em particular; Precisão quanto à informação solicitada! Praticamente, todas as vezes que procuro certas informações, eu as acho, seja em livros, seja na internet; Disponibilidade de acesso; Tempo. Preciso trabalhar a noite e por isso tenho o costume de dormir tarde; Minha dificuldade com o inglês; Há periódicos impressos aos quais por vezes não temos acesso; não encontro obstáculo; Nenhuma, salvo artigos informativos mal elaborados; Não vejo obstáculos; a necessidade de atualização constante da biblioteca; credibilidade das fontes; falta de livros, periódicos, legislação atualizadas; falta de material específico; não se aplica; nenhuma; escassa bibliografia estrangeira disponível à venda; excesso de informação; carência bibliográfica em algumas áreas; desconheço, salvo o valor dos livros no Brasil; atualização das informações, acesso lento à internet; uma base de dados ainda melhor, ou seja, como a internet é aberta para todos postarem, isso faz com que a qualidade seja julgada.

São evidentes as inúmeras barreiras que interferem no cotidiano prático de utilização das informações dos docentes da área jurídica: dos vinte e nove (29) sujeitos,

vinte e cinco (25) apresentaram obstáculos/barreiras quando do uso de informação, ou seja, 86,20% dos respondentes; um número elevado.

E para as outras atividades profissionais, as barreiras apresentadas também correspondem àquelas apresentadas pela fundamentação teórica – doutrina. Senão, vejamos as respostas dadas nos questionários que viabilizaram a coleta dos dados:

Nenhuma; Não tenho outras atividades profissionais; Falta de programas de atualização especializada em nível local; Tempo; Tenho que me desdobrar, pois tenho audiências diárias; O mesmo acima mencionado; Mesma resposta acima; Atualidade da informação; não tenho outra atividade; Não possuo outras atividades; Informações atuais de poucos dias e meses; O diálogo com outra matéria que não seja a da minha formação...; Minha dificuldade com o inglês; A falta de um banco de dados especializado sobre a matéria buscada; Não exerço outra atividade; Não desenvolvo outras atividades além da docência; mudança de interpretação legal; credibilidade das fontes; não se aplica; não; carência bibliográfica em algumas áreas; desconheço; atualização das informações, acesso; as mesmas supracitadas acrescida da falta de boas bibliotecas.

Na utilização de informação para exercício de atividade jurídica diversa da docente, verificamos, igualmente, uma quantidade significativa de barreiras/obstáculos apresentados pelos sujeitos respondentes. Dos vinte e nove (29), pelo menos vinte (20) apresentaram obstáculos informacionais – 68,96%.

Ficou evidente que as barreiras/obstáculos informacionais da literatura e antes citadas estão presentes no cotidiano dos sujeitos da pesquisa – os docentes da área jurídica que militam ou não na atividade forense, demonstrando insatisfação e até inconformação no processo de busca e uso da informação e que chegam a tornar mais difícil e menos agradável o exercício dos seus encargos no campo do Direito.

5.3.1 Fatores que mais influenciam no processo de busca da informação tanto para a atividade docente como para outras do campo do Direito

Com relação aos fatores que mais influenciam no processo de busca da informação para a atividade docente, os sujeitos - vinte e seis (26) dos vinte e nove (29), quer dizer, 89,65% deles - apresentaram muitos, como se pode ver das respostas a seguir transcritas:

1º A mudança constante promovida pelo Congresso Nacional na legislação brasileira, 2º) a mudança constante do posicionamento doutrinário acerca de dada matéria, 3º) a mudança constante do posicionamento jurisprudencial acerca de dada matéria; Qualidade do

material; ficar atualizada; Artigos eletrônicos - Legislações internacionais - Experiências de docentes renomados; Expansão do conhecimento!; Necessidade de me manter atualizado; Sites confiáveis e autores renomados; Necessidade de Constante atualização; Atualização e maior aprofundamento das matérias; Não entendi a questão; Eu acredito que é o tempo para a leitura o que influencia a pesquisa. Afinal, sem leitura, toda pesquisa é insuficiente; Necessidade de estar atualizado; Surgem dúvidas frequentes: pessoais e de outras pessoas; Programação acessível em termos de tempo, localização e investimento; A atualização de obras especializadas sobre a matéria, cujas obras preciso adquirir-las, pois não encontro nas bibliotecas públicas; Necessidade de atualização de conteúdo; Apesar do pouco incentivo das IES, a concorrência de mercado que os alunos se deparam hoje exige um professor atualizado; a necessidade constante de informação/atualização; variedade de fontes e possibilidade de comparação entre ordenamentos jurídicos; atualidade da informação, reflexo prático do tema etc.; área de interesse da disciplina; a internet influencia e ajuda na busca de atualização das aulas; aprimoramento profissional, busca constante de ampliação do horizonte do conhecimento; atualização; necessidade de atualização; a mutação das atividades das ciências humanas; manter atualização dos assuntos trabalhados na disciplina; a necessidade de aprender, de trocar conhecimento.

Quanto aos fatores que mais influenciam no processo de busca da informação para outras atividades profissionais, também muitos foram os motivos apresentados, conforme se vê das respostas dos sujeitos - do total de vinte e nove (29) deles, dezenove (19) – 65,51% apresentaram, como podemos verificar das suas respostas a seguir transcritas:

Não possuo outra atividade; Defesa de direitos na doutrina e nos entendimentos já firmados pelo Judiciário; Não tenho outras atividades profissionais; Artigos e monografias de renomados professores; O conhecimento adequado para as soluções da atividade profissional; Dar o melhor de mim em todas as minhas atividades, daí é preciso aproveitar muito bem o tempo. Isso implica em comprar livros porque não posso ir todos os dias a biblioteca; Por outro lado, as bibliotecas não ficam atualizadas; Nenhum; Não tenho outras atividades profissionais; não tenho outra atividade; Necessidade de me manter atualizado; Resultados econômicos; O mesmo acima; Atualidade e objetividade; Programação acessível em termos de tempo, localização e investimento; A dinamicidade e especialização do Direito que exigem uma busca incessante de informações cada vez mais atualizadas; A tecnologia da informação propicia uma maior rapidez dessas informações atualizadas; a necessidade de constante informação/atualização jurisprudencial etc; variedade de pontos de vista, argumentação jurídica e atualização; não se aplica; a internet influencia e ajuda na busca de atualização das aulas; aprimoramento profissional, buscando constante ampliação do horizonte do conhecimento; prejudicada; necessidade de atualização; ilustração; atualização e busca do conhecimento; aprimoramento do entendimento jurídico sobre determinado tema.

O que se pôde verificar: boa parte dos fatores está relacionada à atualização da informação, o que é muito comum e natural no campo do Direito, haja vista as constantes mudanças legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais, em síntese do Ordenamento Jurídico. Afinal de contas, trata-se de área do conhecimento que está inevitavelmente relacionada com fatos e, por isto, com valores, que se refletem na norma, na aplicação da norma e na interpretação da norma dentro da Sociedade e que, a cada dia, sofrem mutações cada vez mais intensas - a explosão de informação que estamos vivenciando denominada por Sociedade da Informação ou Sociedade em Rede. (CASTELLS, 2007). Aliás, boa parte das barreiras/obstáculos informacionais verificados, da mesma forma, estão ligados à atualização das informações, aos canais de informação jurídicos.

5.4 AS FONTES E CANAIS DE INFORMAÇÃO UTILIZADOS NA PRÁTICA DOCENTE E NA PRÁTICA JURÍDICA

As “fontes” de informação utilizadas, quando necessitam de informação são a “biblioteca”, para doze (12) dos sujeitos pesquisados – 27,90%; “arquivo”, para quatro deles (4) – 13,79%; dezoito (18) – 41,86% usam “internet”; e outras fontes representam nove (9) – 20,93%. O uso da “internet” é bastante considerável e não surpreende, mas é bom atentar para o fato de que as bibliotecas, os arquivos e fontes outras são também utilizados em quantidades consideráveis.

Quadro 5 - Distribuição por números e por números percentuais das fontes utilizadas pelos respondentes.

FONTES DE INFORMAÇÃO UTILIZADAS	NÚMEROS DE SUJEITOS QUE UTILIZAM AS FONTES	NÚMEROS PERCENTUAIS DE SUJEITOS QUE UTILIZAM AS FONTES
Biblioteca	12	27,90%
Arquivo	4	13,79%
Internet	18	41,86%
Outras fontes	9	20,93%.

Fonte: pesquisa direta.

Já os canais que costumam mais utilizar são, em primeiro lugar, o bom e velho livro; seguido pelos periódicos eletrônicos e impressos e, em menor número mas em quantidades a não serem desprezadas, as monografias, dissertações, teses, eventos, base de dados, contatos interpessoais e outros. Assim, são vários os canais. Quer dizer, se a

informação for interessante, de credibilidade, coerente e relacionada ao que se procura, são usadas.

Quadro 6 - Distribuição por números e por números percentuais dos canais utilizados pelos respondentes.

CANAIS UTILIZADOS	NÚMEROS	NÚMEROS PERCENTUAIS
periódicos impressos:	13	11,20%
periódicos eletrônicos:	21	18,10%
monografias:	10	8,62%
dissertações:	8	6,90%
teses:	10	8,62%
eventos:	6	5,17%
livros:	24	20,90%
base de dados:	11	9,48%
contatos interpessoais:	10	8,62%
Outros:	3	2,57%

Fonte: pesquisa direta.

E os canais jurídicos constatados, de acordo com os respondentes dos questionários, foram a Legislação, a Doutrina, a Jurisprudência, as Dissertações e outros canais, em menor número.

Quadro 7 - Distribuição por números e por números percentuais dos canais jurídicos utilizados pelos respondentes.

CANAIS JURÍDICOS UTILIZADOS	NÚMEROS	NÚMEROS PERCENTUAIS
Legislação, doutrina e jurisprudência	19, 28, 20 – respectivamente	24,37%, 35,90%, 25,64% - respectivamente
Dissertações	8	10,25%
Outros	3	3,84%

Fonte: pesquisa direta.

Verificou-se a predominância do uso da Legislação, da Doutrina e da Jurisprudência em quantidades quase semelhantes, de acordo com os números percentuais próximos: 24,35%, 35,89%, 25,64%, respectivamente. Note-se, contudo, que as dissertações são utilizadas em quantidade considerável - 10,25%. E, em menor quantidade, são utilizados outros canais – 3,84%. A utilização destes canais deve ser considerada tanto no que corresponde ao exercício da docência, quanto em outra atividade do campo jurídico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi aplicado um questionário com os docentes dos Cursos de Direito do CCJ – UFPB – Campus I e do UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa, com o objetivo de apreender suas necessidades, os usos e as barreiras e obstáculos de acesso à informação.

Por meio dos resultados que foram obtidos durante a pesquisa foi possível traçar o perfil dos docentes destes Cursos que militam ou não em outra atividade no campo do Direito, a exemplo da advocacia, magistratura, dentre outras que se verificaram pelas perguntas dos questionários; identificar as necessidades informacionais, fontes, canais, canais específicos de informação mais utilizados, além das barreiras ou obstáculos informacionais e fatores encontrados quando do processo de busca da informação, seja especificamente da área ou não, quando se necessita; seja no exercício da docência, de outra atividade jurídica ou em ambas.

Tais docentes – sujeitos pesquisados respondentes - em sua maioria lecionam no Curso de Direito do CCJ – UFPB – Campus I, embora boa parte deles ensinem no UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa e alguns em ambas. São em sua maioria do sexo masculino, embora não seja uma grande maioria, dado inclusive observado no capítulo anterior. A faixa etária é entre vinte e cinco (25) e mais de cinquenta e cinco (55) anos. A maior parte tem entre vinte e cinco (25) e trinta e cinco anos (35).

A grande maioria é casada, mas há uma quantidade razoável de solteiros, apenas um em união estável; em outra situação: nenhum. A origem da maior parte deles é da Paraíba, mais especificamente da cidade de João Pessoa, embora se tenha observado um número considerável de docentes oriundos de outras cidades do Brasil. Residem, grande parte deles, na cidade de João Pessoa e Região Metropolitana, em bairros de classe média e de classe média alta. Uma boa parte tem a cor da pele branca, mais da metade; os demais são de cor parda, negro ou são indígenas e nenhum de pele amarela.

A renda mensal varia de cinco (5) a quinze (15) salários mínimos ou mais. Quase a metade percebe de dez a 15 salários mínimos. E uma parte significativa recebe mais de quinze (15) salários mínimos por mês.

Há pessoas com, no mínimo, cinco anos de formação em Ciências Jurídicas. Ou seja, os docentes pesquisados são razoavelmente experimentados no mundo do Direito. Boa parte deles tem mais de dez (10) anos de experiência, alguns mais de vinte (20) anos e outros mais de trinta (30) anos até. Possuem pós-graduação do tipo *stricto sensu*:

Mestrado ou Doutorado em muitas Instituições. Não somente *lato sensu*: Especialização. E em vários segmentos do Direito. Há pessoas tanto com dois anos e meio (2,5) quanto com mais de trinta (30) anos de experiência na docência. Boa parte deles tem mais de dez (10) anos de experiência; alguns mais de vinte (20) e outros de até trinta (30) anos continuam lecionando. As disciplinas que são lecionadas também são as mais variadas.

Uma boa parte deles, mais de quarenta por cento (40%) exerce outra atividade profissional na área do Direito, como a advocacia, advocacia privada, advocacia trabalhista, procuradoria de município, promotoria de Justiça Criminal, Magistratura do Trabalho.

Quanto às necessidades dos docentes, mais especificamente, a frequência de busca da informação, verificou-se que mais de setenta por cento (70%) dos respondentes procura informação todos os dias, os demais procuram, pelo menos duas ou três vezes por semana. Muitos com propósitos acadêmicos – a maior parte. Também buscam com finalidade técnico-jurídica e, em menor número, com outros objetivos. Vão à procura de informação, também em outras e várias áreas que não sejam jurídicas. Ficou confirmado que tais informações auxiliam, na sua maioria, nas atividades do campo do Direito. E que as informações buscadas e utilizadas na docência servem para outras atividades exercidas e vice-versa.

No que se refere às barreiras encontradas no processo de busca da informação, vários tipos de obstáculos informacionais foram apresentados, como intraorganizativos, interpessoais, de idiomas, de tempo, de eficiência, de informação, de informação de qualidade inferior, de demora na publicação, de desconhecimento da informação. Sendo as intraorganizativas, de eficiência, de demora na publicação as mais frequentes, tanto quando se exerce a docência, quanto outra atividade.

O maior dos fatores que influencia no processo de busca está ligado à atualização das informações tanto na atividade docente, quanto no exercício de outra atividade jurídica. Fato ocasionado, talvez, pelas constantes mutações legislativas e interpretativas da doutrina e dos entendimentos do Poder Judiciário.

As fontes de informação mais utilizadas são a “internet” – quantidade considerável – e as bibliotecas, mas os arquivos e outras fontes são utilizados em número a se levar em consideração. Os canais de informação mais utilizados são os livros, ainda em primeiro lugar, os periódicos eletrônicos e os periódicos impressos. Usam-se também vários outros canais como monografias, dissertações, teses, base de

dados, contatos pessoais entre outros. E os canais jurídicos: doutrina em primeiro lugar; e legislação e jurisprudência em segundo e terceiro; em seguida as dissertações, em número menor.

O ambiente do Direito no Brasil é de certa forma complexo, se levarmos em conta a sua formação, estruturação, organização e operação. Para aqueles que atuam na área, seja como docentes ou militantes da prática jurídica, a informação é ferramenta de trabalho, não somente básica, mas indispensável. Entretanto, deve ser eficaz, confiável, atualizada, para que tenha utilidade. Procurar conhecer e entender as características comportamentais, mais especificamente os comportamentos informacionais dos docentes da área e dos que exercem outra atividade além da docência, como a vida forense de advogados, magistrados, procuradores – advogados públicos, membros do ministério público, defensores públicos, analistas, técnicos e assessores - é de fundamental importância; assim como saber das suas necessidades, buscas e usos da informação; e das barreiras que encontram nestas buscas. Estudos a respeito têm sido realizados no âmbito internacional, como na Europa e África; já no Brasil, pouca importância se tem dado ainda (SILVA, 2010), embora seja a informação instrumento essencial da área jurídica no País. Com isto, pretendemos contribuir para a ampliação da pesquisa de comunidades específicas de sujeitos do ambiente da docência e da área jurídica que usam a informação, para o ambiente da Ciência de Informação e, mais especificamente, para a área dos Estudos de Usuários e Usuários da Informação. Sugerimos que outras pesquisas a respeito sejam desenvolvidas, a fim de aprofundar o tema, que é fértil e relevante.

REFERÊNCIAS

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Ética jurídica**. São Paulo: Desafio Cultural 2002.

AGUIAR, Roberto Armando Ramos de. **A crise da advocacia no Brasil: diagnósticos e perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega 1994.

ALVES, Edvaldo Carvalho; AQUINO, Mirian de Albuquerque. A pesquisa qualitativa: origens, desenvolvimento e utilização nas dissertações do PPGCI/UFPB – 2008 a 2012. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.22, n.esp, p.79-100, . 2012. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/13678>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

AQUINO, M. A. A responsabilidade ético-social como princípio de inclusão de negros (as) nas universidades públicas. In: AQUINO, M. A.; GARCIA, J.C. R. **Responsabilidade ético-social das universidades públicas e a educação da população negra**. João Pessoa: Universitária da UFPB, 2011, p. 43-57.

ARAÚJO, C. A. A. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 192-204, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1719/1347>>. Acesso em: 5 mar. 2013.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A construção social da informação: práticas informacionais no contexto de organizações não-governamentais/ONGs brasileiras**. 1998. 221 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)– Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

ATIENZA, Manuel. **Razões do direito: teorias da argumentação jurídica**. 3. ed. Tradução de Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo: Landy, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. **A questão da informação**. Disponível em: <<http://aldoibct.bighost.com.br/quest/quest2.pdf>>. Acesso em 10 de outubro de 2013.

_____. Estudos de usuários: uma abordagem na linha ICS. In: REIS, A. S.; CABRAL, A. M. R. (Org.). **Informação, cultura e sociedade: interlocuções e perspectivas**. Belo Horizonte: Novatus, 2007.

_____. **A questão da informação**. Disponível em: <http://aldoibct.biohost.com.br/quest/quest2.pdf>. Acesso em: 20 de fev. 2013.

BARRETO JÚNIOR, Irineu Francisco; PAESANI, Liliana Minardi. Atualidade do conceito de sociedade da informação para a pesquisa jurídica. In: _____. (Orgs.). **O direito na sociedade da informação**. São Paulo: Atlas, 2007, p. 61-77.

BARRETO JÚNIOR, Irineu Francisco; PAESANI, Liliana Minardi. Abordagens recentes da pesquisa jurídica na sociedade da informação. In: _____. (Orgs.). **O Direito na sociedade da informação II**. São Paulo: Atlas, 2009, p. 39-50.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. Disponível em: <<http://aldoibct.bighost.com.br/quest/quest2.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução Mauro Gama, Cláudia Marti-nelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Curso de ética jurídica: ética geral e profissional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BORKO, H. Information Science: what is it? **American Documentation**, 19(1):3-5, 1968.

BRANCATO, Ricardo Teixeira. **Instituições de direito público e privado**. 12^a ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2003.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências. Brasília, 19 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11419.htm>. Acesso em: 05 mar. 2013.

CAPURRO, Rafael. What is information science for? A philosophical reflection. In: GRAHAM, Taylor; VAKKARI, Pertti; CRONIN, Blaise (Eds.). **Conceptions of library and information science: historical, empirical an theoretical perspectives**. Londres/Los Angeles: Taylor Graham, 1992. p. 82-91.

CASTELLS. Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CASTRO, José Roberto de. **Manual de assistência judiciária: teoria, prática e jurisprudência**. Rio de Janeiro, AIDE Ed. 1987.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 4^a ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. Tradução Eliana Rocha. 2. ed. São Paulo: Senac, 2006.

COSTA, Marisa C. Vorraber. **Trabalho docente e profissionalismo**. Porto Alegre: Sulina, 1995. 280 p.

COSTA, Luciana Ferreira da; SILVA, Alan Curcino Pedreira da; RAMALHO, Francisca Arruda. (Re)visitando os estudos de usuário: entre a “tradição” e o “alternativo”. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 10, n. 4, ago. 2009. Disponível em: <http://datagramazero.org.br/ago09/Art_03.htm>. Acesso em: 08 mar. 2013.

COTRIM, Gilberto. **Direito fundamental**: instituições de direito público e privado. 22. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

DERVIN, Brenda. An overview of sense-making research: concepts, methods and results to date. In: INTERNATIONAL COMMUNICATIONS ASSOCIATION ANNUAL MEETING. Dalas, May, 1983.

_____. From the mind's eye of the user: the sense-making qualitative- quantitative methodology. In: GLAZIER, J. D.; POWELL, R. R. (Orgs.). **Qualitative research in information management**. Englewood: Libraries Unlimited, 1992. Cap. 14, p. 61-84.

_____. **Overview of Sense-Making research**: concepts, methods and results to date. In: INTERNATIONAL COMMUNICATIONS ASSOCIATION ANNUAL MEETING. Dallas, may, 1983.

_____.; NILAN, M. Information needs and uses. In: WILLIANS, M (Ed.). In: **Annual Review of information Science and Tecnology**. v. 21, p. 3-33, 1986.

ELLIS, David. A behavioral approach to information retrieval system design. **Journal of Documentation**. London, v.45, n.3, p.171-212 , sep.1989.

_____. A behavioral model of information retrieval system design. **Journal of Documentaion Science**. Cambridge, n.15, p. 237-247, 1989.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. Novos paradigmas e novos usuários de informação. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, 1995.

FERREIRA, Sueli Mara S. P. **Estudos de necessidades de informação**: dos paradigmas tradicionais à abordagem Sense-Making. 1997. Disponível em: <www.eca.usp.br/nucleos/sense/index.htm>. Acesso em: 23 jul. 2013.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Avaliações de coleções e estudos de usuários**. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1979.

_____. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994.

_____. **Avaliação de coleções e estudo de usuários**. Brasília: ABDF, 1979.

FIGUEIREDO, Nice. **Paradigmas modernos da ciência da informação**. São Paulo: Editora Polis/APB, 1999.

FREIRE, Bernardina Maria Juvenal. **Paixão de (in)formar**: práticas alfabetizadoras no programa tijolo sobre tijolo – projeto escola Zé Peão em canteiros de obras. 1999. 289 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação)– Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GANDRA, Tatiane Krempser; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal. Usuários da informação sob a perspectiva fenomenológica: revisão de literatura e proposta de postura metodológica de pesquisa. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 22, n. 3, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GOMES, Luiz Flávio. **A questão do controle externo do poder judiciário**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

GOMES, Maria José Teixeira Lopes, **Meandros da Memória: da Faculdade de Direito ao Centro de Ciências Jurídicas da UFPB: 1949-2006**. João Pessoa: Ideia, 2007.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil: parte geral**, volume 1, 9ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

GONÇALVES, Marcio. Abordagem sense-making na ciência da informação: uma breve contextualização. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 1-11, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://polaris.bc.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/508>>. Acesso em: 01 abr. 2013.

GUINCHAT, Claire; MENOU, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Brasília: IBICT, 1994.

HADAD, José Ricardo; WAGNER JUNIOR, Luiz Guilherme. **Poder judiciário e carreiras jurídicas**. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

KUHLTHAU, Carol. The role of experience in the information search processo of an early career information worker: perceptions of uncertainty, complexity, construction and sources. **Journal of American Society of Information Science**. v. 50, n. 5, p.399-412, 1999.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos 1996.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Comentários ao novo estatuto da advocacia e da OAB**. Brasília: Brasília Jurídica, 2002.

LYON, David. **A sociedade da informação: questões e ilusões**. Oeiras: Celta Editora, 1992.

LUZ, A. F., FUCHINA, R. A Evolução Histórica dos Direitos da Mulher sob a Ótica do Direito do Trabalho In: II Seminário Nacional de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: América Latina em Debate, 2009, Porto Alegre - RS. **Anais do II Seminário Nacional de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre - RS: Nova Prova Editora, 2009. v. 1. p. 1886 – 1899. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/artigoalex.pdf>.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

MEDEIROS, José Washington de Moraes. **A racionalidade comunicativa como ágora de processos educativos emancipatórios.** João Pessoa, 2008. 240p. Tese (Doutorado em Ciência da Educação) – Programa de Pós Graduação em Ciência da Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. São Paulo, 1996.

_____. 10ª ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

_____. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional.** 12ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

NÓBREGA, José Flóscolo da. **Introdução ao direito.** 3ª ed. Rio de Janeiro: José Konfino, 1965.

_____. **Introdução à sociologia.** 1ª ed. Rio de Janeiro: José Konfino, 1965.

PASSOS, Edilenice. Bibliotecário jurídico: seu perfil, seu papel. **Infolegis:** pesquisa jurídica no Brasil, 2001. Disponível em: <<http://www.infolegis.com.br/perfilbibjuridico.htm>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Resumo de direito constitucional descomplicado.** 2ª ed. São Paulo: Método, 2009.

PINHEIRO, Patricia Peck. **Direito digital.** 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito.** 27ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

REIS, A. S. Informação, cultura e sociedade no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação: contrapontos e perspectivas. In: REIS, A. S. CABRAL, A. M. R. (Orgs.). **Informação, cultura e sociedade:** interlocuções e perspectivas. Belo Horizonte: Novatus, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.

SANTOS, Edison Santana dos. O jurista-professor. **Gestão universitária,** edição 290, 2011. Disponível em: <http://gestaouniversitaria.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26364:o-jurista-professor&catid=295:290&Itemid=21>. Acesso em: 10 mar. 2013.

SANZ CASADO, Elías. **Manual de estudios de usuarios.** Madrid: Pirámide, 1994.

SILVA, Aparecida Maria da. **Informação e inclusão acadêmica**: um estudo sobre as necessidades socioinformacionais dos universitários cegos do Campus I da UFPB. 2012. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)– Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Das “ciências” documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, Marlí Vítor da. **O comportamento informacional de advogados**: um estudo com profissionais que atuam na cidade de Marília e região. 2010. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)– Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 9a ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

TAYLOR, R. S. Question – negotiation and information seeking libraries. **College and Research Libraries**, v. 29, n.3, p.178-94, 1968.

_____. **Value-added processes in information systems**. Norwood: Ablex, 1986.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. **Nossa história**. [2013]. Disponível em: < https://www.ccj.ufpb.br/?page_id=448>. Acesso em: 20 jan. 2014.

UNIPÊ - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA. Institucional. **Histórico**. [201-?]. Disponível em: <<http://www.unipe.br/institucional/mais-informacoes/historico>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

VALENTIM, Maria Lígia Pomim. Análise de conteúdo. In: _____. (Org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em ciência da informação**. São Paulo: Polis, 2005, p. 119-134.

WERSIG, G. Communication theory and user analysis; the communication theory frame of reference. FID/CONGRESSO INTERNATIONAL DE DOCUMENTAÇÃO, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: FID, 1970.

WERSIG, G.; NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist**, v. 9, n. 4, 1975.

WURMAN, Richard Saul. **Ansiedade de informação**: como transformar informação em compreensão. São Paulo: Cultura, 1991.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Caro (a) Docente (a):

Esta pesquisa se refere a: “O COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS DOCENTES ADVOGADOS DOS CURSOS DE DIREITO DE JOÃO PESSOA”. É desenvolvida por Antonio Ricardo Rocha de Albuquerque, aluno do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Professor Doutor Edvaldo Carvalho Alves.

Caso queira participar, favor responder a todos os quesitos. Suas informações serão mantidas em sigilo. Desde já, obrigado (a)!

1. PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA

a) Instituição em que atua:

() UFPB

() UNIPÊ

b) Faixa etária:

() 25 a 35 anos

() 36 a 45 anos

() 46 a 55 anos

() mais de 55 anos

c) Sexo:

() Feminino

() Masculino

d) Estado civil:

() Solteiro (a)

() Casado (a)

() Em união estável

() Divorciado (a)

() Separado

() Outro. Qual? _____

e) Naturalidade: _____

f) Bairro em que reside: _____

g) Cor da pele:

() Negro

() Pardo

() Branco

() Indígena

() Amarelo

() Não deseja declarar

() Outro: _____

h) Renda mensal:

() De 1 a 5 salários mínimos

() De 10 a 15 salários mínimos;

() Mais de 15 salários mínimos;

i) Há quanto tempo é formado em Direito?

j) Possui Pós-graduação?

() Sim. Qual e em que área? _____

() Não

k) Há quanto tempo leciona no ensino superior?

l) Há quanto tempo se dedica à atividade docente na área jurídica?

m) Quais disciplinas que leciona no Curso de Direito?

n) Além da docência, exerce outra atividade profissional na área do Direito? Em caso afirmativo, favor responder qual.

2. NECESSIDADES E USOS DA INFORMAÇÃO

a) Com que frequência você busca informações para a realização de suas atividades profissionais?

- ☐ Todos os dias
- ☐ Duas ou três vezes por semana
- ☐ Uma vez por semana
- ☐ Duas ou três vezes por mês
- ☐ Uma vez por mês

b) Qual o seu propósito neste processo de busca e uso da informação?

- ☐ Necessidades acadêmicas, como ministrar aulas, elaborar trabalhos e avaliações com os alunos
- ☐ Necessidades técnico-jurídicas, como elaboração de peças jurídicas, pareceres e realização de audiências no Fórum
- ☐ Necessidades científicas
- ☐ Outro. Qual? _____

c) Quais fontes utiliza quando necessita da informação ?

- ☐ Biblioteca
- ☐ Arquivo
- ☐ Internet
- ☐ Outro. Qual? _____

d) Quais os canais de informação costuma utilizar?

(Marque todas que se aplicam)

- ☐ Periódicos impressos
- ☐ Periódicos eletrônicos
- ☐ Monografias
- ☐ Dissertações
- ☐ Teses
- ☐ Eventos
- ☐ Livros
- ☐ Base de dados
- ☐ Contatos interpessoais
- ☐ Outro. Qual? _____

e) Quais os canais jurídicos em que busca informação?*(Marque todas que se aplicam)*☐ Legislação☐ Doutrina☐ Jurisprudência☐ Dissertações☐ Outro. Qual? _____**f) Busca informação em outras áreas que não seja jurídica? Em caso afirmativo, favor responder qual.**

g) As informações colhidas para a realização de suas outras atividades profissionais são úteis para as atividades docentes? Em caso afirmativo, favor responder qual.

h) E as informações colhidas como docente o auxiliam nas suas outras atividades profissionais? Em caso afirmativo, favor responder qual.

3. BARREIRAS INFORMACIONAIS**a) Quando você busca informações para suas atividades docentes, quais os principais obstáculos que você encontra para acessá-las?**

b) Quando você busca informações para suas outras atividades profissionais, quais os principais obstáculos que você encontra para acessá-las?

c) Quais os fatores que, na sua opinião, mais influenciam no processo de busca da informação para as atividades docentes?

d) Quais os fatores que, na sua opinião, mais influenciam no processo de busca da informação para suas outras atividades profissionais?
